



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – ICS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONOMICAS

HELTON XAVIER VIANA

**A ABORDAGEM TERRITORIAL, DO CAPITAL SOCIAL E
INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO:
O PAPEL DO CODETER NO SALGADO PARAENSE**

Santarém, PA
2016

HELTON XAVIER VIANA

A ABORDAGEM TERRITORIAL, DO CAPITAL SOCIAL E

INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO:

O PAPEL DO CODETER NO SALGADO PARAENSE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, no Instituto de Ciências da Sociedade.

Orientador: Prof^o Msc. Abner Vilhena de Carvalho.

Santarém, PA

2016

HELTON XAVIER VIANA

**A ABORDAGEM TERRITORIAL, DO CAPITAL SOCIAL E
INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO:
O PAPEL DO CODETER NO SALGADO PARAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, no Instituto de Ciências da Sociedade.

Orientador: Prof^o Msc. Abner Vilhena de Carvalho.

Conceito:

Data de Aprovação: ____/____ de 2016

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Msc. Abner Vilhena de Carvalho
UFOPA/PCEDR/Economia

Prof^a. Dr. Jarsen Luis Castro Guimarães
UFOPA/PCEDR/Economia

Prof^a. Msc. Marcio Junior Benassuly Barros
UFOPA/PCEDR/Gestão Pública

Este trabalho é dedicado aos meus pais Vera Xavier e Helder Viana, e à memória da minha avó Maria Dinair C. Xavier.

AGRADECIMENTOS

Não tem como escrever um trabalho tão difícil como uma monografia sem que se passe pela cabeça os diversos momentos vividos no período de graduação. Tanto os momentos mais alegres como os mais difíceis vividos ao longo dessa longa, sacrificante e compensadora fase.

Uma das coisas mais importantes que só o ambiente acadêmico pode proporcionar é o contato com a produção científica, os debates calorosos, as redes de amizades construídas e todo o aprendizado tanto de cunho científico como aqueles que vêm das experiências das pessoas que nos circundam, sejam professores, colegas de curso ou de outras áreas e dos amigos que deixam este ambiente mais leve. Além disso, o aprendizado que vêm com os erros são os que mais levo para a vida, que nos lembram das nossas limitações e nos desafiam a sair tanto da mediocridade como da prepotência.

Mas vou ao que interessa, pois, por mais que muita gente tenha passado por mim para deixar algum tipo de aprendizado, a relevância de alguns garantiram o mérito da gratidão concedido nestas breves linhas.

Devo começar pelos meus amigos Aiane Ribeiro, Rosane Azevedo, Jucir Richter, Felipe Bandeira, Daniela Sousa, Arianne Dourado e Priscila Viégas. Alguns muito mais do que outros, mas com a devida importância em cada tempo, me ajudaram em momentos cruciais da minha vida, tanto em situações mais íntimas de dar forças a quem cria neuras de estimulação até àquelas que envolvem amadurecimento pessoal, acadêmico e profissional resultantes de conversas fecundas (ou não), além dos momentos vividos juntos tanto na universidade como os muitos vividos fora dela.

Sigo agradecendo alguns dos meus mestres que decidiram dedicar sua vida a mais linda das profissões: a de professor. Não posso deixar de citar a professora Cicita Adad pelas primeiras doses de ânimo com relação à carreira de economista. Do mesmo modo o professor Sandro Leão, o primeiro com quem tive contato com a forma crítica que o economista deve atuar causando a eterna admiração que eu tenho por ele não só como profissional, mas como pessoa pelos valores que passa aos seus alunos. Outras que merecem o meu reconhecimento são as professoras Andrea Leão e Zilda Cohen, as quais me oportunizaram ter o primeiro

contato com a prática de ensino e pesquisa, demonstrando total profissionalismo e comprometimento com a educação. E, por último, ao meu orientador professor Abner Vilhena de Carvalho que ama o que faz e o faz cada vez melhor. Vou ter gratidão eterna ao professor Abner principalmente no que tange à elaboração desse trabalho na sua reta final, sempre compreensivo e disposto a ajudar o tão indisciplinado autor deste trabalho. Sem ele eu não haveria de ter conseguido.

E por último àquelas pessoas em que os laços são eternos e, no meu caso, posso dizer que tenho sorte de ter uma família tão humana, com membros tão diferentes e tão sonhadora. Meus amados irmãos mais novos Vanessa e Vandinho. Torço que a vida de vocês seja sempre carregada de sucesso e saibam que isso não é algo fácil de conquistar. A minha irmãzinha parceira e muito querida Vânia, da qual me faz engolir seco só de lembrar das tantas histórias vividas. É inexplicável como eu te amo, Vânia. E tão grande é o amor que tu me proporciona que até a extensão dele tu colocastes no mundo, minha sobrinha Titina. Muito obrigado por isso.

E aos meus progenitores Helder e Vera que me bancaram, aturaram no seu alcance fazendo, muitas vezes, sacrifícios que ninguém faria. Meu pai, que mesmo com o abismo de diferenças existente entre nós vem demonstrando cada vez mais capacidade de valorizar sua família e respeitar suas decisões. E minha mãe que é a pessoa que mais amo no mundo. Tão guerreira, batalhadora e dedicada a tornar os seus filhos vencedores. Não é possível compreender a dimensão do amor que tu me passas. Sou muito grato à minha educação e pela força dada a mim capitaneada por ti, a mais linda das flores e o maior dos meus amores.

RESUMO

Com a crescente substituição de políticas de caráter setorial por políticas multissetoriais, multidimensionais e multiescalares por políticas que lançam mão da abordagem territorial que não vêm mais os espaços rurais de forma isolada, mas sim integrada cada vez mais à cidade vem se constituindo desde 2003 a política nacional de desenvolvimento territorial preconizada pela SDT/MDA. Ela tem como estratégia a gestão social dentro de institucionalidades territoriais que devem ser criadas nos territórios, galgadas nos princípios de participação e concertação de interesses próprios da gestão social. Ao buscar analisar como na instituição CODETER, criada no território do Salgado paraense, que envolve participação supramunicipal de entidades governamentais e não governamentais, buscou-se evidenciar a partir dos documentos provenientes de suas Plenárias como a instituição vem se legitimando no sentido de atrair investimento e encaminhar as demandas territoriais, bem como características relativas à participação dos seus atores no processo político dentro do território, capaz de indicar a densidade de capital social presente no território. Verificou-se que no território do Salgado paraense o CODETER ainda está longe de alcançar os objetivos previstos pela SDT/MDA, fato evidenciado pelos próprios atores do território.

Palavras-Chave: TERRITÓRIO; DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL; CAPITAL SOCIAL; CODETER; TERRITÓRIO DO SALGADO.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Mapa do território do Salgado Paraense.....62
- Figura 02:** PIB Percentual por Setor do Território do Salgado/PA no ano de 2013.....66

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Extensão territorial e por município do Território do Salgado/PA.....62
- Quadro 2:** Indicadores Socioeconômicos do Território do Salgado/PA.....65

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** Demografia Total e por Município no Território do Salgado/PA em 2010.....63
- Tabela 02:** PIB Total a Preços Correntes e Percentual dos Municípios do Território do Salgado/PA no ano de 2013.....66

LISTA DE GRÁFICO

- Gráfico 1:** IDHM dos Municípios do Território do Salgado Paraense (1990-2000-2010).....67

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ATAF - Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Curuçá

ATAPAV - Associação dos Trabalhadores na Pesca Artesanal de Vigia

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATGS - Assessor Territorial de Gestão Social

ATIP - Assessor Territorial de Inclusão Produtiva

CASP - Cooperativa Agropecuária do Salgado Paraense

CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial.

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

DFDA – Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IDATAM - Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

NEI – Nova Economia Institucional

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PADT - Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROINF – Programa de Apoio à Infraestrutura dos Territórios Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTDRSS - Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEMAAB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Abastecimento de Igarapé-Açu

SEMAAPP - Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Pesca de Santo Antônio do Tauá

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São João da Ponta

SEMPDR - Secretaria Municipal de Pesca e Desenvolvimento Rural de Vigia

STTR - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ABORDAGENS TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, DO CAPITAL SOCIAL E DAS INSTITUIÇÕES	16
2.1 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	16
2.2 CAPITAL SOCIAL E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	21
2.3 INSTITUIÇÕES E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	30
3. A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	38
3.1 A SDT E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	38
3.2 O COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	46
3.2.1 <i>Gestão social e a criação de institucionalidades</i>	46
3.2.2 <i>CODETER como arranjo institucional do desenvolvimento territorial</i>	48
3.2.3 <i>Processo de formação e estrutura do CODETER</i>	51
3.2.4 O CODETER e a superação de outras instâncias administrativas	54
4. UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DA IMORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL E DAS INSTITUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	56
5. O TERRITÓRIO DO SALGADO PARAENSE.....	60
5.1 CARACTERIZAÇÃO (PRINCIPAIS INDICADORES)	60
5.2 O COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO SALGADO PARAENSE – CODETER	68
6. ASPECTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO	71
6.1 ASPECTOS GERAIS, TIPO DE PESQUISA, NATUREZA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS.....	71
6.2 DA DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO À ANÁLISE DOCUMENTAL	74
6.2.1 <i>Acervo Documental</i>	74
6.2.2 <i>Concatenação do Acervo com o Referencial Teórico</i>	74
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
BIBLIOGRAFIA	87
ANEXOS	90

Anexo 1: E-mails de solicitação e resposta de uso dos documentos do CODETER do Salgado paraense	90
Anexo 2: Regimento do CODETER do Salgado.....	91
Anexo 3: Carta de princípios do CODETER do Salgado (Pará)	97
Anexo 4: Relatório da 1ª Plenária Territorial do Salgado Paraense / 2015	101
Anexo 5: Relatório da 2ª Plenária Territorial do Salgado Paraense / 2015	110
Anexo 6: Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial - PADT	119
Anexo 7: Composição do Colegiado Territorial do Salgado Paraense por Entes da Sociedade Civil e do Poder Público.....	124

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento territorial vem ganhando maior importância na última década à medida que a importância dos recortes regionais, estaduais, e locais pautadas no contexto nacional vêm sendo substituído pela incorporação da abordagem territorial para a elaboração e implementação de políticas públicas.

Sendo esta uma ferramenta de planejamento cada vez mais incorporada pelo Estado, capaz de levar em consideração os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, uma política inovadora por permitir que as dinâmicas locais sejam colocadas em pauta e permitindo, inclusive a ampliação e inclusão da perspectiva dos atores locais para o direcionamento de recursos de determinado território, o desenvolvimento ganha uma nova dimensão e possibilita que novas institucionalidades sejam criadas ao reduzir-se a condução das políticas públicas somente pelo Estado, sobretudo porque este permite o aumento da participação da sociedade civil.

Essa descentralização das políticas públicas tem um maior impacto quando a dimensão rural é seu objeto, onde tanto elementos agrícolas como os que fazem parte da lógica da produtividade capitalista se integram no entendimento do desenvolvimento rural. Enquanto antes o meio rural, era quase completamente negligenciado na oferta de políticas públicas, este hoje vem se transformando e se diferenciando com demandas como nunca houvera antes, ganhando legitimidade e importância mesmo que, desde sempre, o Brasil se caracterize como um país predominantemente rural.

No enfoque territorial das políticas do governo federal existe a exigência de criação de espaços de tomada de decisão denominados Colegiados de Desenvolvimento Territorial, os CODETER's, onde os atores locais que o compõem em cada território devem tê-lo com dispositivo de governança nos quais tem a possibilidade de construir projetos coletivos no âmbito dos territórios facilitando tanto a coordenação das ações públicas como ainda é capaz de inseri-los num contexto mais geral de desenvolvimento, coordenando e implementando a matriz de políticas públicas dos diversos ministérios, principalmente o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, que traça linhas gerais dos programas de desenvolvimento territorial. Nesse contexto o CODETER pode ser visto como um espaço de democratização da coisa pública e do exercício da cidadania dos diferentes atores sendo um arranjo institucional que pode, dependendo do capital social ali formado ser capaz de ter gerência social e trazer perspectivas locais de desenvolvimento para o território.

O CODETER, enquanto instância de governança possível dentro das políticas do governo com enfoque territorial pode permitir uma forte participação social para o planejamento de um território. Aqui, o foco será de analisar, a partir da experiência do território do Salgado paraense, se esse novo arranjo institucional é capaz, no sentido de ter legitimidade, de induzir benefícios que podem trazer melhorias socioeconômicas para o território, isto é, se o acesso aos programas do governo Federal se ampliará com a efetivação do território por intermédio da instituição territorial denominada CODETER, podendo se configurar como um espaço eficiente para os atores que nele se articulam, no que se refere ao atendimento das demandas nele pleiteadas, e se o esforço para sua institucionalização vai direcioná-lo para as dinâmicas locais ou será apenas um instrumento de política pública que visa integrar os territórios às dinâmicas de mercado integradas à política de desenvolvimento nacional?

A discussão teórica que traz a abordagem territorial para a aplicação em políticas públicas é relativamente nova nas discussões científicas, primeiro porque diversas interpretações acerca do que é o território não convergem, pois não se trata apenas de um simples recorte dentro do espaço, mas de relações de poder que nele existem. Agregado a isso, estão as relações formais e informais que nele interagem observando-se a diversidade de atores que integram um território. Dado o reconhecimento das desigualdades de distribuição de renda refletidas no espaço e as especificidades existentes em cada região, o uso da abordagem territorial para a aplicação de políticas públicas vem emergindo a partir de experiências existentes na Europa e América Latina, por exemplo.

O debate que atravessa a eficiência da aplicação dessas políticas no amplo território brasileiro perpassando pelo fato destas políticas partirem de uma matriz traçada pelo governo Federal é diverso e dentro do campo científico, trazendo em seu âmago diversas conclusões e importantes questionamentos sobre o rumo que vem tomando as políticas de desenvolvimento territorial. São vários resultados que surgem acerca do tema escolhido, principalmente de estudiosos da áreas de Geografia, Ciências Sociais e demais ciências humanas, além de estudos de agrônomos e cientistas políticos, mas da perspectiva da Ciência Econômica ainda há muito o que se investigar. Daí a importância de contribuir com essa discussão em vista de que muitos desses territórios estão na Amazônia Paraense, isto é, a perspectiva e trajetória dos territórios da Amazônia deve ganhar atenção especial, por isso, inserir o Território do Salgado Paraense nesse debate se faz fundamental uma vez que este dá os seus primeiros passos enquanto Território Rural e pretende se tornar Território da Cidadania.

Dar o olhar acadêmico é substancial, mas deixar os resultados na redoma acadêmica é deixar objetificado processos tão relevantes para a sociedade. Buscar saber o alcance de uma política pública e o quão efetiva ela é, ou seja, traçar alguns elementos que traduzam seu sucesso ou não, a partir de um primeiro olhar, de questões que envolvam o território do Salgado Paraense se faz necessário por estar transformando todo o conhecimento gerado em informações que podem endossar a forma como vem sendo conduzida ou ao menos trazer a reflexão de que adaptações ou mudanças radicais deveriam ser feitas para que realmente se possam reduzir níveis de desigualdade e pobreza dos indivíduos que compõem o território.

As informações, conversas, leituras e discussões vivenciadas em quase dois anos do projeto *“Implementação e Manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Paraense: território, desenvolvimento e sustentabilidade”* fomentado pelo CNPQ também foram bastante relevantes para que este trabalho fosse direcionado para a discussão do desenvolvimento territorial, simplesmente por deixar aberto alguns caminhos e deixar indagações a respeito do uso dessa abordagem em políticas públicas.

Diante disto, o objetivo deste trabalho é verificar as interconexões existentes na abordagem territorial, do capital social e das instituições, com foco no desenvolvimento territorial, a partir do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território do Salgado Paraense, considerando que este é um novo arranjo institucional que permite a participação para o planejamento de políticas que são destinadas para o território. Para fins metodológicos adotou-se uma análise descritivo exploratória de base documental, frutos das discussões levantadas pelo CODETER do território do Salgado - PA desde a sua primeira Plenária territorial, abrangendo o período de 2014-2015.

Esta monografia está organizada em sete seções, incluindo esta introdução. A seção 2 aborda as teorias que embasam a pesquisa: iniciando com a abordagem territorial, do capital social e das instituições. A seção 3 explana acerca da política de desenvolvimento territorial do Governo Federal, discorrendo sobre o papel da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER). A seção 4 apresenta uma breve revisão da literatura, considerando sua abordagem integradora dos elementos da gestão social e das institucionalidades na dinâmica dos territórios, sobretudo no que tange a captação e alocação do capital social e o fortalecimento das instituições de caráter deliberativo. Na seção 5 está descrita a caracterização do território do Salgado Paraense, apresentado alguns de

seus indicadores – demográficos, socioeconômicos e etc. – chegando até a descrição da atual estrutura colegiada implantada naquele território.

A seção 6 apresenta os aspectos metodológicos, que tange o tipo de pesquisa adotada neste trabalho, desde sua natureza, objetivos e procedimentos, além da discriminação do acervo documental utilizado na análise e concatenação dos resultados com o referencial teórico e revisão bibliográfica. Por fim, na seção 7 estão as considerações finais do trabalho.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, DO CAPITAL SOCIAL E DAS INSTITUIÇÕES

2.1 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Havendo com o passar dos anos uma grande cientificização do sentido do que seja o desenvolvimento, principalmente partindo de pressupostos que se valem daquilo que a produção ocidental postula, o debate acerca do desenvolvimento atravessa diversas faces que vão desde as mais enrijecidas, formuladas pela ciência econômica, até aquelas que partem de uma ótica mais distante dessa gênese que procuram integrar diversas variáveis além daquelas utilizadas nas teorias clássicas, envolvendo dimensões mais amplas.

Quando é o meio rural brasileiro que está em questão, o debate acerca das tipologias das formas sociais de produção encontradas passam a ser importantes para o estabelecimento de políticas públicas que objetivam seu desenvolvimento. Mas o entendimento das articulações dessas formas sociais de produção não devem se restringir apenas ao campo. Pensar em desenvolvimento rural significa compreender que essas formas sociais de produção acontecem agora entre espaços urbanos e rurais, fortemente articulados dentro da chamada “nova ruralidade”, e com características arrojadas dos tecidos sociais locais muitas vezes com dinâmicas de desenvolvimento territorial próprios. E mais importante que isso: “o rural não pode ser reduzido ao agrícola” (FAVARETO, 2006, p. 18).

Existe sim uma grande importância do poder explicativo da agricultura familiar para a análise dos fenômenos relacionados ao desenvolvimento rural, mas quando se constata que as atividades dos espaços urbanos vêm ganhando peso nas rendas dos agricultores familiares, percebe-se um arrefecimento de seu poder explicativo emergindo assim a necessidade da introdução de outras categorias de análise além da agricultura, que possam dar conta de explorar mais a fundo o desenvolvimento desses espaços.

As articulações territoriais podem ser uma alternativa para compreender esse novo cenário por que passam os espaços antes estritamente rurais em que as dinâmicas territoriais de desenvolvimento vêm ganhando importância tanto no debate acerca daquilo que se compreende enquanto desenvolvimento da mesma forma que já vem sendo aplicado na formulação de políticas públicas que tenham este como fim.

Segundo Dallabrida & Becker (2003)¹ alguns conceitos são importantes para o entendimento da dinâmica territorial do desenvolvimento. Entre eles estão “espaço”, “região”, “território”, “territorialização”, “dinâmica territorial do desenvolvimento”, “desenvolvimento local/regional” e “territorialidade”.

Espaço se refere à totalidade dos lugares produzidos na articulação contraditória entre a mundialidade e a especificidade contendo dimensões de solidariedade e contradição. **Região** é definida como um *locus* da sociedade total num determinado momento, isto é, um subespaço do espaço nacional total que especifica uma totalidade da qual faz parte e possui um vínculo funcional e espacial onde se combinam o geral e o particular (elemento de diferenciação). **Território**, por sua vez, é a terra que pertence a alguém, onde a ideia de pertença não está necessariamente vinculada à de propriedade da terra, mas de sua apropriação, logo é o espaço territorializado e apropriado; um lugar de relações entre sociedade-natureza e homens-homens, e por isso espaço de ação e de poder sendo uma extensão do espaço apropriada e usada. A **territorialização** é entendida como o processo de apropriação do espaço que ocorre por meio de uma intervenção do poder público ou privado. Ao abordar o conceito de **territorialidade**, dizem que se refere àquilo que se encontra no território ou ao processo em que a população se conscientiza fazer parte do território, compreendendo um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas que garantem a apropriação e permanência em determinado território; pode levar, em última instância, a transformações territoriais quando a coletividade adota um projeto de desenvolvimento proveniente de sua própria racionalidade, mediante o aumento de sua consciência de territorialidade. (DALLABRIDA & BECKER, 2003).

Quando se fala em **dinâmica territorial do desenvolvimento**, se faz alusão às diferentes formas em que os diferentes atores/agentes locais/regionais se organizam para atuar no processo de ordenamento ou reordenamento do território para atuarem no processo de desenvolvimento local/regional, isto é, seu próprio desenvolvimento (DALLABRIDA & BECKER, 2003).

O **desenvolvimento local/regional** refere-se a um determinado processo de territorialização capaz de estimular potencialidades e contribuir para que se superem os desafios locais/regionais onde se potencializa a capacidade de auto-organização que permita a

¹ Para chegar a estes conceitos, Dallabrida e Becker (2003) fazem referência a diversos autores, não sendo responsáveis integralmente pelas definições aqui descritas. Para saber mais sobre estes conceitos ver Santos (1994), Santos (1997a), Corrêa (1994), Santos & Silveira (2001), Raud (2000).

implementação de uma dinâmica territorial do desenvolvimento mais autônoma e menos desigual (DALLABRIDA & BECKER, 2003).

O conceito de região historicamente tem sido usado visando a ação e controle sobre o território onde o planejamento emerge fundamentado no discurso de recuperação e desenvolvimento de suas unidades territoriais. Essa ação planejadora está comprometida unicamente com os interesses do lucro capitalista que objetiva integrar a região ao padrão de desenvolvimento dominante para que possa exercer maior controle sobre a região. Dessa forma, somente o desenvolvimento da capacidade da região tornar-se protagonista pode fazer com que as regiões deixem de servir esses interesses externos (DALLABRIDA & BECKER, 2003).

Ao falar de território se faz necessário lançar mão daquilo que o geógrafo brasileiro Milton Santos preconiza ao entender que o território não se reduz ao conjunto de sistemas naturais e coisas superpostas, devendo ser entendido como território usado, isto é, o chão mais a identidade que, por sua vez, é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Pode ser definido nas suas desigualdades, visto que a existência do dinheiro não se dá na mesma forma no território. É o seu uso que o transforma em objeto de análise social, precisando sempre de revisão histórica para o seu entendimento. O pensador também afirma que a nova realidade do território é a interdependência universal dos lugares, ao se remeter à ideia de globalização, onde a natureza é histórica, inclusive o meio ambiente e, o valor local é relativizado (SANTOS, 2006; 2007).

A regulação do território vem se modificando nas ações de planejamento ao começarem a não atender somente as necessidades locais, mas passam a visar uma maior integração que promove uma maior convergência de certos agentes e regiões, não obstante, os territórios.

No entanto, surgem algumas dificuldades com a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural. Segundo Favareto (2006) a própria conjugação das palavras “desenvolvimento” e “territorial” tem a pretensão de envolver e substituir de maneira mais precisa outras dimensões espaciais do processo de desenvolvimento: rural, urbano, regional, local. Além disso, este autor também destaca as dificuldades relativas à trajetória de sua origem e institucionalização, uma vez que as demais proposições possuem um caráter eminentemente normativo havendo, muitas vezes, desqualificação do conteúdo científico da ideia de desenvolvimento rural. Adicionado a isso Favareto (2006, p. 24) indica que:

Menos do que uma nova teoria, a emergência da abordagem territorial implica, sobretudo, no dimensionamento de uma escala específica dos processos de desenvolvimento onde, em vez de uma análise dicotômica do urbano e do rural, torna-se necessário um enfoque relacional, que envolva os dois polos a partir do entendimento de suas relações de oposições e complementariedade.

É importante frisar que para o entendimento do que pensa Favareto (2006) sobre desenvolvimento há a necessidade da sua compreensão não apenas como estágios ou etapas que se podem alcançar, mas como um processo pelo qual a evolução para se chegar até o desenvolvimento se faz, levando em consideração que este se remete a uma trajetória de longa duração, na qual a dimensão do crescimento econômico, das questões sociais, institucionais e ambientais devem ser partes constituintes dessa evolução.

Mas vem se configurando um novo cenário associado às transformações econômicas mais recentes, processos de modernização da produção e de integração de mercados onde uma maior diversificação de atividades, não apenas associadas à agricultura ou ao agrário, vêm emergindo, com destaque, por exemplo, para o setor de serviços justamente porque as populações rurais estarem cada vez mais exigentes, (FAVARETO, 2006, p. 98) “são novos agentes, novas variáveis introduzidas ou tornadas mais relevantes, novos interesses, uma nova estrutura de oposições e identidades que sustentam a especificidade dessa nova configuração da relação rural-urbano”. Firma-se a integração intersetorial da economia com importância cada vez maior da variável ambiental, a chamada “nova ruralidade” que se expressa em: desdobramentos paisagísticos dos esforços de preservação ambiental; aproveitamento econômico das amenidades naturais através do turismo e, a utilização de fontes renováveis de energia localizadas nos espaços rurais (VEIGA, 2005 *apud* FAVARETO, 2006).

Conforme Favareto (2006) não é mais satisfatório reduzir o rural à suas tradicionais atividades primárias devendo ser apreendido em termos territoriais, ao invés de setoriais, justamente pela diversificação e reconhecimento que as atividades contidas nesses espaços se alinham a uma lógica cada vez mais intersetorial, e pela importância que vem ganhando as questões ambientais.

O que vem se tornando cada vez mais sólida é a ideia de que o desenvolvimento rural pode ser alcançado através do planejamento que possa se desencadear em projetos construídos a partir de um enfoque participativo tornando relevante o alinhamento de interesses, apesar de coexistirem uma grande diversidade de segmentos envolvidos com interesses conflitantes, isto é, a nova ruralidade não se manifesta de maneira homogênea. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial vislumbrado a partir de uma abordagem territorial torna-se uma

das saídas que podem conduzir um processo onde podem surgir tantas divergências. Em relação a isso, como destacado por Favareto (2006), não há necessariamente uma teoria do desenvolvimento territorial, mas uma *abordagem territorial* expressa no tratamento de um determinado nível de realidade e na forma que algumas instâncias empíricas fundamentais operam.

A ideia de território ganha força num contexto em que os instrumentos de promoção do desenvolvimento mais tradicionais entram em crise, sendo o território uma forma de evolução de conceitos como o de região, por ser um conceito que permite o estabelecimento de uma relação marcadamente estreita com a política e que não se restringe aos limites da especialidade disciplinar (FAVARETO, 2006), sendo, portanto, interdisciplinar. Dito isto observa-se que “raramente as disparidades inter-regionais na apropriação da riqueza são tratadas como uma questão territorial, inscrita no espaço desde origens da produção mercantil e constantemente transformada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo” (EGLER, 2012, p. 208).

O conceito de território então não está puramente associado à questões espaciais, pressupondo a existência de relações de poder, estejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas. Se difere do conceito de região por esta ser um conceito-síntese das relações entre a cidade e o campo, relações estas definidas e particularizadas dentro de um conjunto mais amplo, podendo, por exemplo, ser atribuída a economia nacional ou internacional (EGLER, 2012).

A partir de 1973, segundo EGLER (2012) a estratégia governamental brasileira passa a atuar numa escala sub-regional quando implantado os polos de crescimento, envolvendo a criação de lugares privilegiados que interligariam os circuitos nacionais e internacionais dos fluxos financeiros e de mercadorias, estratégia muito influenciada pelas ideias de François Perroux privilegiando, desta forma, a regionalização como instrumento de ordenamento do território nacional.

Diante disso, houve um “progressivo esvaziamento da região enquanto categoria de análise e intervenção, em grande parte devido à ausência de uma teoria explícita do Estado e a falha para distinguir entre as relações políticas e econômicas” (MARKUSEN, 1981, p. 98 *apud* EGLER, 2012, p. 214). As perspectivas do desenvolvimento em bases regionais no Brasil passam, assim, por novas estratégias, abrindo espaço para estratégias de desenvolvimento rural passando a combinar as estruturas rural e urbana no denominado Novo Rural.

As características que configuram a nova ruralidade no capitalismo contemporâneo são explicitadas a partir de quatro fatores, que conforme destaca Favareto (2006) são: 1) as mudanças por que passam os espaços rurais e a uniformização entre os mercados de bens econômicos e simbólicos tanto do meio rural como do meio urbano e os processos sociais que daí surgem; 2) mudanças no padrão de regulação sobre as áreas rurais, tanto de viés agrícola como ambiental; 3) as novas dinâmicas econômicas e demográficas dos espaços rurais, principalmente no que se refere à multiplicidade de agentes e de atividades produtivas e; 4) valorização das amenidades rurais, que vem se tornando uma vantagem comparativa dos territórios. Características gerais que vêm ganhando força e, inclusive, já resultam em algum tipo de preocupação de diversos agentes no sentido de criar ações que as contemplem.

Como demonstrado por Favareto (2006) não é mais satisfatório reduzir o rural à suas tradicionais atividades primárias devendo ser apreendido em termos territoriais, ao invés de setoriais, justamente pela diversificação e reconhecimento que as atividades contidas nesses espaços se alinham a uma lógica cada vez mais intersetorial, e pela importância que vem ganhando as questões ambientais.

2.2 CAPITAL SOCIAL E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Considerando as interrelações existentes no território e a promoção do crescimento endógeno que valorizem seus produtos e pessoas a partir de mecanismos de gestão social a serem criados que convirjam em melhorias socioeconômicas, vale-se dizer que a política de desenvolvimento com abordagem territorial do MDA, onde a capacidade de mobilização, organização e dinamismo dos entes civis e do Estado é prerrogativa necessária para alcançar tais melhorias, não se devendo prescindir de uma importante forma de capital: o capital social.

Diferente de outras formas de capital mais disseminadas dentro do campo da ciência econômica, como o capital físico e humano, o capital social permeia a estrutura social e a cultura de uma comunidade, onde características como normas de reciprocidade e sentimentos de confiança que facilitem ações coordenadas e a cooperação são resultados de sistemas de participação cívica que podem reforçar-se conforme contribuam para a eficiência e benefícios mútuos para a sociedade. Um acúmulo do estoque de capital social pode resultar em aumento do estoque das outras formas de capital, isto é, aquele constituído por máquinas e equipamentos e aquele constituído pela incorporação do conhecimento dos indivíduos.

A abordagem do termo capital social é um dissenso dentre as ciências, estando vinculado tanto às questões puramente teóricas quanto metodológicas de cada enfoque científico. Contudo, o capital social vem ganhando destaque tanto pela sua vinculação com

conceitos provenientes da teoria social e da ciência política, como pela associação estabelecida com disciplinas que utilizam a ideia de capital (físico, humana, natural e etc). Apesar de serem distintas as maneiras como se aborda o capital social, há consenso de que em comparação a outras noções que são centrais ao debate do desenvolvimento econômico, esse é um conceito de natureza relacional (NARAYAN, 1999).

Uma das propostas acerca dessas diferentes abordagens conceituais está aquela destacada por Grootaert *et al.* (2003) descrita a seguir: Primeiramente encontra-se o conceito de capital social na abordagem da sociologia (Ronald Burt, Nan Lin e Alejandro Portes), que se refere aos recursos que os indivíduos podem procurar em razão de suas relações com outras pessoas. A estes recursos dá-se o nome de capital social e podem ser constituídos por elementos como informações, ideias e apoios compartilhados entre pessoas e grupos de pessoas. Burt, por exemplo, observa a estrutura de uma rede social e do papel que esta tem no fluxo dos recursos por meio dessa rede social. Tal estrutura pode ser entendida como um conjunto de pessoas que possuem entre si algum tipo de relação, com alguma frequência e obedecendo a algum tipo de padrão e valores. Uma pessoa no interior de uma rede social possui melhor acesso aos recursos disponibilizados por ela. Ele considera o capital social como parte integrante do capital humano, mas este se refere a uma habilidade pessoal, enquanto o capital social se refere a oportunidades.

A segunda abordagem é associada à ciência política, com destaque a Robert Putnam (1996), e se refere ao engajamento do indivíduo em redes informais e organizações cívicas formais.

Capital social é um conceito abstrato de difícil definição. Além da definição mais geral descrita por Grootaert *et al.* (2003), podem ser destacados três tipos de capital social: 1) **capital social de ligação**, no qual os laços se dão entre pessoas similares como família, vizinhos e amigos; 2) **capital social de ponte**, no qual os laços se dão entre pessoas diferentes, mas conecta pessoas de posição social mais ou menos igual e, 3) **capital social de conexão**, no qual os laços referem-se às conexões com pessoas em posição de poder, podendo ser usado para alavancar recursos ou dar acesso aos bancos, tribunais e programas de desenvolvimento, em que líderes locais podem vir a agir como conexões entre as comunidades carentes e a assistência externa.

Assim sendo, de acordo com D'Araujo (2003. p. 57) “capital social reflete uma maneira integrada de agir e de interagir que tem na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade”. Não é substituto de nada, assim como não supõe que o mercado possa ser

substituto do Estado. O capital social de um indivíduo é diretamente relacionado às suas relações, ou seja, de seu encaixe em uma extensa rede de relacionamentos interpessoais.

Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam são os autores referenciais na elaboração e difusão do conceito de capital social. A concepção de Bourdieu, que é a primeira análise contemporânea sistemática sobre o capital social, tem como foco as estratégias de reprodução ou a mudança de posição na estrutura social, sendo o único dos três autores a incluir na estrutura de análise do capital social a noção de conflito. Coleman, por seu turno, estabelece ligação entre a teoria da escolha racional e as relações sociais no desenvolvimento de capital humano, ao passo que Putnam ressalta a existência de uma significativa associação entre responsabilidade cívica, políticas públicas e desenvolvimento econômico (PORTES, 1998).

Putnam utiliza o conceito de capital social de forma instrumental (Portes, 1998), centrando-se nos benefícios que são obtidos pelos indivíduos quando participam de grupos e sobre a construção deliberada de sociabilidade com o objetivo de criar este recurso, na qual o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

É destacado também a criação do capital social através do conceito de *habitus* - as atitudes, concepções e disposições compartilhadas pelos indivíduos pertencentes à mesma classe – que configura redes sociais de relacionamentos entre os agentes. O volume de capital que um indivíduo possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) associado a cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 1986).

Conforme Coleman (1988, p. 95) o capital social é “[...] a habilidade de as pessoas trabalharem juntas em grupos e organizações para atingir objetivos comuns”. Coleman parte de uma dupla crítica para introduzir a noção de capital social. De um lado, questiona os sociólogos que tendem a apreender o ator como socializado, ou seja, tendo suas ações determinadas por normas sociais, regras e obrigações, mas sem um móvel particular que as guie. No entanto, destaca que a principal virtude destes estudos é a habilidade com que descrevem e explicam como a ação é modelada, limitada e direcionada pelo contexto social.

De outro lado, critica os economistas neoclássicos que percebem a ação como produto unicamente das motivações de autointeresse dos atores, as quais independem das estruturas que configuram o mundo social. Aponta, porém, o mérito em postularem um princípio de orientação da ação, encontrado na maximização da utilidade. O princípio da ação racional ou intencional é incorporado, então, por Coleman em sua concepção de capital social, conjugando-o com os efeitos das estruturas sociais sobre o comportamento dos atores. Em outros termos, há uma tentativa de mesclar os dois princípios, o que permitiria contemplar a relativa liberdade dos atores em suas decisões acerca dos rumos de suas ações, ao mesmo tempo incorporando os efeitos do contexto social sobre estas decisões. Ao contrário de outras formas de capital, o capital social é inseparável da estrutura de relações estabelecidas entre os atores (COLEMAN, 1988).

A característica principal do capital social em relação a outras formas (físico, cultural, humano), apontada tanto por Bourdieu quanto por Coleman, é a sua intangibilidade. Diferente do capital físico, que se desgasta com o seu consumo, o capital social é valorizado através de seu uso e de interações repetidas. Ele só existe na estrutura das relações sociais, que são as fontes do capital social. Ele atua também como um facilitador (*lubricant*) na difusão de informações e no fluxo de recursos aos agentes envolvidos na estrutura social (MCNAUGHTON, 2000).

Sendo um conceito abrangente e bastante difundido em diversas áreas do conhecimento, especialmente nas ciências sociais, por estar relacionado com uma densa rede de organizações e associações civis até conexões sociais mais informais, a exemplo da amizade entre indivíduos. Neste contexto, Ferreira (2002) compreende o capital social a partir de duas abordagens, a saber: a) associacionista e b) a da autonomia inserida. A abordagem associacionista busca explicar a existência de capital social a partir da natureza histórico-cultural em que determinada quantidade de associações horizontais podem indicar um maior ou menor estoque de capital social. Na outra abordagem, a atuação dos governos para a produção de capital social está veiculada a ideia de sinergia entre Estado e sociedade capazes de tornar mais eficientes o funcionamento de políticas públicas.

Dentro da abordagem associacionista, Robert D. Putnam, que apesar de não ser o precursor do uso do termo, é um dos primeiros a sistematizar uma teoria com um forte arcabouço teórico-metodológico do capital social, demonstrando de forma empírica nos seus estudos das regiões da Itália, que passava por um processo de descentralização de governo, como diferentes níveis de participação cívica acumulado durante um milênio (des)favoreceu e

influenciaram na diferença de desempenho econômico e institucional entre vinte regiões italianas, isto é, o motivo das regiões do Sul da Itália serem menos prósperas enquanto que no Norte havia indícios claros de desempenho econômico superior.

Putnam (1996) constatou que as regiões do Norte estavam mais bem providas recursos materiais e humanos, sendo mais ricas e modernas, mas que a modernidade econômica não era a principal razão desse desempenho, ou seja, a riqueza e o desenvolvimento econômico não foram considerados fatores determinantes para explicar as diferenças de desempenho, apesar de exercerem alguma influência no bom desempenho das instituições públicas. Nem mesmo uma maior distribuição de verbas por parte do governo às regiões mais pobres do país parecia suficiente para compensar as diferenças regionais existentes no país.

Dessa forma, Putnam (1996) parte para o conceito de comunidade cívica para compreender as supracitadas diferenças onde, a cidadania encarada como participação nos negócios públicos estaria associado a uma forma de virtude cívica que prescindia de interesses individuais em prol dos interesses coletivos. A cidadania, com os direitos e deveres entendidos como iguais para todos, presente numa comunidade com virtudes cívicas contemplaria um sistema de relações horizontais que seguissem a premissa da igualdade política dos seus membros onde, por sua vez, seguiriam regras de reciprocidade e participariam do governo. Numa comunidade cívica, os conflitos existem, mas também há tolerância entre os membros com ideias divergentes, pois a confiança e respeito mútuos se tornam aspectos presente entre eles.

Putnam considera que embora a confiança não faça parte da definição do capital social é uma consequência deste, podendo ser tomada como *proxy* de sua existência. As normas compartilhadas, que podem ser enraizadas em parentesco, etnia, valores religiosos ou ideológicos, mas também em padrões de desempenho profissional e códigos comportamentais, reduzem a incerteza, pois permitem aos atores prever o comportamento mútuo. Com isso, forma-se um circuito virtuoso onde “a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM, 1993, p. 180). No contexto de comunidades de pequeno porte e alta integração, a confiança nasce das interações face a face e da coesão existente entre seus membros. Já nas sociedades complexas, a confiança somente pode surgir em função da existência de regras de reciprocidade e de sistemas de participação cívica.

Reverendo esses conceitos bastante associados a reflexões filosóficas, políticas e sociológicas, um dos aspectos centrais a que chega Putnam são as associações civis. Para ele,

elas são precondição, existência e “para a eficácia e estabilidade do governo democrático” (PUTNAM, 1996, p. 103), pois geram tanto efeitos sobre os indivíduos como sobre a sociedade. Nos primeiros incutem hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público desenvolvendo um senso de responsabilidade sobre os empreendimentos coletivos, enquanto nos últimos, a articulação e associações de interesses se tornam mais relevantes por resultarem numa rede de associações secundárias coexistentes, incorporando e promovendo a colaboração social (PUTNAM, 1996).

Na pesquisa de Putnam foram consideradas quatro variáveis para a criação de um índice de comunidade cívica para chegar à diferença de desempenho institucional nas regiões italianas correlacionadas positivamente ou negativamente com quatro variáveis: número de associações², número de leitores de jornal, participação dos italianos em referendos e a existência de voto preferencial³. Os seus resultados apontaram a existência de relação entre o desempenho dos diferentes governos com o grau de participação na vida social e política naquelas regiões, onde quanto mais cívica a região mais eficaz o seu governo. No caso da Itália, a maior parte das regiões consideradas mais cívicas pelo estudo situava-se no Norte e as menos cívicas no Sul. Putnam (1996) aponta, inclusive, que a existência de uma comunidade cívica é um fator mais forte que o próprio desenvolvimento econômico, sendo este um efeito de uma maior participação cívica, sendo o contexto cívico um fator importante para o funcionamento das instituições.

A partir de então, passa-se à discussão do que levaria à cooperação voluntária que resultassem em regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Esta existiria em comunidades em que houvesse um bom estoque de capital social, que quanto mais acumulado estivesse, mais facilitaria a cooperação espontânea. Nesse contexto, Putnam (1996, p. 177) define: “Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando suas ações coordenadas”.

Uma das principais características do capital social é o fato deste se tratar de um bem público, beneficiando todos que dele usufruem sem, ao mesmo tempo, privilegiar ninguém, estando nele componentes como confiança, normas e cadeias de relações sociais. A confiança é seu componente básico por promover a cooperação, relação que se retroalimenta gerando aumento paulatino de estoque capital social (PUTNAM, 1996).

² São excluídos sindicatos, associações ligadas a igrejas e partidos políticos.

³ Nas eleições italianas os votantes devem eleger uma chapa partidária, mas os eleitores também têm a opção de escolher um candidato integrante da chapa de sua preferência.

Outros elementos à que Putnam (1996) dá destaque são as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica, fontes para a confiança social. As regras de reciprocidade facilitam a cooperação e, se obedecidas, podem conter o oportunismo entre os indivíduos. Os sistemas de participação cívica quando carregam relações horizontais desenvolvidas e que englobam diferentes categorias sociais ocasionam em maior cooperação e benefícios mútuos, podendo favorecer o desempenho institucional na comunidade em geral. Ambos são cumulativos e tendem a reforçar-se mutuamente gerando círculos viciosos.

As lições da experiência italiana demonstradas por Putnam são: 1) em primeiro lugar, o fato de que o contexto social e a história condicionar o desempenho das instituições, na qual a colaboração numa comunidade cívica perpassa pelo *ethos* engendrado na moral e nos valores (des)favorecidos pela história que propiciará diferentes oportunidades e motivações; 2) em segundo lugar, o fato de que se ocorrerem mudanças nas instituições formais podem ocorrer mudanças nas práticas políticas existentes, isto é, mudanças formais podem induzir mudanças informais, refletindo assim na mudança de identidade, valores, poderes e estratégias e; 3) por último, o fato da história institucional evoluir lentamente, principalmente no que tange à instituição de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

O capital social é a forma que apresenta maiores ganhos coletivos, seja ele econômico, social e etc. Tal característica é um dos principais objetivos do Desenvolvimento Regional. Portanto, as políticas públicas com foco no desenvolvimento regional deverão ter como referência o capital social e ser intensificada neste. Apesar de sempre ressaltar a importância das instituições dentro do contexto de desempenho institucional e de ter referências estreitas com autores da nova economia institucional, a reforma destas exerceria, para Putnam, um papel secundário, cabendo ao capital social e todo o arcabouço que traz consigo, o grau de civismo (associativismo) existente em determinado contexto histórico em que uma comunidade está inserida é o papel central para explicar o desempenho institucional. Haveria ainda complementaridade entre as instituições estatais junto às iniciativas das associações civis que produziriam confiança em prol do bem estar geral.

Por sua vez, a abordagem da autonomia inserida, complementar à teoria de Putnam, é encabeçada por Peter Evans – 1944. Partindo da análise de políticas realizados por alguns países, a formação do capital social seria estabelecido a partir das instituições ao implantar programas de desenvolvimento social a partir da sinergia gerada entre Estado e sociedade civil. Desta forma, o Estado exerceria papel autônomo, entendido como ator na elaboração de

políticas públicas não sendo estas apenas reflexo das demandas de grupos sociais, classes ou da sociedade (FERREIRA, 2002).

Na medida em que o Estado, dotado de autonomia, munido de seu aparato burocrático e estabelecendo relações de confiança com o setor privado para fazer emergir cooperação para o alcance de objetivos comuns, este passa a compartilhar os objetivos do projeto com os demais atores. Assim, a sinergia gerada da relação entre Estado e sociedade é capaz de produzir capital social (FERREIRA, 2002). Destaca-se que instituições informais como a confiança pesam de forma substancial dentro desta abordagem.

Evans (1997, apud FERREIRA, 2002) define dois tipos de sinergia, a saber: 1) a de complementaridade e 2) a de inserção: A sinergia de complementaridade remete-se à ideia de parceria público-privado, disseminada dentro da economia e da administração. E a sinergia de inserção refere-se à permeabilidade que conecta cidadãos e funcionários públicos que, desde que não sejam usadas como instrumento de cooptação e corrupção podem ser fontes de acumulação de capital social podendo convergir em programas de desenvolvimento bem-sucedidos. Ambos os tipos de sinergia não são excludentes entre si e devem ser combinadas.

Ao buscar saber se a sinergia é resultado de dotes culturais de uma comunidade ou da aplicação de arranjos institucionais, Evans (1997 apud FERREIRA, 2002) adota a perspectiva da *construtibilidade*, que a torna uma possibilidade que deve ser explorada para a maioria dos contextos, desde que trazida à vida por empreendimentos institucionais. Portanto, não existiria uma limitação histórico-cultural que inviabilize as sinergias, e conseqüentemente, o capital social.

O capital social então é passível de ser produzido pela relação sinérgica entre Estado e sociedade, sendo fundamental que entre as funções do Estado estejam a incorporação, construção e aprimoramento de instituições com civismo comunitário, isto é, uma indução do capital social pode partir, não exclusivamente, mas com grande peso da autonomia do Estado no sentido até de criar políticas públicas que tenham isso como objetivo.

De qualquer forma, e em acordo com Ferreira (2002) generalizações acerca do conceito de capital social podem não conter precisão metodológica necessária para se compreender a emergência de cooperação mútua em uma comunidade e nem como esta pode contribuir para a realização de um bom governo. Uma das propriedades do capital social, a

contingência, torna necessário que os governos atuem na criação ou destruição⁴ de capital social, principalmente em contextos sociais com crescentes déficits de cidadania.

É importante destacar que o debate em torno do capital social é bastante fecundo e não se esgotou desde a grande repercussão a partir das pesquisas de Putnam, apesar de este não ter sido o primeiro a mencionar sua existência, pois nomes como Pierre Bourdieu e James S. Coleman já faziam definições bastante elucidativas de capital social mesmo sem explicitar uma teoria tão densa como a de Putnam. Existem diversas críticas e diferentes perspectivas de como enxergá-lo nas ciências sociais, daí a importância de trabalhos como o de Evans para dar extensão a lacunas não preenchidas ou com equívocos interpretativos. Evans, ao encarar o Estado como um agente fundamental coloca uma nova luz que reforça a importância do controle social da sociedade civil, possível somente com algum capital social existente e, no caso da sua não existência, pode ainda ser criado ou fortalecido com sua intervenção.

Para Moraes (2003), o conceito de capital social busca dar mais significado à presença e à qualidade de relações sociais no desencadeamento do processo de desenvolvimento, representando relações sociais institucionalizadas. Nesse sentido, o Estado tem uma função importante para a formação do capital social, seja coercitiva ou protetora das relações sociais que produzem esta forma de capital.

Estando expostas algumas propriedades do capital social evidenciadas em estudos como os de Putnam e Evans, por exemplo, e sabendo-se da sua importância no estabelecimento de um processo de desenvolvimento sólido onde o controle social de políticas a partir de regras de reciprocidade e sistemas de cooperação no âmbito cívico constitui uma base imprescindível e, ressaltando o Estado como agente capaz de impulsionar esse processo, a política de desenvolvimento dentro da perspectiva territorial adotada pelo MDA invoca a emergência do capital social como referência estratégica da proposta de desenvolvimento territorial.

Para isso, a definição de capital social utilizada pela SDT/MDA diz que:

O capital social é um elemento que emerge das relações humanas, contribui para a consolidação das relações sociais e pode transformá-las em instrumentos de otimização das iniciativas coletivas, rumo à formulação, implementação e gestão planos de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2005b, p. 24).

⁴ Falar em destruição de capital social pode não ser entendido como algo completamente ruim. Existe o denominado “capital social negativo” que traz alguns efeitos nefastos quando alguns grupos se fecham muito em si mesmos podendo gerar intolerância e discriminação reforçadas pela existência de regras de reciprocidade e confiança do grupo. Putnam (1996) dá um exemplo bastante coerente de capital negativo ao se referir à máfia italiana enquanto organização associativa.

Nesse sentido, o seu fortalecimento se dará a partir do resgate daquilo que está construído historicamente entre as pessoas e grupos sociais, “colocando-o como alicerce sobre o qual se podem fortalecer as relações de confiança, de solidariedade e de cooperação, ampliando formas de organização e as redes de relações internas e externas ao território” (BRASIL, 2005b, p. 24).

O capital social é, então, componente fundamental para que a sociedade seja protagonista nas dinâmicas internas do território, o que só se torna possível após o desenvolvimento das capacidades técnicas e gerenciais (capital humano), alinhadas à articulação e empoderamento dos atores do território até que orientem à constituição de suas institucionalidades. Esta formação do capital social é resultado de um longo processo histórico que, no caso dos territórios, o estoque desse capital não será homogêneo.

2.3 INSTITUIÇÕES E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Definir conceitualmente instituição, *estricto* ou *latu senso*, não é tarefa fácil além de ser complexa e, às vezes, ambígua. Há diferentes enfoques que se remete às abordagens institucionalistas e à comparação entre elas.

Entre elas está a corrente teórica denominada Nova Economia Institucional, que nasce no começo dos anos de 1960, e tem como seus principais autores são Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglas North. Para esses autores, conforme Conceição (2002) as instituições, ao se constituírem em mecanismos de ação coletiva, teriam como fim dar “ordem” ao conflito e aumentar a eficiência. A constatação da importância das instituições no comportamento dos agentes econômicos e, por conseguinte, no desempenho econômico levou aqueles autores a erigir uma nova abordagem dentro da teoria econômica, a chamada Nova Economia Institucional (NEI). Esta se caracteriza, principalmente por não considerar as instituições como dadas (exogenamente), como faz a teoria tradicional. A ideia de que instituições importam é a base da análise proposta por esta corrente.

Partindo da observação da construção e evolução da estrutura institucional de algumas sociedades (revolução no período neolítico, grandes impérios da antiguidade, feudalismo, a Europa moderna, revolução industrial), Douglas North em 1981 inaugura os pilares da sua teoria institucional com a sua publicação intitulada “*Structure and Change in Economic History*” (GALA, 2003).

No trabalho denominado “Custos de transação, instituições e desempenho econômico” de Douglas North (1994), é desenvolvido uma estrutura analítica para examinar as mudanças institucionais baseados em problemas de desenvolvimento econômico e

experiências históricas que implicam na elaboração de políticas. Para North, as instituições constituem, mais formalmente, às regras do jogo da sociedade, isto é, os limites que disciplinam as interações humanas existentes estruturando assim incentivos de natureza política, econômica e social por determinarem os custos de transação sujeitos nas operações do sistema econômico.

O sistema econômico é organizado de forma que os indivíduos se beneficiem dele, mesmo que isto não se dê da forma mais eficiente, isto é, quando existem altos custos de transação e diferentes níveis de acesso à informação resultando em relações onde alguns indivíduos se beneficiam em detrimento do prejuízo de um outro (NORTH, 1994). Isso pode explicar a existência da desigualdade existente entre grupos ou regiões, por exemplo, onde instituições mantenedoras de privilégios se estabelecem em determinados períodos.

É importante, para a compreensão de muitos pontos desse trabalho, partir da definição de instituições feita por North (1994) uma vez que estas são centrais na constituição de sua teoria, a saber: distinguindo das organizações, as instituições correspondem à regras formais (leis e dispositivos jurídico-políticos) e limitações informais, isto é, as normas de comportamento, as convenções e códigos de conduta auto-impostos, valores, cultura, além de mecanismos que garantam a eficácia do sistema de normas impostas para o relacionamento entre os indivíduos ligadas a um processo de que iniciam com os códigos de conduta, passando pelas represálias até que se cheguem às sanções da sociedade ou exigências coercitiva pelo Estado afetando assim os custos de transação e o conjunto de oportunidades que são criadas numa matriz institucional. Por sua vez, “as organizações compõem-se de grupos de indivíduos dedicados a alguma atividade executada com determinado fim” (NORTH, 1994, p. 13), isto é, são os “jogadores”. As organizações buscarão ganhos, sejam eles políticos, econômicos ou sociais para sobreviverem, investindo na aquisição de habilidades e conhecimentos valendo-se, inclusive, da canalização de investimentos públicos adquiridos em processo político que aumentem suas perspectivas de sobrevivência. As organizações atuam no sentido de obter ganhos capazes de romper com as estruturas institucionais resultantes de alterações de restrições informais onde, a partir do conhecimento acumulado, podem corrigir os erros ocorridos na estrutura anterior para a criação de arranjos institucionais mais eficientes.

Na sociedade há dois tipos básicos de instituições: *formais* e *informais*. A primeira consiste de normas formais, ou melhor, as leis da sociedade. As instituições informais são *tradições* e *costumes* da sociedade, sendo a *religião* uma das mais importantes. Instituições

informais influenciam instituições formais. Instituições formais e informais diferem por diversos motivos: instituições formais mudam em menor espaço de tempo, precisam da ação coerciva do Estado para serem observadas; instituições informais, por sua vez, não necessitam de ação coerciva do Estado, pois dependem das *crenças* dos seus seguidores (no caso, a sociedade). E mais, crenças não mudam em espaços de tempos curtos, pelo contrário, demoram muito tempo para se consolidarem (BARCELOS, 2003).

As instituições apresentam as seguintes características: "Todas as instituições envolvem a interação de agentes, com feedbacks cruciais de informações; todas as instituições têm certo número de características, conceitos comuns e rotinas; as instituições sustentam e são sustentadas por concepções e expectativas partilhadas; embora não sejam nem imutáveis nem imortais, as instituições possuem as qualidades de ser relativamente duráveis, auto-reforçadas e persistentes; as instituições incorporam valores e processos de avaliação normativa. Em particular, as instituições reforçam sua própria legitimação moral: cuja permanência é vista frequentemente – certa ou erroneamente – como moralmente justa" (GUEDES, 2000).

Ao analisar as ideias de North, Favareto (2006) destaca que a inovação de sua análise para explicação da ascensão e declínio das civilizações se faz a partir de uma organização econômica eficiente, isto é, aquela que cria “arranjos institucionais capazes de garantir: a) direitos de propriedade como incentivos aos ganhos de especialização; b) a redução dos custos de transação; c) uma convergência das taxas sociais e privadas de retorno” (FAVARETO, 2006, p. 56), onde a população, a tecnologia e a ideologia produzem uma dinâmica que resulta sempre em instituições políticas e econômicas.

Direitos de propriedade são definidos por instituições e são importantes, pois determinam o uso de recursos. Eles são direitos que os proprietários de recursos possuem sobre esse recurso. O Estado possui o papel de assegurar os direitos de propriedade, em três sentidos: *definir*, *interpretar* e *enforcement*. O papel de definir fica a cargo do poder legislativo, o papel de interpretar, a cargo do poder judiciário e o de *enforcement*, a cargo da polícia, o poder coercivo do Estado. Entretanto, o papel de defender direitos de propriedade pode ser muito custoso e eles podem não ser plenamente seguros. Quando isso ocorre, os agentes econômicos não possuem direitos exclusivos no uso de recursos. Pela não-exclusividade e a presença de pessoas que atuam *free-rider*, não há incentivos para o investimento privado nesses recursos. Por outro lado, quando há direitos de propriedade

seguros, há incentivos para melhorar o valor dos recursos, pelo investimento (BARCELOS, 2003).

Conforme Conceição (2002a) os custos totais são compostos de dois elementos: custos de produção (transformação) de um lado, e custos de transação de outro. Juntamente com a tecnologia e instituições informais, os direitos de propriedade determinam os custos de transação e custos de transformações. Os custos de transação são dois: a) o de transação de produção e o b) de transação de troca. Os custos de transação de produção são os custos de produção invisíveis e são relacionados a custos de monitoração. Enquanto que os custos de transação de troca (incluem neste os custos associados a negociação e reforço de contratos) são custos que ocorrem numa transação em que não há produção envolvida diretamente e sim apenas uma troca (BARCELOS, 2003). Segundo Conceição (2002b) o conceito de custo de transação está intimamente associado à racionalidade limitada e ao oportunismo, ambos inerentes à organização econômica e pressupondo a existência de falhas de mercado.

Segundo Conceição (2002a) a tradição institucionalista seguidora de Coase, vê os custos de transação, geralmente menos perceptíveis e de menor facilidade de identificação do que os custos de produção, como importante fator de tomada de decisão das empresas. Se contratos seguros não são possíveis, as trocas ocorrem com menor frequência. Há a possibilidade de que não ocorram. Quando não ocorre a troca há um custo para ambos, pois poderiam realizar a troca e ambos saírem beneficiados. Países corruptos afugentam investidores, pois não têm instituições (formais) que salvaguardam os direitos de propriedade e há, ainda, uma “cultura” de corrupção e expropriações administrativas, por parte do governo (instituições informais). Barcelos (2003) afirma que se não há instituições formais que reduzam os custos de transação de troca, entra em cena o papel das instituições formais.

Por sua vez, a convergência das taxas sociais e privadas de retorno na linguagem do desenvolvimento sustentável trata-se de tornar melhor os indicadores econômicos, sociais e ambientais (FAVARETO, 2008).

O processo de mudança após a alteração das instituições formais e informais abstraída a partir de North (1994) se dá de forma muito gradativa por ocorrerem de forma bastante inconsciente quando novos padrões de comportamentos se desenvolvem para que se adequam de forma coerente aos novos custos e benefícios que surgem dentro de uma nova matriz institucional. Esse processo muito se relaciona com o que North (1994, p. 12) chama de “modelos subjetivos a que as pessoas recorrem para avaliar o mundo à sua volta”, isto é, a

ideologia recorrida que determinam as opções políticas e individuais que afetam o desempenho econômico.

A participação da sociedade é fundamental para a eficiência de um desempenho que seja duradouro. Isto se torna possível com a aquisição de conhecimentos, além da promoção do estímulo à inovação, criatividade e disposição de correr riscos. O processo onde ocorrem ensaios em que se eliminam os riscos deve ser estimulado pelas instituições. E ninguém melhor que a sociedade para evidenciar os fracassos e erros que persistem e propor formas alternativas de resolução de problemas por ela vividas. Assim, as instituições devem “oferecer incentivos que estimulem decisões descentralizadas”, podendo ser os agentes de mudança ao se adotar percepções subjetivas provindas de seu conhecimento, habilidades e experiências que possam imprimir novas oportunidades (NORTH, 1994).

North dá bastante ênfase no conhecimento⁵ como um incremento da mudança. As organizações consideradas perdedoras, por terem custos de transação mais altos e da persistência de informações assimétricas, podem ser compensadas no processo de mudança.

Quando à mudança de trajetória, North destaca é preciso que haja o entendimento de dois conceitos: o de “*path dependence*” e “*alterations in the path*”. O primeiro tem a aprendizagem como fonte de mudança incremental, dessa forma, a dependência de trajetória vem de mecanismos de retornos crescentes que reforçam a direção outrora adotada das quais resultam em resistências à mudança institucional. O segundo conceito vem da impossibilidade de anteciper as escolhas, efeitos externos, forças exógenas de determinado quadro analítico. Assim surge então a chamada matriz institucional de cada sociedade, onde o aprendizado é a condição necessária para se compreender as mudanças e como isso se relaciona com a emergência das instituições (FAVARETO, 2006).

As organizações políticas e econômicas que derivam de determinada matriz institucional buscam perpetuar a estrutura vigente. Isso é conseguido pela “*alterations in the path*” em seu favor, produzindo a “*path dependence*” e, conseqüentemente as ideologias que “racionalizam a matriz institucional vigente e, por conseguinte, influenciam os atores no sentido de apoiar as políticas concebidas no interesse das organizações existentes” (NORTH, 1994, p. 16).

⁵ O conhecimento aqui destacado diz respeito àquele relacionado, principalmente com o capital humano. North (1994, p. 14) diz, por exemplo, que “as categorias de especialização e conhecimentos potencialmente compensadores são função da estrutura de incentivos inerente à matriz institucional”. A princípio, são as organizações que investem na aquisição de habilidades e conhecimentos, mas canalizam por meio do processo político investimentos públicos para áreas de especialização.

O desvio ou reversão de trajetória pode ocorrer a partir de mudanças externas que enfraquecem o poder das organizações existentes fortalecendo outras novas, com outros interesses ou perdedoras das políticas orientadas pelas organizações vigentes. O poder público tem um importante papel nesse processo uma vez que também constitui um ator que é constituído por vários segmentos da sociedade, sendo de fato quem tece as regras dada a percepção dos problemas, ainda que isto não aconteça exclusivamente ou espontaneamente em sua alçada, podendo induzir um processo de “crescimento e fortalecimento de novas e antigas organizações e de mais diversos grupos de interesses” (NORTH, 1994).

O Estado permanece central no processo de mudança estrutural e tenta apresentar uma contribuição do que denomina como “terceira onda” de reflexão sobre o papel do Estado, analisando a sua capacidade de ação e a implementação bem-sucedida de programas de ajuste estrutural a partir da agenda desenvolvimentista anterior para retratar as características institucionais de Estados com maior e menor êxito, onde tal desempenho poderia estar relacionado com uma agenda de transformação industrial e/ou uma agenda de ajuste estrutural (PETER EVANS, 1993).

Peter Evans (1993) problematiza a existência do uso do Estado do tipo “orientação para a renda” ou à utilização de parte do excedente social para alguns grupos (façam parte ou não da burocracia estatal), ao invés de direcioná-los para a cidadania. Apesar disso o Estado deve ser muito mais inserido do que insulado e que a falta de uma autonomia é o que permite que a orientação para a renda prevaleça. Autonomia, no sentido de Peter Evans (1993) é delineada no conceito de **autonomia inserida** que depende da combinação entre o insulamento burocrático weberiano e inserção intensa na estrutura social circundante, onde a coerência burocrática interna deve ser condição pretérita para a participação do Estado em redes externas. Tal combinação torna-se necessária porque a autonomia por si só não está relacionada com as metas que derivem da agregação de interesses sociais

Nesse sentido, um Estado presente junto à estrutura social, mas com instituições formais fortes está menos suscetível à interesses de grupos com orientação para a renda, de forma que, nas palavras de Evans (1993, p. 136) “é uma autonomia inserida em um conjunto concreto de laços sociais que amarra o estado à sociedade e fornece canais institucionalizados para a contínua negociação e renegociação de metas políticas”, ou seja, estar permeado em meio aos interesses das diversas organizações da sociedade.

Esta coerência corporativa na elaboração de políticas públicas como as do MDA fazem muito importantes uma vez que reúne desde os formuladores de dentro da estrutura

institucional do Estado até àqueles que estarão inseridos diretamente no processo dentro do CODETER, capaz de colocar os atores até então perdedores numa trajetória que rompe com àquela apropriada pelas organizações que se beneficiam das informações disponíveis na estrutura anterior, isto conforme Evans (1993, p. 137) é “um projeto partilhado por um aparelho burocrático altamente desenvolvido e um conjunto relativamente organizado de atores privados que podia fornecer informações úteis e implementação descentralizada”, que refletem em políticas públicas para o seu público alvo.

Isso significa que, ao se adotar um projeto comprometido com o desenvolvimento, não apenas proveniente das políticas do tipo “*top-down*”, mas com a seleção de políticas prioritárias aproximada das perspectivas dos diversos atores envolvidos uma série heranças que incutem na segregação das organizações perdedoras podem ser rompidas. North (1994) afirma que para romper com as restrições institucionais devem ser criadas estruturas institucionais que ofereçam incentivos positivos na direção de caminhos alternativos solucionar os problemas da sociedade e, o CODETER é um arranjo com potencial para isso uma vez que promove sistemas de participação e de gestão social que ao ser institucionalizada oferece um poder de barganha que deixa de ser segmentado e passa a ser compartilhado entre as diversas organizações existentes.

Um longo processo de formação de capital social, em que exista um compromisso de longo prazo com o desenvolvimento dos territórios, firmado a partir de instituições que propiciem à construção de um *ethos* organizacional, onde o aprendizado individual se transforma em aprendizado coletivo, relevante ao desempenho dos territórios é um dos objetivos implícitos e possível pela política de desenvolvimento territorial, mas que ainda prescinde do rompimento de várias trajetórias que colocam os territórios rurais num processo de causação circular, no sentido evidenciado por Myrdal (1968), negativo, isto é, círculos viciosos que colocam várias organizações numa trajetória de dependência mesmo quando surgem mudanças sociais relevantes. Uma grande evidência disso é a permanência do poder de elites rurais que utilizam o aparelho estatal como um instrumento de reforço de suas redes clientelistas tradicionalmente instituídas.

O que de fato tem acontecido em países como o Brasil é, conforme Favareto (2006, p. 94) a “diluição e persistência do rural no urbano”, resultado de uma série de heranças históricas onde o tradicionalismo, a pobreza e a dominação se perpetuam, demonstrando a dependência de percurso sublinhada na teoria de North dentro de um quadro de fraco desempenho econômico onde as estruturas sociais e urbanas se firmaram dentro de uma

estrutura em que as trocas econômicas entre países e regiões sempre foram privilegiadas em detrimento das trocas entre a cidade e o campo, associando, ideologicamente, cada vez menos o rural à modernidade com a integração progressiva dos mercados.

O processo de aprendizado das organizações e o subjacente incremento nas instituições formais e informais na matriz institucional daí resultante, isto é, o fato que as instituições importam e estão no cerne das mudanças de trajetória resulta num importante entendimento que dá corpo ao capital social e aos atores que ele forma. E num contexto em que emerge uma política de desenvolvimento territorial que tem a criação de institucionalidades como o CODETER está a compreensão de que seu fortalecimento pode criar mecanismos de mudança, isto é, desvios de trajetória, capazes de dar às diferentes organizações nele existentes significativas melhorias desde que neste ambiente onde os conflitos existem, a negociação em prol do desenvolvimento ideologicamente compartilhado que estimulem a confiança e a cooperação para que novas oportunidades e motivações sejam dadas para os atuais perdedores determinados por contextos sociais historicamente determinados. Não por acaso são os territórios rurais o recorte desta política, pois são neles que se encontram os perdedores, ou melhor, a maior existência de pobreza e desigualdade.

Até aqui, pode-se perceber que uma política que tenta dar inserção para os diferentes atores, principalmente àqueles grupos com identificação voltada para os espaços rurais, isto é, aqueles que se concentram nos territórios rurais, e que enfrentam dificuldades relativas às desigualdades regionais, dificuldade de inserir seus produtos no mercado, de acesso ao sistema de ensino fundamental, técnico, superior, precarização de infraestrutura social etc., isto é, aqueles grupos na qual a estrutura institucional existente não prioriza, pode enxergar uma luz quando se permite sua participação e atuação na sua própria realidade de forma que, ao se estabelecerem modelos mentais compartilhados cada vez mais lapidados pelo processo de formação de capital social os mesmos atores podem fazer parte da criação de uma nova matriz institucional capaz de mudar sua trajetória segregada.

3. A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

3.1 A SDT E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A busca pela cidadania no Brasil se fortaleceu com a ascensão dos movimentos sociais na década de 90 no sentido de corrigir diferenças instituídas, destacando-se os movimentos do campo que ganharam bastante visibilidade tendo espaço, como nunca antes, na agenda do Estado que passou a direcionar recursos e estabelecer políticas para grupos que até então se viam aliados de direitos e excluídos do sistema de mercado, estando à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico.

As lutas agrárias, a construção de políticas e instituições mais democráticas de atenção à agricultura familiar, resultado da pressão dos movimentos de atores do meio rural em sua luta pela terra e reconhecimento dos direitos do trabalhador rural e da sociedade rural como um todo, e todos os conflitos no campo e a instabilidade em algumas regiões do país colocaram a questão rural cada vez mais em evidência no início dos anos 1990. Esse processo foi fundamental para que se originasse a atual estratégia de desenvolvimento rural.

Na década de 1970, segundo Castro e Simões (2010), o Brasil vivia sob um regime autoritário, que implementava uma política desenvolvimentista, cujo eixo principal estava baseado no crescimento econômico e conseqüentemente o crescimento da produção agrícola para o campo. Estas estratégias de desenvolvimento acabavam por negligenciar a pequena produção e as dinâmicas de funcionamento locais.

A agricultura familiar, ao construir seu território a partir de um espaço de disputa com os demais setores, se opunha à lógica de desenvolvimento dos Governos Militares, fato evidenciado historicamente pelos constantes conflitos no campo, que vieram fortalecer e posteriormente inserir as camadas desses territórios nos debates sobre a implementação de seu próprio projeto de desenvolvimento.

Esse processo iniciado pela abertura da participação do público nos conselhos municipais foi ganhando várias formas até chegar na política de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar do Brasil que ganhou importância significativa a partir do ano de 2003 quando a adoção da estratégia territorial criou uma estrutura institucional que privilegiou os direitos e a gestão participativa, alterando o rumo das políticas de desenvolvimento agrário. Ao se referir à evolução dessa política de desenvolvimento, enfatizando os Territórios Rurais no Brasil, Echeverri (2010) distingue três grandes etapas: 1) os antecedentes da política; 2) o processo de construção da estratégia, ajuste e início de

operação como um Programa Nacional, e 3) a consolidação da estratégia e vontade política do governo que resulta nos Territórios da Cidadania.

Ao ser criado o Ministério de Política e Desenvolvimento Agrário no final de 1999, que passa a se denominar Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2000, Echeverri (2010, p. 83) diz que isto “significou o reconhecimento político aos movimentos sociais de trabalhadores que buscavam reivindicação no campo”, ao integrar o tema da reforma agrária, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural numa única estrutura institucional, onde são reconhecidos como temas de “natureza setorial diferente da agricultura como setor econômico” passando a dar seu enfoque para o segmento de agricultores familiares (ECHEVERRI, 2010, p. 84).

As políticas públicas voltadas para o meio rural se concentrava, a princípio, na agricultura familiar, categoria que estaria com demanda reprimida por políticas públicas. Nesse sentido, a questão agrária deixa de ser o alvo principal para que fosse dada prioridade à questão do desenvolvimento, uma vez que o meio rural seria um obstáculo ao progresso. Portanto, a pobreza rural deveria ser combatida a partir da promoção de uma agricultura familiar empresarial com maior integração ao mercado (GERALDI, 2012).

A exemplo disso está a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que possui uma estrutura descentralizada que passa a ser uma das principais formas de intervenção de desenvolvimento rural no país, por envolver fundos que se destinam à assistência financeira de projetos de infraestrutura, serviços municipais, reforma agrária e agricultura familiar.

Este surge depois de levantadas as discussões no meio acadêmico a respeito do desenvolvimento ligado à agricultura, que passam a ganhar força a partir de 1990, no Brasil já surgiam tipologias das formas sociais de produção no meio rural brasileiro como o desenvolvido pela, FAO/INCRA, que seria a base do PRONAF dois anos depois (FAVARETO, 2010).

Para Abromavay (1997, p. 25), conforme evidenciado por Castro & Simões (2010, p. 05) a criação do PRONAF implica em uma alteração na lógica de aplicação dos recursos, pois “não se trata de ajudar a pequena produção, mas sim de concentrar os recursos escassos da política agrícola a um setor que mostrava dinamismo e viabilidade econômica, a Agricultura Familiar”.

A necessidade do executivo para firmar o diálogo com a população e a amplitude acumulada de organização social com a política de desenvolvimento territorial, convergiu

para que o Estado passasse a adotar os territórios como unidade de planejamento para o orçamento público e programas especiais, como elucida SANTOS *et al* (2010).

O desenvolvimento territorial passa então a ganhar importância inspirado por experiências provenientes da Europa rural que trouxeram as primeiras formas de referências para novas formas de planejamento de políticas públicas no Brasil, para a indução ao desenvolvimento rural, que passam, então, a não ser estritamente setoriais, mas “baseadas no princípio da parceria, de caráter multissetorial e integradas [...] envolve[ndo]: a estruturação dos recursos do território de forma coerente; o envolvimento de diversos atores e instituições ; a integração entre setores empresariais em uma dinâmica de inovações; e a integração de outras áreas e políticas nos vários níveis de governo” (FAVARETO, 2010, p. 23). Dessa forma, o “alinhamento de interesses” deve constituir um projeto de desenvolvimento territorial.

As políticas públicas de desenvolvimento rural com enfoque territorial ainda tem como espaço fundamental o meio rural brasileiro por nele persistirem características históricas de pobreza e a desigualdade social e regional. Elas consistem, na concepção de Castro & Simões (2010) uma das reformas estruturais do Estado, que amplia seu papel de regulador de políticas públicas que estão cada vez mais descentralizadas nesse processo.

A política de desenvolvimento do governo FHC, seguindo o entendimento do Banco Mundial para o meio rural, enfatizava o mercado e o senso empresarial, onde o Estado (menor) atuaria fortalecendo as capacidades locais para que resolvessem seus problemas por meio de iniciativas de desenvolvimento local, criando assim ambientes legais e institucionais para que surgissem essas iniciativas. O agricultor familiar é o ator privilegiado e alvo para intervenção de políticas de combate à pobreza rural (a exemplo do PRONAF), restando a este a responsabilidade de resolver os entraves do meio rural. (GERALDI, 2012). Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que parte dos recursos do Pronaf/Infraestrutura começam a ser destinados para a escala intermunicipal que, segundo Favareto (2010) introduziu “os primeiros componentes de uma política de desenvolvimento territorial”, e ganhou mais importância ainda no início do governo Lula. No governo Lula, segundo Geraldi (2012, p. 156) insiste-se “em relacionar pobreza e mercado para solucionar a inclusão social de grupos tradicionalmente excluídos”, dando um caráter de continuidade das políticas para o meio rural iniciadas no governo FHC.

A questão voltada à territorialidade vai ganhando seu espaço nas políticas públicas, evidenciadas pela criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, no Ministério

do Desenvolvimento Agrário. A partir do governo Lula, segundo Delgado & Leite (2011), a abordagem territorial para as políticas de desenvolvimento rural foi adotada a partir de 2003, pela recém-criada SDT/MDA em seu primeiro governo, extinguiu o Pronaf Infraestrutura e Serviços, programa que canalizava recursos a fundo perdido para municípios selecionados e que era implementado pelas prefeituras com a supervisão e o controle feitos pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, evidenciando a importância que as políticas de desenvolvimento territorial estavam ganhando.

Geraldi (2012) buscando compreender a forma de operação da política territorial brasileira e suas estratégias de intervenção no âmbito rural a partir do discurso desenvolvimentista, parte do entendimento de Montenegro Gómez (2006) de *duplo rural* – o rural do atraso e da possibilidade nesse discurso, que está baseado na colonização do social pelo econômico e em estratégias de controle que permite um governo do social garantir a reprodução do sistema capitalista vigente. É possível, desta forma, integrar novos territórios à dinâmica capitalista de reprodução do espaço, onde a territorialização do controle e da normatização que acompanham as políticas de desenvolvimento territorial acabam por institucionalizar a tecnicidade e cientificidade sustentadas por relações de poder já existentes (GERALDI, 2012).

Passando a não priorizar mais a integração entre agricultura e indústria, mas a valorização de um conjunto de atividades diversas de um território, isto é, de um quadro com direcionamento setorial para a ênfase territorial o MDA por meio da SDT passa a propor-se a conceber e implementar políticas de desenvolvimento rural sustentável dentro da abordagem territorial considerando a multiplicidade de dimensões e as interrelações inseridas no território e assim promover o crescimento econômico endógeno valorizando os produtos, as pessoas e os recursos nele contidos. Para que esse processo seja sustentável deve ocorrer o desenvolvimento de novas institucionalidades expressas em mecanismos de gestão social que visem à melhoria da qualidade de vida da população do território (BRASIL, 2005a).

Para compreender o escopo da política de desenvolvimento territorial do MDA⁶, antes é importante conhecer algumas definições que as alicerçam, definições advindas de contribuições científicas e políticas que determinam os objetivos e os processos pelos quais a política de desenvolvimento territorial deve percorrer. Assim, nada mais relevante que a própria definição de território que o MDA, por meio da SDT, lança mão:

⁶ Há de se ter em mente que esta política na forma como se encontra hoje passou por algumas etapas que resultaram em alguns adendos, dando novas faces à sua continuidade, mas sem destoar da sua gênese, enfatizada neste tópico.

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005a, p. 28).

A proposta do MDA é resultante da necessidade da articulação de políticas nacionais com as iniciativas locais e a insuficiência das políticas anteriores de promoção do desenvolvimento rural no Brasil. Além disso, parte da percepção de que uma nova ruralidade vem se constituindo com uma gama de atividades e articulações diferentes entre si que resultam na sua concepção como espaços heterogêneos e intimamente relacionados com os espaços urbanos. Desta forma, os seus recursos humanos e naturais devem ser compreendidos e dinamizados para que surjam melhorias socioeconômicas para sua população.

Então, é preciso compreender como é definido um território para que seja denominado como rural. Um território rural, além de estar alinhado com a definição de território a que já se fez menção, deve ter a predominância de elementos rurais, isto é, ambiente natural pouco modificado e/ou em parte convertido em atividades agro-silvo-pastoris, baixa densidade demográfica, economia primária e encadeamentos secundários e terciários, além de hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. Isto não os restringe a comportar apenas o meio rural, mas também os espaços urbanizados⁷. Eles advêm das chamadas microrregiões rurais, aquelas com densidade demográfica menor do que 80 habitantes por km² e população média de 50.000 habitantes. Desta forma, fica contemplado o público prioritário do MDA que estabelecem maior demanda social⁸: agricultores familiares, famílias e agricultores assentadas pela reforma ou reordenamento agrário (BRASIL, 2005a).

O desenvolvimento rural promovido a partir da perspectiva territorial e estimulado e forma endógena parte da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações convergindo para a orientação de políticas públicas em acordo com as demandas pelas comunidades e organizações da sociedade para que sejam ofertados instrumentos de desenvolvimento depois de reconhecidas as especificidades territoriais (BRASIL, 2005a).

O próprio MDA reconhece que para que haja o desenvolvimento territorial e conseqüentemente o combate à fome e à pobreza este deve estar harmonizado e apoiado na

⁷ Compreendem pequenas e médias cidades, além de vilas e povoados.

⁸ Incidência de população rural caracterizada enquanto “agricultores familiares”.

relação que existe entre agricultura familiar, reforma e reordenamento agrário, uma vez que o primeiro “constitui-se na principal alavanca do desenvolvimento sustentável do interior” (BRASIL, 2005a, p. 12) e as demais possibilitam que o principal recurso para que isso aconteça seja garantido, a terra, resultado de um processo estrutural de concentração fundiária no país.

Também é reconhecido que existe o desafio de superar a o entendimento do desenvolvimento como aquele que se dá a partir do crescimento de vários setores econômicos ou sociais, que acaba resultando no esquecimento de muitas parcelas da sociedade brasileira. Contudo, o MDA passa a assumir o papel de gerar no país um novo paradigma de desenvolvimento que passa a ser:

centrado na inclusão e na justiça social, no crescimento com equidade, na reativação das economias locais e na gestão sustentável dos recursos naturais [...] lançando mão de estratégias de descentralização, de participação da sociedade, de planejamento ascendente e de valorização dos recursos locais [...] Contudo, o MDA não deverá atuar dissociado dos demais órgãos da administração federal, estadual e municipal, e da sociedade civil (BRASIL, 2005, p. 17).

Nesse sentido a SDT “deverá desenvolver estratégias de integração de instrumentos complementares à função produtiva, para que se estimule o dinamismo entre a base social, governos estaduais e municipais e a sociedade” (BRASIL, 2005a, p. 18). A proposta está associada não somente com promover mudanças no meio rural brasileiro, mas estabelecer mecanismos pelos quais essas mudanças sejam produto de alianças com a sociedade civil agindo de forma coordenada com os demais programas e secretarias do MDA, além de buscar apropriar-se das experiências que já existem no território, isto é, apoiar, ampliar e aperfeiçoar essas experiências mesmo que sejam provenientes de outras institucionalidades e organizações que não as do ministério.

Sua proposta aponta para a gestão democrática do conhecimento e da informação, isto é, a educação, para que setores não perpetuem a restrição e a centralização de informações privilegiadas, muito alicerçadas na fragilidade das estruturas políticas existentes que engendram práticas reduzidas ao assistencialismo ou mesmo clientelistas e sem transparência (BRASIL, 2005a). Além disso, a busca por parcerias se faz um fator fundamental, pois o envolvimento de diversos segmentos da sociedade dá maior densidade para o processo de formação de políticas públicas.

A SDT enfoca em duas linhas de trabalho, uma ligada a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e a outra relacionada ao fortalecimento da Rede Nacional de Órgãos Colegiados, formada por conselhos em diversas escalas e por instâncias de gestão de desenvolvimento territorial. Assim, a SDT cria meios de alcançar sua missão de fortalecimento institucional dos atores sociais, entendidos como membros reconhecidos pelas comunidades locais e territoriais que atuam legitimamente e ativamente por grupos e seguimentos sociais que integra. Também incluem-se nesta categoria os integrantes mandatários de órgãos públicos ou privados (BRASIL, 2005b).

Partindo do enfoque territorial, o desenvolvimento rural sustentável deve ser estimulado e dar-se a partir de dois propósitos que devem ser favorecidos: a coesão social e a coesão territorial. Na primeira deve prevalecer a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão. Na última devem estar expressos os espaços, os recursos, sociedades e instituições imersas em regiões, nações ou espaços supranacionais que tenham a propriedade de defini-los enquanto entidades cultural, política e socialmente integradas (BRASIL, 2005a). Essas formas de integração dão coerência para o processo de ordenamento territorial, uma vez que se trata de espaços heterogêneos, dentro de um contexto que coaduna com o desenvolvimento da sociedade enquanto nação.

Enfatizando a heterogeneidade dos territórios rurais, parece existir a clareza de que não é possível conhecer todos os territórios quando se conhece apenas alguns, não podendo se aplicar o mesmo tipo de processo em todos eles, pois a própria diversidade de atores e interesses é um fator que leva à formulação de políticas que contemplem objetivos múltiplos e integrais de forma que não existam perdedores nem excluídos (BRASIL, 2005a). Isto está relacionado com institucionalizar o controle social das políticas públicas onde as demandas e soluções para os problemas do território devem partir da base social mesmo que estas priorizem investimentos sociais frente aos econômicos.

A política de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais deve ser centrada nas pessoas e mesmo conjugando quatro dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável que possam garantir numa diversidade de aspectos, a dinamização do território: econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional. Assim, sobre diferentes dimensões, podem ações transformadoras para o território, principalmente àquelas que partem dos atores locais tendo em seu âmago um processo de acúmulo de capital social como parte constituinte desta política.

Esse é o cenário em que a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial tem direcionado as suas ações, inicialmente através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), através da criação dos Territórios Rurais, transformados em Territórios da Cidadania em 2008.

Dentro da abordagem territorial, o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), também conhecido como Territórios Rurais de Identidade, está no cerne da formação da própria SDT. Sua regulamentação inicia em julho de 2005, formalizada por meio da Portaria nº 5, de 18/07/2005. Esta portaria, emitida pela SDT, reconhece a seleção, alteração e administração de territórios rurais e garante suporte legal para os Territórios da Cidadania, programa adicional que começou a ser efetivamente executado em 2008, levando em consideração as características culturais, as condições edafoclimáticas⁹ e as potencialidades econômicas do lugar.

Com o avanço desse processo que trouxe um enfoque territorial no delineamento das políticas públicas brasileiras, materializado pela implementação do Programa Territórios Rurais, o governo federal lançou, então, o Programa Territórios da Cidadania. Foi do conjunto de territórios rurais que o governo, em geral, selecionou os territórios da cidadania. A prioridade era atender territórios que apresentassem baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo (DELGADO & LEITE, 2011).

O programa dos Territórios da Cidadania veio ampliar a visão de que na abordagem territorial os grupos sociais locais e suas organizações devem priorizar ações coletivas, a articulação e sintonia entre as diferentes dimensões: social, econômica, política, ecológica e cultural. A proposta de execução do programa Territórios da Cidadania em que se observa que o Estado brasileiro busca reorientar sua atuação na tentativa de implementar políticas públicas de forma integrada a partir da criação de territórios que devem operar como espaço de protagonismo, planejamento e gestão social de políticas públicas do meio rural ligadas aos 22 ministérios.

Os critérios utilizados na seleção dos territórios da cidadania foram: i) menor IDH (Índice do Desenvolvimento Humano); ii) maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; iii) maior concentração de populações quilombolas e indígenas; iv) maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); v) maior

⁹ Condições relativas ao solo e ao clima

número de municípios com baixo dinamismo econômico; vi) maior organização social; vii) pelo menos um território por Estado da Federação (BRASIL, 2007).

O Programa Territórios da Cidadania é uma das ações destinadas a reduzir as desigualdades propostas pela Agenda Social do Governo Federal (GIORDANO DELGADO & LEITE, 2011). Seu objetivo é superar a pobreza e gerar trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Especificamente, o programa visa à promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, por meio do planejamento e integração de políticas públicas. Também se propõe ampliar a participação social e garantir a universalização dos programas básicos de cidadania.

Porém, ao se apropriar da política com viés territorial, o MDA despolitiza o desenvolvimento ao transformá-lo num “desenvolvimento racional do simples progresso espaço-temporal do mundo” (GERALDI, 2012, p. 157). Esta técnica de planejamento econômico permite um controle do Estado que tecnifica o agir uma vez que disciplina o cidadão, normatiza e padroniza a realidade numa tentativa de melhor alocar os meios de produção do território, tonando o desenvolvimento uma obrigatoriedade, retirando assim o seu caráter político por torna-lo a única opção possível. Sendo o desenvolvimento uma estrutura inquestionável se permite então a imposição de políticas com o objetivo de territorializar o seu controle e normatização da sociedade (GERALDI, 2012).

Essa passagem de políticas de desenvolvimento com viés setorial para o territorial ainda não está plenamente consolidada por ainda haver uma necessidade de uma abordagem de longo prazo, compreensão da heterogeneidade que são os espaços rurais e os diferentes processos de desenvolvimento que se manifestam em cada um deles, além de ter que incluir as estruturas e os conflitos e não somente as interações da abordagem (FAVARETO, 2006).

3.2 O COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

3.2.1 Gestão social e a criação de institucionalidades

Os mecanismos de políticas públicas sob responsabilidade do MDA junto com aqueles dos governos estaduais e municipais, além de outros setores federais, devem estar articulados e harmonizados com as estratégias de desenvolvimento do território, isto é, buscar formas de sincronismo com as demandas das populações do território e com a sociedade civil organizada. Isso é possível se estabelecendo mecanismos institucionais abertos e participativos onde o controle social das políticas públicas favoreçam os atores não só

enquanto indivíduos, mas tendo como foco principal o desenvolvimento do território como um todo.

O desenvolvimento com abordagem territorial, então, tem relação direta com a ideia de gestão social, que busca substituir as formas de gestão restritas à tecnocracia, permitindo um processo amplo e participativo nos negócios públicos. Para isso, devem ser formados arranjos institucionais formalmente constituídos que permitam a construção de mecanismos de controle social. Para o MDA, estes arranjos destinam-se a qualificar políticas públicas por meio do controle social como forma de ampliar a sua eficácia e efetividade de forma que estas estejam articuladas com as demandas sociais. Devem ainda ser constituídos por representações equilibradas entre os segmentos sociais e o poder público para que processos horizontais de negociação e decisão transformem formas verticais de gestão em acordos multissetoriais e multidimensionais de gestão e em processos de planejamento ascendente (BRASIL, 2005b). Portanto, a institucionalização conduz a um processo de territorialização das políticas públicas que combinam fatores técnicos, políticos e sociais com maior inclusão dos diversos atores que passam a ser mais autônomos e protagonistas no processo de desenvolvimento territorial.

Com o MDA, os investimentos em infraestrutura são feitos em agregados de municípios e os conselhos municipais passam a perder importância ao serem estimuladas a criação de Colegiados Territoriais como forma de participação social na gestão de seus programas onde, as políticas deixam de ser pensadas na escala municipal para a intermunicipal em que foi ampliado o espaço para maior participação da sociedade civil, levando-se em consideração as dinâmicas locais e a diversidade de atores que compõem as regiões rurais (FAVARETO, 2010).

Neste contexto são criados os espaços democráticos participativos de discussão entre representantes dos agricultores familiares, instituições governamentais e não governamentais, representando uma forma de territorialização das políticas públicas.

Essa gestão compartilhada do desenvolvimento que tem na concertação social a estratégia de desenvolvimento territorial busca um melhor aproveitamento dos ativos do território fazendo com que este possa se comprometer com a construção mais sustentável de formas de geração e distribuição de riqueza, levando em conta os interesses locais e as sinergias existentes que integram programas com foco na realidade, mas com o poder tanto de reestruturá-los como de criar novos programas que melhor atendam as necessidades do território.

As institucionalidades, dentro da política de desenvolvimento territorial do MDA, ocorrem por meio de órgãos colegiados, conselhos, comitês, fóruns etc., isto é, espaços de gestão social que possibilitem o processo de construção da gestão social das políticas públicas e o desenvolvimento do território que potencializem o exercício da cidadania e criem condições de inclusão social e melhoria de vida de diversos segmentos, inclusive aqueles tradicionalmente excluídos. Para garantir a gestão territorial com participação e compromisso social, o MDA propõe a criação dos órgãos colegiados que, por sua vez,

[...] congregam atores sociais e gestores públicos nos níveis federal, estadual, municipal e sub-regional. Estas instâncias representativas repercutem eventuais tensões e potenciais conflitos de interesses, mas também representam oportunidades para a prática democrática, transparência pública e controle social, o que caminha no sentido de acordos e parcerias. Estes viabilizam arranjos institucionais mais adequados à implementação de iniciativas coletivas de interesse geral, onde estejam contemplados segmentos sociais que com frequência não considerados devidamente nas políticas públicas de desenvolvimento nacional (BRASIL, 2005b, p. 8).

Estes espaços de participação são importantes também para a ampliação e visibilidade da diversidade de atores e a identidade territorial, devendo integrar e legitimar as diferentes representações sociais do território que coadunem em “um conjunto organizado de proposições e de decisões que conformam um acordo territorial que tem a participação da maioria dos atores sociais” (BRASIL, 2005b, p. 23).

3.2.2 CODETER como arranjo institucional do desenvolvimento territorial

A instância de governança dos territórios é o CODETER (Colegiado de Desenvolvimento Territorial), criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável CONDRAF, que reúne de forma paritária as instâncias da sociedade civil e do poder público dos municípios e das entidades estaduais e federais. Nesse arranjo institucional, estas instâncias passam a ser corresponsáveis pelas ações de planejamento. O CODETER faz parte de uma estratégia descentralizada de desenvolvimento territorial proposta pelo governo federal e que aplica a territórios constituídos a partir de articulação de um conjunto de municípios. Trata-se de uma experiência que relaciona a participação dos diversos atores sociais no território que derivam na sua criação enquanto arranjo institucional.

Apesar disso, não se trata de um simples recorte do mapa e do agrupamento de municípios, isto é, não é apenas uma outra forma de regionalização, pois ao possibilitar a articulação dos municípios para a promoção do desenvolvimento com participação social, é necessária lançar mão do sentimento de pertencimento entre os seus habitantes. O

CODETER, então, possui essa propriedade de, ao estabelecer a auto-organização, representar grande parte das dinâmicas sociais ali existentes.

Como dispositivo de governança, o CODETER, de acordo com Caniello *et al.* (2012) deve dar aos atores locais a possibilidade de construir projetos coletivos no âmbito dos territórios e facilitar a coordenação das ações públicas e a sua inserção num plano global de desenvolvimento. De fato, eles devem coordenar, teoricamente pelo menos, a implementação da matriz de políticas públicas de 22 ministérios atuando no meio rural e urbano.

A formação dos CODETER's contou com um processo de apoio dos estados subsidiado pela experiência acumulada anterior em Conselhos municipais e estaduais, além das experiências anteriormente existentes à concretização desta política resultantes de diversos projetos de nível territorial (ECHEVERRI, 2010). A estrutura dos colegiados foi formalizada pelo CONDRAF em 2004, estabelecendo suas diretrizes de operação por meio das orientações contidas nas Resoluções Nº 48 e Nº 52¹⁰, além dos documentos orientadores e institucionais de referência das políticas de desenvolvimento territorial. Hoje as experiências provenientes dos colegiados após mais de dez anos de existência, sabidas devido aos inúmeros documentos que deles se originam, também contribuem para o aprimoramento, organização e ação dos territórios.

Nas orientações para a constituição de colegiados enfatiza-se a necessidade dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento do território compreendam o papel da gestão social, os seus espaços de organização, as formas de composição, a estrutura de funcionamento, as atribuições e se existe ou não, dentro do território, a necessidade de sua formalização enquanto instituição (Brasil, 2009).

A estrutura interna de cada CODETER pode apresentar variações regionais. As próprias resoluções do CONDRAF e os documentos de referência dão apenas orientações e não regras para ser seguidas a rigor para o estabelecimento de suas estruturas, isto é, são dadas diretrizes que orientam sua organização considerando o perfil sócio-organizativo de cada um. Sendo assim, não existe rigidez imposta relativa à conformidade de sua estrutura, apesar daquela orientada ser complexa o suficiente para um território com participação ampla poder gerir com relativa organização suas atividades, essa flexibilidade permite que territórios com um CODETER com níveis de participação cívica menos densa possam encaminhar as funções que lhe cabe.

¹⁰ Estas resoluções podem ser encontradas nos arquivos do Sistema de Informações Territoriais – SIT, em <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/1372414599.pdf>

No mesmo documento que constam as orientações para a constituição de colegiados, ele é definido como:

[...] uma instância política de deliberação sobre o processo de desenvolvimento sustentável do território. É, antes de tudo, um espaço de participação social, de representação, articulação e concertação política, onde acontece o planejamento das ações territoriais e se definem programas e projetos do território com base em um plano territorial. O colegiado não substitui outras instituições e organizações, tais como as prefeituras, as cooperativas, as ONGs, os Sindicatos, entre outras, que também tem atribuições importantes nesse processo. É fundamental esclarecer que existe um papel que é de governo e outro que é da sociedade civil, que não podem ser substituídos ou confundidos (Brasil, 2009, p.07).

Algumas considerações podem ser feitas acerca desse conceito. Primeiro que ele se diferencia da definição mais generalista anteriormente citada, mas em conformidade com aquele congrega os atores sociais e os de governo, porém, reconhecendo que não podem ser confundidos ou substituídos, isto é, ainda que haja fortes tendências á práticas clientelistas de cooptação na política brasileira, para que a gestão social seja implementada de fato, o processo político de tomada de decisões de entre o Estado e a sociedade deve ser compartilhado, mas mantendo a independência um do outro enquanto atores. Subjacente a isto, se espera que concertação entre eles culmine em um projeto de desenvolvimento sustentável no território.

A outra consideração é o fato do colegiado não deslegitimar organizações e instituições já constituídas, como ONGs, Sindicatos, associações, cooperativas etc., muito pelo contrário, enfatiza que estas não devam ser substituídas pelo CODETER, mas que estes se tornem agentes proponentes com importância reconhecida nesse processo. Doravante, toda a política de desenvolvimento territorial se centrar numa estratégia que busca a formação de instituições que possam conduzir a mecanismos de gestão social fundamentada na viabilidade de representação de diversas instituições, organizações e segmentos sociais e produtivos existentes no território.

O CODETER deve funcionar, ainda, sobre três princípios básicos: da representatividade, da diversidade e da pluralidade sustentando-se, assim, na concepção multidimensional de desenvolvimento onde uma ampla gama de interesses, sejam eles de instituições públicas ou das diferentes organizações que estejam presentes em sua estrutura interna (ECHEVERRI, 2010).

Por representatividade, entende-se que a base das organizações sociais estejam representadas no CODETER evitando que, dentro de um conjunto de representações, uma se sobreponha a outra, além de que representações diversas de um mesmo segmento possam dar

densidade e ter espaço no processo, afim de que instituições localizadas não representem todo um segmento social. A diversidade diz respeito à representação dos diferentes atores sociais, contemplando questões de gênero, raça, etnia e geração, de forma que a diversidade de organizações que atuam no território possam se sentir representadas. Subjacente a isso está a pluralidade, que pressupõe que estas diferentes organizações tenham seus valores e concepções de desenvolvimento representados (DIAS, 2009).

Todo o já demonstrado processo evidenciado pela política de desenvolvimento territorial envolve uma série de diferentes atores. Mas são suas representações que realmente poderão compor o CODETER de cada território, sendo eles provenientes tanto de organizações e instituições do setor público como do setor privado. Entre esses atores envolvidos mais diretamente no processo de desenvolvimento territorial estão os representantes das entidades parceiras e da rede de colaboradores da SDT, seus dirigentes, consultores nacionais, articuladores estaduais e regionais. Além desses, organizações, instituições, movimentos sociais e entidades ligadas à promoção do desenvolvimento sustentável, representantes do poder público (executivo, legislativo e judiciário) nas diferentes escalas da federação, sejam elas autarquias, organizações paraestatais e de cooperação técnica, além de empreendedores rurais e urbanos dos setores de serviços e da indústria, sejam eles empresários individuais, de cooperativa ou associações, enfim, uma gama variada de atores com seus diversos interesses, muitas vezes distintos.

É importante notar que uma política com gênese essencialmente rural e estruturada para atender essencialmente de agricultores familiares, hoje não se restringe somente a esses espaços e nem a esse segmento, mas também a atividades e interesses não agrícolas, como de prestação de serviços, atividades essencialmente urbanas e grupos ligados a movimentos sociais que não se limitam a questões rurais, mas que perpassam por pautas que vão desde aquelas ligadas à preservação do meio ambiente, como àquelas que buscam reconhecimento de direitos ligados a questões de identidade.

3.2.3 Processo de formação e estrutura do CODETER¹¹

A construção e institucionalização de espaços como o CODETER, com caráter territorial e participativo, oportunizando assim, o diálogo, a negociação, a aprendizagem, a transparência que favorecem o estabelecimento de consensos, acordos e compromissos

¹¹ O principal suporte desse tópico é o documento “Orientações para a Constituição de Colegiados Revisados” extraído das reflexões e discussões realizadas por um Grupo de Trabalho do Comitê de Desenvolvimento Territorial do CONDRAF, em 2009, coordenado pela SDT/MDA

fundamentais a um processo de desenvolvimento (Brasil, 2009). Além disso, muito mais do que lidar com as dotações orçamentárias dos ministérios, estes espaços devem ser instrumentos para se “pensar a lógica da territorialização e governança de políticas a partir de um encontro de ações *bottom-up*, pelos atores locais [...] com aquelas *top-down*” (DELGADO & LEITE, 2011, p. 436).

Antes de tudo é necessário que os atores sociais envolvidos possam compreender os mecanismos de gestão social e governança possibilitada pelo CODETER, as formas de composição, estrutura de funcionamento, atribuições e se é realmente necessário o formalizar enquanto instituição, até mesmo porque há possibilidade de que já existam espaços públicos de diálogo e tomada de decisões legitimados. Mas ressalta-se que implantação desses espaços no território é parte estratégica para a prática da política de gestão social e governança no território.

A princípio, deve ser constituída uma Comissão Provisória de Articulação, instituída e acordada pelos atores sociais que façam parte das etapas iniciais de implantação da estratégia de desenvolvimento com abordagem territorial. Esses atores participam das reuniões e momentos de formação (oficinas, seminários etc.) para que compreendam a dinâmica de organização do território, processo intermediado pelos articuladores estaduais, representando o MDA, com apoio de suas respectivas delegacias federais. Esta comissão possui caráter provisório e deve divulgar, mobilizar, sensibilizar e articular diversos segmentos e instituições governamentais e não governamentais, entidades representativas da sociedade civil e dos movimentos sociais que, porventura, existam no território até resultar na criação e estruturação permanente do CODETER.

Depois da institucionalidade territorial, o CODETER, ter sido criado, cabe a ele por meio de sua instância máxima, a Plenária, representar a diversidade de instituições, organizações e segmentos sociais e produtivos que existam no território. A Plenária tem um papel determinante no processo de gestão social do desenvolvimento por estar nela todo o processo de consultar seus diferentes atores e deliberar acerca das pautas postas em discussão, uma vez que no CODETER são realizadas as orientações, negociações e acordos que desencadeiem em iniciativas e estratégias de implementação do desenvolvimento territorial. Além da Plenária, o CODETER é constituído por mais dois núcleos, um Dirigente e um Técnico e pelas Câmaras Temáticas ou Setoriais, também chamados de Comitês Setoriais, cada um(a) possuindo diversas atribuições.

O Núcleo Dirigente tem como função coordenar as ações definidas pela Plenária e “articular atores sociais, instituições e políticas públicas para a construção e implementação do desenvolvimento territorial” (BRASIL, 2009, p. 05). Só podem compor o núcleo técnico organizações que, efetivamente, façam parte do Plenário do CODETER. Este núcleo também pode eleger uma instância subordinada, de caráter operacional, denominada Coordenação Geral ou Secretaria Executiva para lhe auxiliar em suas atribuições.

Por sua vez, o Núcleo Técnico “é uma instância de apoio do CODETER e deverá ser composta por organizações de ensino, pesquisa e assessoria técnica, representativas do poder público e da sociedade civil” (BRASIL, 2009, p. 06). Podem fazer parte, ao contrário do Núcleo Dirigente, organizações que não façam parte do Plenário. Estas organizações podem ser convidadas permanentemente ou esporadicamente, a depender de cada demanda levantada.

As Câmaras Temáticas e Câmaras Setoriais, ou Comitês Setoriais, são espaços criados pelo Plenário do CODETER, vinculadas ao Núcleo Dirigente para subsidiar suas decisões. “Tem o papel de propor, dialogar e articular temas específicos” (BRASIL, 2009, p. 7). As Câmaras Temáticas são formadas a partir das demandas ou necessidade do CODETER para o debate de algum problema ou tema específico ou complexo do processo de desenvolvimento. As Câmaras ou Comitês Setoriais são formados de acordo com os grupos de identidade/afinidade existentes no território com o objetivo de fortalecer a articulação dos diferentes segmentos sociais, dando a eles a oportunidade de se reunirem para além do Plenário. Ambos os espaços podem ser compostos por representantes de organizações que não constituem a Plenária e devem ter um caráter amplo para que possibilite que todos os interessados nos temas em questão possam contribuir com os debates (BRASIL, 2009).

Podem existir também instâncias de caráter provisório, como comissões e grupos de trabalho etc., dentro do próprio Plenário ou nas Câmaras.

Da formalização do CODETER a sua estruturação enquanto instituição colegiada existe a necessidade de acordar leis internas próprias de funcionamento, isto é, normatizar a participação, representatividade e formas de atuação que subsidiem e ampliem a capacidade de negociação e implementação do desenvolvimento territorial a serem seguidas pelos segmentos públicos e privados que o compõe. Com a normatização prevista no Regimento Interno, seus integrantes ajustam suas condutas para atendimento dos interesses comuns (DIAS, 2009). Para isso, este Regimento deve ser amplamente discutido pelo Núcleo Dirigente e levados à aprovação na Plenária.

O CODETER conta ainda com o apoio das Universidades que realizam um processo de acompanhamento com responsabilidades técnicas em termos de informação e identificação dos processos de gestão e contribuição de conhecimento junto ao território, apoiando assim o desenvolvimento metodológico e alimentando os diálogos e debates que acompanham a estratégia de desenvolvimento territorial dando, inclusive, suporte para decisões políticas.

Dentro desse contexto, a estratégia conta com os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), que reúne uma equipe de professores e pesquisadores de instituições públicas de ensino superior, além dos assessores territoriais. Estes realizarão ações de pesquisa e extensão no território que envolvam o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de desenvolvimento rural, de inclusão produtiva e promoção da autonomia das mulheres. O NEDET deve fortalecer o CODETER no processo de gestão social e efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural, integrando as instituições federais de ensino no processo de indução do desenvolvimento territorial (Brasil, 2009).

3.2.4 O CODETER e a superação de outras instâncias administrativas

Santos *et al* (2010) afirmam que a partir do CODETER um espaço democrático de discussão de demandas e aprovação de projetos de interesse do território se constitui e a tradicional barreira dos interesses municipais pode ser rompida, culminando numa escala de ações deixam de se restringir ao âmbito municipal passando a possibilitar que ações de caráter intermunicipal sejam possíveis, ainda que muitas vezes a lógica dos investimentos e dos projetos permaneça municipalizada. Esta lógica se estende à determinada relação de dependência entre governos municipais, governos estaduais e governo federal, gerando algumas distorções na condução da política no que concerne à limitada capacidade de gestão social pelos territórios.

Apesar das ambições de uma política de desenvolvimento que tem o território e a criação de arranjos institucionais que possibilitem o exercício da gestão social e práticas de concertação entre os atores, ainda persiste uma forte tradição municipalista, pois como afirmam Medeiros & Dias (2011), os territórios delimitados pela SDT/MDA, não podem apenas ser pensados como um agregado de municípios por remeterem a princípios distintos daqueles relacionados a divisões administrativas que parte de uma suposta unidade territorial em que se busca dar-lhe densidade social e política.

Desde a descentralização de poderes atribuída pela Constituição de 1988 abriu-se a possibilidade para que práticas de participação e controle social das políticas pudessem ser

evidenciadas. Porém, Medeiros & Dias (2011) apontam que persiste uma “tendência à ‘prefeiturização’” na qual os prefeitos são os atores fundamentais nas arenas local e intergovernamental, orientados a uma lógica de insulamento dos municípios que geralmente ignoram seus problemas em comum e têm, muitas vezes, que concorrer por repasses de outras esferas de governo, a exemplo do Fundo de Participação dos Municípios.

Estando desfavorecidos os mecanismos de cooperação pela maneira como se configura o atual pacto federativo, principalmente naquilo que tange à, conforme Medeiros & Dias, (2011, p. 214) “inexistência de qualquer figura jurídica de direito público que dê segurança aos governos locais” limitando, portando, algumas políticas de descentralização.

Em institucionalidades como o CODETER, apesar de se configurar como um avanço no sentido da gestão social de políticas públicas que não lança mão diretamente da divisão administrativa prevista pela Constituição, traz implicações como a denotada por Sorj (2007) apud Medeiros & Dias (2011, p. 215):

Os novos arranjos criados por essas políticas têm forçosamente que lidar com inexistência de institucionalidades capazes de reverter padrões de sociabilidade política que ainda estão assentados no clientelismo e nas diversas formas de manifestação do patrimonialismo, que encontram nos poderes localmente instituídos solo fértil para sua reprodução.

Sobre o problema derivado da dependência da municipalização dos projetos de investimento, mesmo quando definidos pelo CODETER, um marco que confira personalidade jurídica aos territórios e que preveja efetivas formas de participação é apontado como uma das saídas para o referido problema por Medeiros & Dias (2011), mesmo que estes afirmem ainda que não são necessariamente as leis por si só que modificarão esta realidade, mas a dinâmica social do território é que condicionará a apropriação de qualquer instrumento legal existente ou que, porventura, possam ser criados. Isto pode dar ao território, por meio do CODETER, a autonomia para receber transferências e contratar diretamente recursos públicos, exigindo deste práticas de gestão social, concertação e governança cada vez mais acuradas.

Ainda que a evolução dos colegiados não se dê de forma homogênea, em que cada um deles apresentam diferentes níveis de desenvolvimento institucional este vem sendo relevante para que os diferentes territórios tenham a possibilidade de interferências factíveis na realidade, ainda que ainda se apresentem diversos desafios a serem enfrentados que abrangem desde questões históricas até disfunções metodológica que limitam o CODETER quanto à plenitude da gestão social associada à falta de autonomia na aplicação de recursos.

4. UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DA IMORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL E DAS INSTITUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Neste capítulo será apresentada uma breve revisão da literatura acerca da temática do desenvolvimento territorial, considerando sua abordagem integradora dos elementos da gestão social e das institucionalidades na dinâmica dos territórios, sobretudo no que tange a captação e alocação do capital social, fortalecimento e empoderamento das instituições de caráter deliberativo como é o caso do CODETER.

Delgado & Leite (2011) considerando que o debate atual sobre o desenvolvimento rural no Brasil, e recentemente sobre o desenvolvimento territorial, fundamenta-se, entre outros aspectos, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. Conforme os autores, de certa maneira, o conceito de território (concebido como uma escala de ação adequada para empreender políticas públicas diferenciadas) insere-se nesse contexto, refletindo as disputas existentes entre estratégias tão distintas, como aquela que acentua o processo de crescimento econômico com forte vocação exportadora na área agrícola ou, ainda, outra que valorize os processos de desenvolvimento sustentável aliado à ideia de justiça e/ou equidade social. Assim, a análise dos obstáculos existentes para a articulação de políticas, instituições e a construção de estratégias de desenvolvimento, bem como das soluções encontradas para superá-los, pode ser explorada levando em conta três componentes: (a) os programas governamentais de distintas procedências; (b) as arenas decisórias e os espaços públicos existentes no território; e (c) o empoderamento dos diversos atores e agências institucionais presentes nesses espaços e seus efeitos sobre as possibilidades de articulação das políticas e instituições, e seus reflexos no desenho de projetos estratégicos definidos numa escala que ultrapassa a dinâmica exclusivamente local.

Buscando analisar a recente experiência brasileira de implementação de políticas de desenvolvimento territorial no meio rural e, examinando os arranjos institucionais (as novas institucionalidades) construídos para viabilizar o desempenho de ações públicas dessa natureza, os mesmos autores destacam as dimensões relativas aos processos de gestão social e governança dessas estruturas, bem como ao caráter estratégico dos atores sociais e o protagonismo social que os mesmos exercem, ou não, na implementação das ações nesses espaços públicos diferenciados. Sublinham também a importância e as características

particulares que assume o protagonismo social nos territórios, dependendo da história, da identidade social, das especificidades dos atores existentes nos mesmos, entre outros elementos empíricos relevantes para cada caso considerado.

Delgado & Leite (2011) observam ainda que para a existência de protagonismo social é indispensável: (1) a presença de atores com capacidade de construção de coalizões ou de hegemonia que, embora defendendo interesses próprios, consigam a cooperação (ou a aliança) de outros atores, de modo a liderar a difusão coletiva da abordagem territorial e a implantação de sua institucionalidade; e (2) que esses atores sejam portadores de “ideias” e de propostas de desenvolvimento rural para o território que possam tanto “unificar”, por assim dizer, a linguagem comum dos atores territoriais, facilitando a capacidade de comunicação e de cooperação entre eles, como orientar, progressivamente, a formulação e a aprovação de projetos estratégicos coerentes com essas propostas de desenvolvimento.

Contudo, tais autores ressaltaram em seu estudo que como não há garantia de que um território possua atores com capacidade de viabilizar os requisitos necessários ao protagonismo social, esta é uma dimensão à qual os programas governamentais, em especial os territórios da cidadania, deveriam dedicar mais atenção, o que requer uma maior interação do programa com os atores e a institucionalidade territoriais. De forma geral, para os autores, uma experiência com o calibre da política territorial existente no contexto brasileiro recente apresenta janelas de oportunidade para inovações institucionais e mecanismos de governança e gestão participativa que não devem ser desprezadas e, o acúmulo observado até o momento confere à escala supramunicipal um espaço importante no desenho e implementação de políticas que, se por um lado não eliminam as iniciativas municipais, por outro revelam a capacidade que determinados projetos possuem em atingir uma esfera mais ampla, garantindo sua continuidade à medida que legitima suas ações no lastro de atores sociais envolvidos, dispondo de certa autonomia em relação aos humores da política local.

Caniello, Piraux, e Bastos (2012) visando analisar a dinâmica da gestão social no território da Borborema, na Paraíba, partindo do pressuposto de que baseado num processo de inovação institucional que culminou com a criação do Programa Territórios da Cidadania em 2008, o governo brasileiro reconfigurou, a partir de 2003, o panorama das políticas públicas para a agricultura familiar no país, adotando o “enfoque territorial de desenvolvimento rural”, efetivado por meio da criação de colegiados participativos paritários destinados a implementarem a “gestão social” dos recursos públicos ofertados pelo Orçamento Geral da União para projetos de investimento e custeio em “instâncias territoriais”, isto é, conjuntos de

municípios agrupados por características identitárias comuns. Diante disto, tais autores, considerando que se possui um histórico de dinâmicas sociais que favoreceram a emergência de um movimento social forte e a constituição de um combativo Polo Sindical, ou seja, que o território da Borborema já apresentava um “capital social” relativamente consolidado antes mesmo da implantação do colegiado.

Todavia, apesar do evidente avanço das dinâmicas participativas e de suas repercussões positivas no ambiente sociopolítico local, as práticas territoriais apresentam, contudo, um “desempenho institucional” abaixo das expectativas, vis-a-vis aos poucos projetos de investimento efetivamente implantados entre 2003 e 2010.

Castro & Vasconcelos (2010) partindo da consideração de que a abordagem territorial enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento rural sustentável é introduzida no Brasil no bojo das reformas estruturais do Estado, partindo da avaliação dos resultados obtidos com os programas anteriores para o desenvolvimento rural, e neste contexto que foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial, cuja ação se materializa na criação dos Territórios Rurais. E, considerando também a fundação o Território Rural do Sudeste Paraense, no ano de 2003, caracterizada como uma região onde a agricultura familiar se territorializa na disputa com o projeto desenvolvimentista dos Governos Militares, através da sua organização sindical e social, e que esse enfrentamento leva a formação de vários espaços públicos de debate acerca da aplicação das políticas públicas voltadas à reforma agrária e agricultura familiar.

No intuito de estudar a interação entre os atores locais e os Programas Territoriais introduzidos nestes últimos anos, estes mesmos autores ponderam que o princípio de conformação de um espaço único, que seria o CODETER, não conseguiu aglutinar os debates em torno das políticas públicas e nem ampliar a participação dos atores, havendo uma desarticulação dos espaços anteriores, além disso, como se trata de uma intervenção do Estado, a noção com a qual os atores locais trabalham é a de um território administrativo, inclusive o termo “território” foi introduzido ao vocabulário dos mesmos a partir da execução dos Programas Territoriais do Governo Federal.

Santos *et al* (2010) visando apresentar uma análise acerca do ordenamento territorial, que, conforme os autores, se configura como política de controle regulatório sobre os movimentos globais da sociedade, por meio da intervenção estatal do “território”, inserido como política pública e, partindo da consideração que o território é um recorte espacial do domínio de um corpo-sujeito determinado, que expressa o poder plural dos sujeitos em

embate dentro da sociedade e do Estado. Para estes, os territórios rurais, implementados em 2003 sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), tendo como objetivo central a inserção social, obedecem a um conjunto de procedimentos, visando à instituição do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), com a participação das diversas entidades representativas vinculadas ao segmento da agricultura familiar. Tal estudo tendo como marco empírico o Território do Alto Sertão Sergipano, que surge em meio a um cenário, influenciado historicamente sob forte presença dos movimentos sociais, responsáveis pelo processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, inserido na Microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco reproduz a convivência da região com baixo IDH, problemas infraestruturais, alta concentração fundiária associada a uma pecuária extensiva e/ou improdutivo - ocupada por tradicionais latifúndios.

Atualmente incluído no programa “Territórios da Cidadania” que consiste em uma ação integrada entre vários ministérios, na qual houve ampliação não só dos recursos, mas da participação social. Para os autores, a ideologia dos territórios se materializaria no Estado quando divide suas pretensões entre dois ministérios desiguais e não combinados: o Ministério da Agricultura (interesses do agronegócio) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (políticas de distribuição fundiárias), ficando evidente, porém, a “invisibilidade” da questão agrária, na expropriação dos trabalhadores rurais, retirando do tema da reforma agrária, aspectos da democratização da terra que não estariam mais na pauta das mudanças sociais no campo, e sim numa espécie de proximidade institucional e social dos atores envolvidos na questão da agricultura familiar. Neste sentido, os autores concluem que, no contexto das políticas de desenvolvimento territorial, o MDA cumpre seu papel no fortalecimento de políticas rurais territoriais como as de incentivo a agricultura familiar, mas gera uma dissolução da luta de classes no campo.

5. O TERRITÓRIO DO SALGADO PARAENSE

Neste capítulo se fará uma breve caracterização do território do Salgado e do CODETER deste território, objetos de estudo deste trabalho. Depois de apresentados alguns indicadores, dados relativos à sua demografia e características gerais, buscar-se-á demonstrar algumas diferenças existentes de cunho inter-municipal e o quanto ainda falta em termos de ter referências relativas aos dados e à caracterizações que não se restrinjam àquelas estabelecidas pela SDT/MDA.

Por conseguinte se evidenciará o estabelecimento do CODETER do território do Salgado, ainda que não se possa considera-lo um território consolidado (nas perspectivas de território da cidadania), pois faz pouco tempo desde a realização de sua Plenária de homologação e, como será verificado a seguir, a participação dos atores provenientes de entidades governamentais e não-governamentais enquanto membros do CODETER ainda se dá de forma bastante incipiente. Nele, mesmo com participação civil superior a de entidades públicas, ainda restam nestas organizações um caráter eminentemente setorial ou vinculadas à estritamente à pautas relacionadas à instância municipal, isto é, uma dinâmica territorial de desenvolvimento ainda não está totalmente estabelecida no território do Salgado.

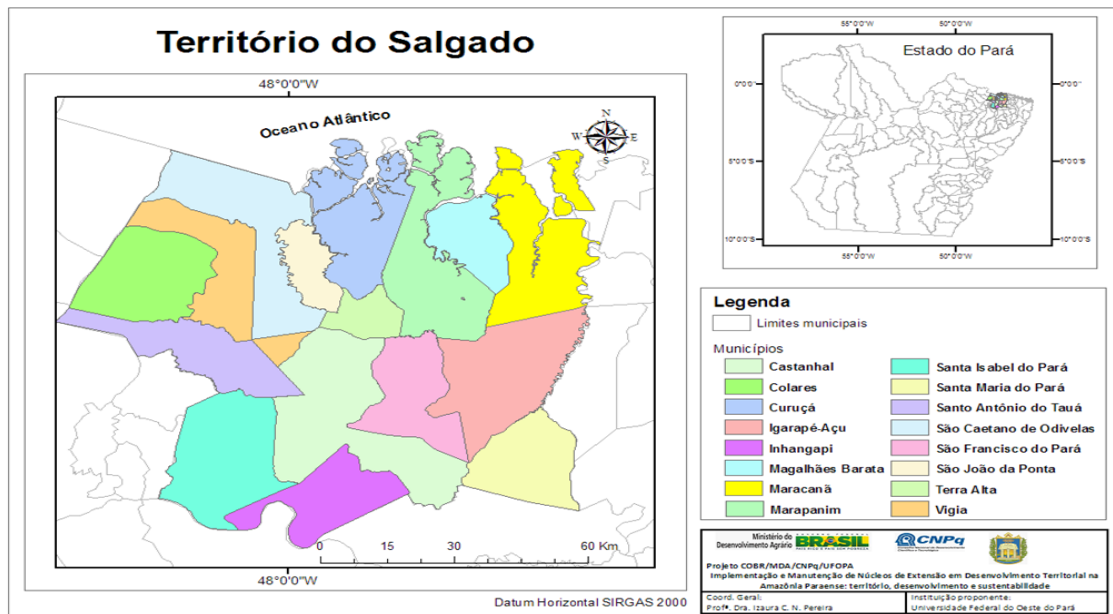
5.1 CARACATERIZAÇÃO (PRINCIPAIS INDICADORES)

O Estado do Pará possui, atualmente dez territórios rurais ou da cidadania definidos pela SDT/MDA, entre eles o território do Salgado paraense. Este território possui municípios com características predominantemente costeiras com áreas de influência de maré, agregando um forte componente agrário, mas que não se limita ao rural, uma vez que há a existência de espaços urbanizados. Nele se verifica então uma multiplicidade de características: costeira, urbana e rural, além de coexistirem contextos sócio-culturais-ambientais diferenciados. Neste território há regiões compostas de manguezais com diversidade de espécies marinhas que possibilitam atividades de pesca e coleta, principalmente na região costeira. Porém, atividades ligadas à agricultura também são bastante presentes, principalmente no que se refere às culturas da mandioca e melancia.

O território Rural Salgado está localizado na região Norte e ao nordeste do estado do Pará e é composto por 16 municípios: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra

Alta e Vigia. Abaixo, na Figura 1, encontra-se o mapa do território do Salgado Paraense com os municípios que estão inseridos naquele território:

Figura 1: Mapa do Território do Salgado Paraense



Fonte: SDT/MDA; NEDET/UFOPA do Salgado Paense

Esse território tem aproximadamente 532.377 habitantes e 9.423 Km² de extensão, aproximadamente, com municípios que variam muito em área, indo de pouco mais de 1.028,89 km² em Castanhal a 195,92 km² em São João da Ponta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme será verificado mais a frente.

Quadro 1: Extensão Territorial e por Município do Território do Salgado/PA

Município	Área (em Km ²)	Município	Área (em Km ²)
Castanhal	1.028,89	Santa Isabel do Pará	717,66
Colares	609,79	Santa Maria do Pará	457,73
Curuçá	672,68	Santo Antônio do Tauá	537,63
Igarapé-Açu	785,98	São Caetano de Odivelas	743,47
Inhangapi	471,45	São Francisco do Pará	479,56
Magalhães Barata	325,27	São João da Ponta	195,92
Maracanã	855,66	Terra Alta	206,41
Marapanim	795,99	Vigia	539,08
		Total	9.423,17

Fonte: Elaboração do autor com base no IBGE

Quanto à demografia dos municípios do território do Salgado Paraense, tem-se, além da população total, a população urbana e rural classificadas pelo IBGE de acordo com a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Demografia Total e por Município no Território do Salgado/PA em 2010

Município	População		
	Urbana	Rural	Total
Castanhal	153.378	19.771	173.149
Colares	3.661	7.720	11.381
Curuçá	12.174	22.120	34.294
Igarapé-Açu	21.207	14.680	35.887
Inhangapi	2.771	7.266	10.037
Magalhães Barata	3.795	4.320	8.115
Maracanã	11.656	16.720	28.376
Marapanim	11704	14901	26.605
Santa Isabel do Pará	43.000	16.466	59.466
Santa Maria do Pará	13.328	9.698	23.026
Santo Antônio do Tauá	14.871	11.803	26.674
São Caetano de Odivelas	6.958	9.933	16.891
São Francisco do Pará	5.113	9.947	15.060
São João da Ponta	1.031	4.234	5.265
Terra Alta	4.334	5.928	10.262
Vigia	32.353	15.536	47.889
Total	341.334	191.043	532.377

Fonte: Elaboração do autor com base no Censo Demográfico IBGE (2010)

Em termos municipais, Castanhal possui 173.149 residentes, sendo que a maioria da população é composta por pessoas que residem na zona urbana, 88,6% do total, aproximadamente. Por sua vez, o município de Colares possui 11.381 residentes e nota-se que a maioria da população é composta por pessoas que residem na zona rural, 67,8% do total, aproximadamente. O município de Curuçá possui 34.294 residentes dos quais a maioria é composta por pessoas que residem na zona rural, 64,5% do total, aproximadamente. Igarapé-Açu possui 35.887 residentes desse total, nota-se que a maioria da população é composta por pessoas que residem na zona urbana, 59,1% do total, aproximadamente. Inhangapi, a saber, possui 10.037 residentes, sendo que desse total a maioria da população é composta por pessoas que residem na zona rural, 72,4% do total, aproximadamente. Magalhães Barata conta com 8.115 residentes, sendo a sua maioria composta por pessoas que residem na zona rural, 53,2% do total, aproximadamente. Já o município de Maracanã possui 28.376 residentes onde, desse

total, nota-se que a maioria da população é composta por pessoas que residem na zona rural, 59% do total, aproximadamente. Marapanim conta com o total de 26.605 residentes, sendo a maioria composta por pessoas que residem na zona rural, 56% do total, aproximadamente. No município de Santa Isabel do Pará estão 59.466 residentes, onde a maioria da população é composta por pessoas que residem na zona urbana, quase 72,3% do total. Em Santa Maria do Pará residem 23.026 pessoas, das quais a maioria da é composta por pessoas que residem na zona urbana, quase 58% do total. Santo Antônio do Tauá possui 26.674 residentes, onde desse total, a maioria é composta por pessoas que residem na zona urbana, equivalente a 55,7% do total. O município de São Caetano das Odivelas possui 16.891 residentes, onde nota-se que a maioria da população é composta por pessoas que residem na zona rural equivalente a 58,8% do total, aproximadamente. O município de São Francisco do Pará possui 15.060 residentes em que, desse total, a maioria da população é composta por pessoas que residem na zona rural, o que equivale a 66% do total, aproximadamente. No município de São João da Ponta existem 5.265 residentes, dos quais a maioria da população é composta por pessoas que fazem parte zona rural, mais de 80% do total. Em Terra Alta são 10.262 residentes, onde a maioria da população é composta por pessoas que residem na zona rural, 57,8% do total. Por ultimo, o município de Vigia possui 47.889 residentes, sendo que destes a maioria é composta por pessoas que residem na zona urbana, 67,5% do total, aproximadamente.

Ainda com base na Tabela 1, ao se analisar os mesmos dados em termos territoriais, percebe-se que dos 532.377 habitantes, a maioria dos municípios tem população residente no meio urbano, cerca de 64,1% contra 35,9% dos residentes das áreas rurais. Apesar da população urbana ser predominante no território do Salgado Paraense, dos 16 municípios que o compõem, dez (62,5%) apresentam uma população rural maior do que a população urbana e treze deles têm populações rurais superiores a 40% dos habitantes.

Ademais, excetuando-se os municípios de Castanhal, Santa Isabel do Pará e Vigia, que tem população urbana que atingem o percentual de 67,5% no território do Salgado Paraense, nos demais municípios a economia, a cultura e as sociedades locais mantêm suas raízes profundamente permeadas nas tradições rurais. Sendo mais de 190 mil pessoas que habitam o espaço rural deste território, excetuando-se Castanhal, todos os municípios possuem pelo menos 1/4 de população rural. Pode-se achar, *a priori*, que Castanhal está muito fora do padrão demográfico estabelecido nos critérios de estabelecimento de um território rural, chegando a mais de 88% da população concentrada na zona urbana, mas a média populacional de todos os dezesseis municípios atende aos critérios, 33.274 habitantes, isto é,

menor que 50 mil habitantes, além do critério de densidade demográfica de 80 mil habitantes por Km², que no território é de 56,5.

O caderno de informações territoriais traz alguns indicadores sociais importantes relativos ao território do Salgado, entre eles a renda per capita para o ano de 2010. A renda per capita média do território é de R\$ 295,20, sendo que os valores variam entre R\$ 527,86 e R\$ 180,94, respectivamente nos municípios de Maracanã e Curuçá. Apesar de uma diferença que se aproxima do dobro entre a maior e menor renda per capita, esta é baixa em todos os municípios, o que pode ser assegurado pela média da renda per capita e por informações da mesma fonte no que diz respeito ao percentual da população extremamente pobre que passam de 30% em Maracanã e Marapanim, por exemplo, além da população vulnerável à pobreza que varia de 57,6% em Vigia até 93,26% em Curuçá, como indicado no quadro a seguir.

Quadro 2: Indicadores Socioeconômicos do Território do Salgado/PA

Município	Renda per capita - 2010 (R\$)	% extremamente pobres	% vulneráveis à pobreza
Castanhal	283,10	7,15	86,42
Colares	198,83	26,14	91,03
Curuçá	180,94	27,54	93,26
Igarapé-Açu	191,06	17,77	88,14
Inhangapi	196,34	21,51	85,84
Magalhães Barata	367,01	31,31	75,30
Maracanã	527,86	31,11	64,86
Marapanim	221,89	20,60	88,22
Santa Isabel do Pará	161,13	7,32	84,75
Santa Maria do Pará	253,55	9,62	74,26
Santo Antônio do Tauá	409,07	12,01	73,59
São Caetano de Odivelas	331,12	17,27	82,81
São Francisco do Pará	423,85	14,22	64,58
São João da Ponta	322,95	27,39	78,46
Terra Alta	300,85	21,84	71,74
Vigia	353,67	11,22	57,60

Fonte: Extraído do Caderno Territorial 213 – Salgado Pará disponível em <http://sit.mda.gov.br>

Em relação ao Produto interno Bruto (PIB) dos municípios do território do Salgado Paraense para o ano de 2013, verificou-se que este varia entre R\$ 29.879 no município de São João da Ponta a R\$ 2.747.753 no município de Castanhal, o que corresponde a 0,6% e 50,9% do total do PIB no território, respectivamente, conforme pode ser verificado na Tabela 02, abaixo:

Tabela 02: PIB Total a Preços Correntes e Percentual dos Municípios do Território do Salgado/PA no ano de 2013.

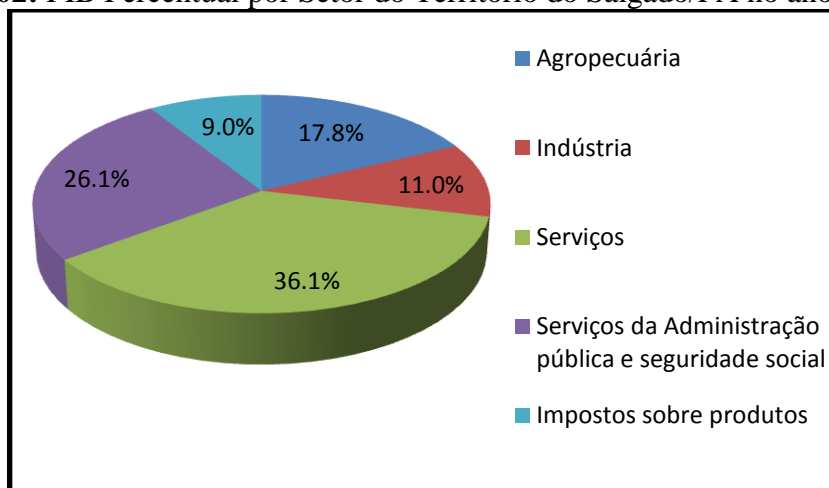
Município	PIB, a preços correntes (R\$)	Participação municipal (%)
Castanhal	2.747.753	50,9157789
Colares	60.668	1,12417618
Curuçá	218.891	4,05604352
Igarapé-Açu	243.056	4,50382023
Inhangapi	90.084	1,66925376
Magalhães Barata	59.131	1,09569562
Maracanã	169.962	3,14939065
Marapanim	156.119	2,89288029
Santa Isabel do Pará	283.115	5,24611227
Santa Maria do Pará	543.225	10,0659426
Santo Antônio do Tauá	182.411	3,38007024
São Caetano de Odivelas	106.723	1,97757392
São Francisco do Pará	177.112	3,28187993
São João da Ponta	29.879	0,55365695
Terra Alta	47.282	0,87613401
Vigia	281.252	5,21159094
Total	5.396.663	100

Fonte: Elaboração do autor com base no IBGE

O fato de Castanhal concentrar mais de 50% do PIB de todo o território pode se justificar pelo fato de ser o município com maior quantidade de habitantes, uma vez que este concentra cerca de 1/3 da população total do território.

Na Figura 02, encontra-se o PIB territorial decomposto por tipo de atividade:

Figura 02: PIB Percentual por Setor do Território do Salgado/PA no ano de 2013.

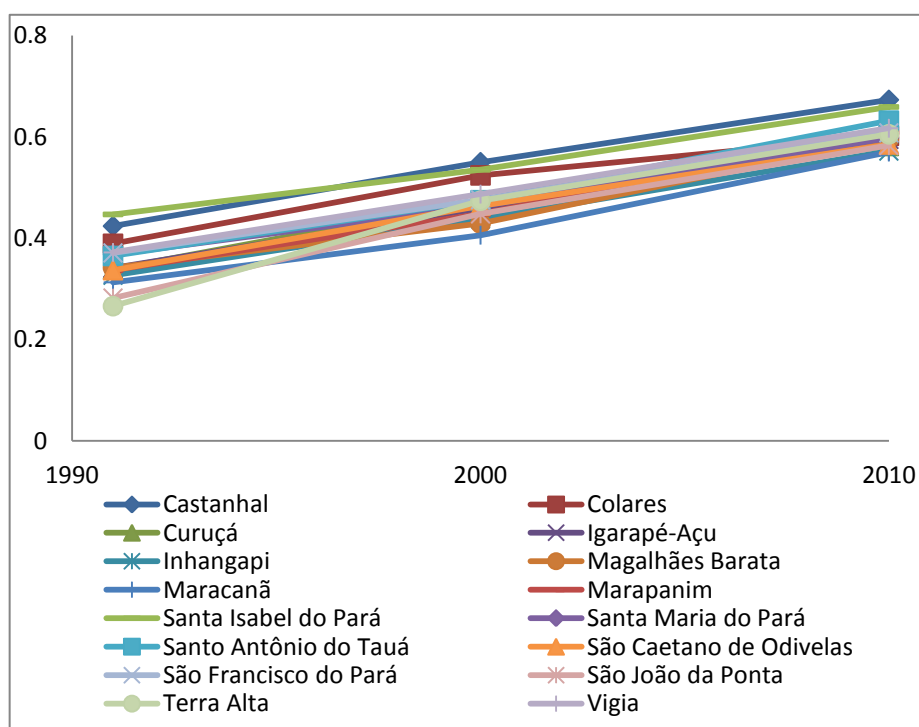


Fonte: Elaboração do autor com base no IBGE

O PIB agregado de todo o território do Salgado Paraense para esse mesmo ano corresponde ao total de R\$ 5.396.663. O setor que mais contribui para o PIB¹² do território é o de serviços (36,1%), seguido pela agropecuária (17,8%) e indústria (11%).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios – IDHM, pode-se dizer que é o que possui menor diferença de um município para outro, com valores que vão de 0,57 a 0,673, referentes aos municípios de Maracanã e Castanhal, para o ano de 2010, correspondendo a baixo e médio desenvolvimento humano¹³, respectivamente. A média do IDHM do território do Salgado é de 0,61, o que corresponde a um médio desenvolvimento humano em 2010. De outra forma, pode-se observar ainda a evolução do IDHM dos municípios do território do Salgado no gráfico 1 a seguir, que saíram de uma média de muito baixo desenvolvimento humano, alcançando a atual situação de médio desenvolvimento humano.

Gráfico 1: IDHM dos Municípios do Território do Salgado Paraense (1990-2000-2010)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

¹² Os dados do Produto Interno Bruto dos Municípios para o período de 2010 a 2013 (série revisada) têm como referência o ano de 2010, seguindo, portanto, a nova referência das Contas Nacionais.

¹³ O IDH é formado pelos componentes renda, educação e longevidade. Seus valores IDH podem variar de 0 a 1, onde 0 é ausência de desenvolvimento humano e 1 é total desenvolvimento humano. Existem cinco formas de classificar o desenvolvimento humano, de acordo com o PNUD (Programa de Desenvolvimento para as Nações Unidas): muito baixo desenvolvimento (0,000 – 0,499); baixo desenvolvimento (0,500 – 0,599); médio desenvolvimento (0,600 – 0,699); alto desenvolvimento (0,700 – 0,799) e muito alto desenvolvimento (acima de 0,800).

Essa média do IDHM dos municípios está abaixo do IDHM do estado do Pará (0,646) e do Brasil (7,27), sendo que este último já é classificado como tendo alto desenvolvimento humano. O território do Salgado Paraense está dentro dos critérios exigidos pela SDT/MDA, uma vez que metade dos seus municípios ainda se encontra num patamar de baixo desenvolvimento humano em 2010, mesmo com a substancial melhora quando compara ao primeiro ano de aferição (1991), sendo o componente educação o principal responsável por esse quadro.

Cabe ressaltar que, ainda é bastante incipiente a quantidade de indicadores para o recorte territorial na definição estabelecida pela SDT/MDA, uma vez que estes são criados ou estão sendo aferidos de forma pulverizada pelas instituições de pesquisa superior usando modelos distintos. Isso dificulta a próprio diagnóstico, acompanhamento e monitoramento do território, uma vez que os dados disponíveis ainda não agregam os dados para os territórios. Apesar disso, puderam-se perceber alguns abismos nos dados disponíveis relativos aos municípios do território, sobretudo os do município de Castanhal que se sobressai em indicadores como o PIB e o IDH, por exemplo, além de possuir menor percentual de pobres em relação a sua população total, apesar de possuir a maior quantidade de habitantes. Porém, o município de Castanhal funciona como um polo regional aos demais municípios, mais uma vez justificando o porquê de um município com maior dinamismo estar integrando o território do Salgado paraense.

Ademais, a própria caracterização dos aspectos físicos do território não está definida enquanto território rural, uma vez que o território do Salgado se encaixa enquanto tal por nele estarem presentes os aspectos gerais estabelecidos pelo MDA para que seja um território rural. Entretanto, grande parte dos municípios que compõem o território do Salgado paraense fazem parte da microrregião do Salgado nas formas definidas pelo IBGE, que também define outras formas de regionalização, como as denominadas de regiões de integração. Entre as doze regiões de integração do Pará está a região do Guamá que reúne além dos dezesseis municípios que compõem o território do Salgado Paraense, mais dois municípios: São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá, por possuírem características como concentração populacional, acessibilidade, complementaridade e interdependência econômica.

Essas diferentes formas de regionalização, aquela com a abordagem territorial se faz bastante relevante e, por isso, necessita que sejam criados índices próprios e de mais estudos que busquem definições que possam caracterizar de forma mais precisa o território como um

corpo só, para melhor aplicação de políticas públicas e destinação de recursos. Subjacente, isso pode contribuir, inclusive, para o empoderamento da identidade territorial.

5.2 O COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO SALGADO PARAENSE – CODETER

A partir da ênfase no território se faz necessário, se assim entendido pelos seus atores, a criação do CODETER enquanto arranjo institucional que vai reuni-los e corresponsabiliza-los pelas ações de planejamento, uma vez que se trata de uma estratégia descentralizada de gestão das ações do território. A partir da formalização deste arranjo, várias ações podem ser realizadas no sentido de captação de recursos e direcionamento das ações que colocam os anseios negociados por entidades provenientes da comunidade civil e do governo, possibilitando aos atores do território exercer um papel de protagonista do desenvolvimento do território.

O CODETER do território do Salgado passou a ser instituído a partir da Plenária de Validação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Salgado realizada nos dias 09 e 10 de dezembro de 2014, reunidos no auditório da Casa da Cultura do município de Castanhal. Nela foi homologada o *Regimento* do CODETER-Salgado (disponível no anexo 4 deste trabalho), e instituída a *Carta de princípios e diretrizes do CODETER do Salgado* paraense.

O regimento do CODETER do território do Salgado não se diferencia muito daqueles de outros territórios, mas ressaltando suas peculiaridades. Esse regimento diz que o CODETER deve ser constituído por entidades governamentais e não governamentais, dos dezesseis municípios que o compõem, voltadas para o seu desenvolvimento socioeconômico e sustentável, sendo o órgão gestor do território com caráter propositivo, consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador.

O CODETER só pôde ser criado porque houve vontade da diversidade de seus atores com o intuito de contribuir de forma articulada para o desenvolvimento territorial sustentável que possam universalizar os diversos programas e políticas básicos de cidadania. Portanto, apesar da criação de institucionalidades colegiadas como o CODETER ser um dos objetivos da política de desenvolvimento territorial, este necessita que os diferentes atores locais públicos e civis tornem a criação desse arranjo possível, fato mencionado na Carta de Princípios que ressalta o compromisso das municipalidades, organizações civis, instituições públicas e organizações e associações que almejem o desenvolvimento sustentável do território.

O CODETER do território do Salgado deve, em acordo com o seu regimento¹⁴, possuir como membros integrantes entidades governamentais e não governamentais definidas em eleições realizadas a cada dois anos, de forma que os primeiros devem corresponder a um total de 26 membros titulares e 26 membros suplentes, dos quais 16 representarão administrações municipais e os outros 10 órgãos governamentais das esferas Estadual e Federal, com seu respectivo suplente. Por sua vez, as entidades não-governamentais, diferente daquelas provenientes do setor público, devem ter no MÍNIMO 26 membros entre titulares e suplentes com atuação significativa no território, priorizando-se aquelas que integrem populações historicamente excluídas, a exemplo de indígenas e quilombolas. É no período de dois em dois anos que são definidos em Plenária quais as entidades devem compor o CODETER.

A preocupação em garantir um número mínimo de representantes das entidades civis se dá pelo fato de representarem interesses não vinculados às práticas clientelistas, *a priori*, e o próprio rompimento com a tradicional forma de gestão, uma vez que a institucionalidade estabelecida objetiva a gestão social do território pelos seus atores.

O que se verifica na composição do CODETER do Salgado ainda está longe do ideal previsto no regimento. Nele existem 17 entidades, das quais 4 são governamentais, 8 são não-governamentais e 5 são instituições parceiras¹⁵. Apesar do regimento não prever no capítulo III, que trata da composição do CODETER, este fica sempre aberto a participação de instituições parceiras que possam contribuir no processo de desenvolvimento territorial.

Entre as entidades não-governamentais componentes estão quatro *Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR* dos municípios de Castanhal, Igarapé-Açu, Maracanã e Marapanim; a *Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Curuçá - ATAF* de Curuçá; a *Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Cuinarana* de Magalhães Barata; a *Associação Agroecológica de Produtores da Comunidade de Castanheira* do município de Terra Alta e a *Associação dos Trabalhadores na Pesca Artesanal de Vigia – ATAPAV*, do município de Vigia.

Dentre as quatro entidades governamentais estão secretarias de quatro municípios. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Abastecimento - SEMAAB de Igarapé-Açu, a Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Pesca - SMAAPP do município de Santo Antônio do

¹⁴ Para maiores detalhes ver ANEXOS – Anexo 2: Regimento do CODETER do Salgado

¹⁵ Para maiores detalhes ver ANEXOS – Anexo 7: Composição do Colegiado Territorial do Salgado Paraense por Entes da Sociedade Civil e do Poder Público .

Tauá, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA de São João da Ponta e A Secretaria Municipal de Pesca e Desenvolvimento Rural – SEMPDR de Vigia.

As entidades parceiras são três não-governamentais: IDATAM, CASP e CÁRITAS; e duas governamentais: EMATER e UFRA. Contando com estas entidades, o CODETER do Salgado supera os 50% necessários de representantes das entidades não-governamentais, 11 no total, contra 6 governamentais.

Do total de representantes daquele colegiado, apesar de nenhum município possuir mais de um por entidade, se destacam os municípios de Vigia e Igarapé-Açu por serem os únicos que possuem representantes nas duas entidades. Em contrapartida, seis municípios não tem nenhuma representação, a saber: Colares, Inhangapi, Santa Isabel do Pará, Santa Maria do Pará, São Caetano das Odivelas e São Francisco do Pará. Dos oito municípios restantes, todos possuem pelo menos um representante, seja proveniente de entidade governamental ou não.

Em termos quantitativos de participação, pode-se considerar que esta ainda é bastante incipiente, principalmente os de origem de entidades governamentais nas suas três esferas, contando com apenas 6 representantes. Isso está muito associado com a tradicional forma de gestão, isto é, os espaços onde a gestão social, que preconiza a participação da sociedade civil em espaços de decisão compartilhados, como o CODETER, ainda não é tido como um espaço totalmente legítimo e capaz de encaminhar as ações sociais. Sobretudo porque ainda não se romperam totalmente os ritos burocráticos preestabelecidos por outras instâncias administrativas, como a municipal, estadual e federal, limitando uma atuação maior na instância territorial.

Por outro lado, o fato do CODETER estar sendo composto por quase 65% de entidades não governamentais indica que existe um interesse maior por parte das organizações civis em estar tomando decisões acerca das questões que envolvam o território ou que pelo menos reconhecem o CODETER como um espaço de concertação que evidenciem interesses mais restritos ao caráter setorial ou que ainda não tenha rompido completamente com o vínculo municipal. Isso pode ser observado até pelo nome das associações ainda evidenciarem pautas que se restringem muito a grupos específicos e de espaços específicos, não havendo nenhuma que tenha conexão no âmbito territorial.

6. ASPECTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois de ter sido demonstrada de forma breve o funcionamento da política de desenvolvimento territorial do MDA tanto nos seus aspectos relacionados com a matriz de objetivos mais gerais como àqueles que concernem ao funcionamento prático dentro de cada território, tendo como eixo estratégico a criação de institucionalidades para encaminhamento das demandas direcionadas ao seu público alvo, galgados nos princípios de gestão social que lança mão participação de atores de diversos segmentos identificados no território, que reunidos num espaço de concertação como o CODETER podem estabelecer o planejamento do seu desenvolvimento nessa instância, pode-se lançar-se mão do referencial teórico evidenciado neste trabalho relacionando seus aspectos mais relevantes com a investigação da realidade vivida pelo CODETER do Salgado paraense.

O exercício feito neste capítulo busca-se, principalmente, relacionar o que está descrito em teorias como a do capital social, das instituições e dos aspectos que abrangem a abordagem territorial do desenvolvimento com o CODETER do território aqui investigado, uma vez que dentro do arcabouço referencial utilizado pela SDT/MDA, estas teorias se fazem presentes e são bastante relevantes para a forma de abordagem desta política. É importante ressaltar que esta não se encerra nas determinações do MDA, mas uma vez permitido o foco na realidade territorial, seus atores podem perceber diversas inadequações quando evidenciadas as nuances práticas da política.

6.1 ASPECTOS GERAIS, TIPO DE PESQUISA, NATUREZA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS.

A pesquisa é a atividade nuclear da Ciência. Ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. É um processo permanentemente inacabado. Processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade fornecendo subsídios para uma intervenção no real. A pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009). Lehfeld (1991) *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, (2009) refere-se à pesquisa como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade.

A pesquisa científica pode ser identificadas em diferentes tipos, quanto à: a) sua abordagem; b) sua natureza; c) seus objetivos e; d) seus procedimentos. Atendido todos

aqueles critérios, então define-se a modalidade de pesquisa adequada ao objeto de pesquisa (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009).

Quanto a abordagem esta pesquisa definiu-se como *pesquisa qualitativa*¹⁶, pois não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc., neste caso o CODETER do Salgado.

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa, nas palavras de Silveira e Córdova (2009, pag. 31) “opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria”. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991 *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, pag. 32).

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001 *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009).

Quanto à natureza esta pesquisa é de *natureza básica*, pois objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Além disso, envolve verdades e interesses universais.

No que tange os objetivos, esta pesquisa é de *caráter exploratório e descritivo*, pois, quanto ao caráter exploratório está tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com

¹⁶ As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, pag. 32).

o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Já no caso da pesquisa descritiva, esta exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

A grande maioria das pesquisas exploratórias envolve: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Estas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso. São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa *ex-post-facto* (GIL, 2007).

Considerando os tipos de pesquisa quanto aos seus procedimentos, a pesquisa deste trabalho enquadra-se como *pesquisa documental*. A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica¹⁷, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002).

Quando se investiga uma pessoa ou grupo capacitado (sujeito da investigação), abordando um aspecto da realidade (objeto da investigação), no sentido de comprovar experimentalmente hipóteses (investigação experimental), ou para descrevê-la (investigação descritiva), ou para explorá-la (investigação exploratória). Para se desenvolver uma pesquisa, é indispensável selecionar o método de pesquisa a utilizar. De acordo com as características da pesquisa, poderão ser escolhidas diferentes modalidades de pesquisa, sendo possível aliar o qualitativo ao quantitativo (FONSECA, 2002).

Atendido todos aqueles critérios, define-se então que o sujeito de investigação aqui evidenciado é o CODETER do território rural do Salgado paraense, sobre o qual se propõe descrever e lançar mão do método exploratório sob análise qualitativa de suas atividades elucidadas em cinco documentos básicos anexados ao final deste trabalho. Neles se buscará identificar como a instituição do CODETER do Salgado direciona suas ações em direção às

¹⁷ A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

premissas da abordagem territorial do desenvolvimento, destacando-se a gestão social como estratégia que se delinea na concertação entre diferentes atores e seus respectivos interesses que, dependendo de como essa institucionalidade e as organizações nela presente se relacionam, isto é, a manifestação do capital social nesta institucionalidade podem direcionar ações convergentes para desenvolvimento territorial.

6.2 DA DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO À ANÁLISE DOCUMENTAL

O material sobre o qual se debruçou para aferir como o território do Salgado procede desde a sua efetivação enquanto território, isto é, quando de fato passou a existir perante os atores a ele pertencentes, e como vem traçando ações concatenadas com a abordagem territorial do desenvolvimento previstas pela SDT/MDA, seja em seus documentos de referência ou mesmo nas constantes (re)avaliações dos objetivos da política conforme esta vêm avançando ao longo do tempo e se adequando á realidade de cada território.

Após a análise documental torna-se relevante ressaltar que nem sempre o que é preconizado nas teorias se circunscreve na realidade vivida pela sociedade.

6.2.1 Acervo Documental¹⁸

Dentre o material analisado constam cinco documentos principais, abaixo listados e, incluso nos anexos, sendo todos produtos de três Plenárias realizadas entre os anos de 2014 e 2014 no território do Salgado Paraense, a saber:

1. Regimento do Colegiado de desenvolvimento do Território do Salgado – CODETER – 2014
2. Carta de Princípios e Diretrizes do CODETER do Salgado – Pará - 2014
3. Relatório da 1ª Plenária Territorial do Salgado Paraense / 2015
4. Relatório da II Plenária Territorial do Salgado Paraense / 2015
5. Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial (PADT) – 2015

6.2.2 Concatenação do Acervo com o Referencial Teórico

O território do Salgado passa a ser institucionalizado, como já mencionado no capítulo 5, a partir da realização de sua primeira Plenária em dezembro de 2014 que resultou na aprovação de seu regimento interno e na Carta de Princípios.

¹⁸ Os referidos documentos constam na parte anexa deste trabalho

O Regimento do território segue padrões utilizados em outros territórios Brasil a fora e as orientações estabelecidas nas resoluções N° 48 e N° 53 do CONDRAF. Ele é dividido em nove capítulos que normatizam a participação, a representatividade e formas de atuação do CODETER no garantir a capacidade de negociação e implementação da abordagem territorial do desenvolvimento, estipulando as regras, os procedimentos, formalizadas num arcabouço normativo simples que disciplinam e orientam alguns ritos a serem seguidos pelos segmentos públicos e privados que o compõe. Ao se estabelecer o Regimento Interno, seus integrantes do CODETER do Salgado ajustam suas condutas para que ações de interesses comuns ao território sejam o objetivo primordial a ser alcançado através da instituição CODETER.

O Regimento Interno do CODETER do Salgado apesar de estabelecer as regras do jogo de âmbito interno, tem relativa flexibilidade no que tange ao número de membros, uma vez que permite seu funcionamento ainda que nem todos os municípios tenham representação, descumprindo a segunda premissa do artigo 4°. Conseqüentemente, também descumpre os itens do artigo 5° que tratam da composição máxima e mínima de membros de entidades públicas e civis, como já explicitado no capítulo anterior, e terceira premissa de composição do artigo 4° no que se refere à garantia de participação de todas as áreas e segmentos da sociedade, pois a Plenária pode se realizar com pelo menos 30% dos representantes em segunda convocação, de acordo com a alínea 6ª do artigo 9°. É importante ressaltar que se trata de um processo com pouco mais de um ano de existência, cabendo ações no sentido de dar legitimidade e publicidade às atividades do território até que todos os municípios, segmentos, setores e organizações possam estar participando. Nesse sentido, o regimento cria dispositivos que não impedem o funcionamento do CODETER pela falta de membros, mas previne e regulamenta casos em que possa haver disputas pela composição das diferentes entidades. Além do mais, a participação enquanto membro do CODETER se dá de forma voluntária, não havendo qualquer tipo de remuneração para seus componentes (artigo 17°), podendo este receber apenas ajuda de custo e transporte pela entidade que representa.

Mesmo que haja o impedimento relativo ao quantitativo máximo de entidades governamentais e não-governamentais, o próprio Regimento também prevê rotatividade em relação à composição de seus membros ao permitir eleições nas Plenárias de dois em dois anos, permitindo ainda que ocasionais vagas restantes possam ser preenchidas se assim entendidas pela maioria em Plenário, como definido na alínea 2ª do artigo 15. O mesmo procedimento é utilizado para a exclusão de membros.

Dentre todas as competências e atribuições previstas no Regimento do CODETER do Salgado, um dos itens principais falta ser cumprido: a construção coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Este plano evidenciará as principais ações a serem realizadas pelo território bem como o estabelecimento de prioridades entre elas, além de traçar um diagnóstico geral do território necessárias para as ações de planejamento. Novamente se ressalta que a recente institucionalização do CODETER do Salgado não tenha compreendido tempo suficiente para a elaboração de tal plano.

Na Carta de Princípios do Território do Salgado as municipalidades, organizações civis, instituições públicas e demais setores signatários manifestam publicamente sua intensão de atuar de forma proativa no processo de construção do desenvolvimento territorial sustentável do território do Salgado paraense.

Ela descreve proposições de ações que devem ser realizadas em conjunto pelos municípios representados pelos gestores públicos, técnicos, lideranças e outros segmentos sociais que objetivem fortalecer a participação social na elaboração, planejamento, implementação, gestão e fiscalização de políticas públicas. Além disso, elucida a realização de ações integradas para o gerenciamento territorial pela União, Estados e Municípios.

No entendimento dos atores presentes nesta Plenária de validação do CODETER do Salgado conforme a carta de princípios, este território tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável universalizando os direitos básicos da cidadania, por meio de estratégias de desenvolvimento focadas na sustentabilidade dos agroecossistemas articuladas às dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social expressas nas diferentes realidades do território. Destaca-se que a dimensão ambiental é bastante enfatizada pelos atores indicando a valorização do meio ambiente como parte integrante do processo de desenvolvimento. Isto concatena-se à diretriz da política de desenvolvimento dos territórios rurais proposta pela SDT/MDA.

O próprio entendimento de território sublinhada na carta reconhece que este está em permanente processo de construção, com potencialidades, diversidades e desafios a serem enfrentados. Subjacente, a abordagem territorial preconiza a equidade, respeito às diversidades, solidariedade, justiça, sentimento de pertencimento, valorização da cultura local e inclusão social como objetivos fundamentais a serem atingidos.

A carta menciona ainda a importância do fortalecimento das instituições componentes do território, sejam elas formais ou informais, sejam elas intrainstitucional ou interinstitucionais, governamentais ou civis. A carta prevê a implementação desse processo

deve se dar com a adoção de metodologias participativas. A metodologia participativa é possível, em primeira instância a partir do CODETER do território evidenciados os mecanismos de autogestão.

Para Geraldi (2012) a apropriação das redes já existentes pelas institucionalidades territoriais, ou seja, a institucionalização dessas relações sociais já existentes teria como objetivo o seu controle pelos colegiados territoriais, ao invés do seu fortalecimento, caso contrario estariam sendo entendidas como entraves ao desenvolvimento por não estarem dentro do que foi estabelecido como projeto de desenvolvimento do território. Essa institucionalização das relações sociais, por sua vez, deve expressar determinada densidade de capital social para tornar o desenvolvimento territorial possível que, ao quando empoderadas, ao invés de realizarem a autogestão, apenas seguiriam as diretrizes definidas dentro da política do MDA. O autor ressalta ainda que o capital social na visão do ministério seria formado justamente a partir da institucionalidade territorial, ou seja, no momento em que são construídos os programas e projetos de interesse numa instituição territorializada responsável pelo processo de gestão social.

De forma geral foram elencadas pautas específicas e universais nas quais os signatários da carta assumem o compromisso de participar ativamente dos programas, projetos e ações necessários para o desenvolvimento territorial.

O Relatório da 1ª Plenária Territorial do Salgado, foi realizada no dia 29 de junho de 2015 no município de Castanhal, contando com a participação de 50 pessoas, das quais 24 eram representantes do poder público e 26 eram representantes da sociedade civil. O objetivo principal desta Plenária foi a consolidação e estruturação operacional do CODETER do Salgado para que este pudesse fortalecer políticas públicas, programas, projetos e ações territoriais necessárias ao desenvolvimento rural sustentável e solidário do território do Salgado.

Nela foram apresentadas aspectos relacionadas ao desenvolvimento territorial pelo assessor estadual José Wilson, que apresentou conceitos de território e territorialidade, enfatizando aos atores que não se restringem à interpretação de extensão geográfica, configurando-se como um espaço de disputas e conflitos constantes. Também demonstrou a importância do CODETER enquanto institucionalidade territorial frisando a sua legitimidade enquanto espaço democrático reconhecido pelos governos, onde estes junto às entidades não-governamentais decidem juntos sobre a aplicação de recursos e caminhos a serem seguidos no escopo do desenvolvimento territorial.

Foi destacada importância da agricultura familiar enquanto segmento econômico responsável pela produção dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Logo foi problematizado pelos participantes o fato dos recursos financeiros destinados pelo MDA para a agricultura familiar corresponderem a um valor tão pequeno, dada a importância do segmento tornando difícil a promoção do desenvolvimento agrário no país com a insuficiência dos recursos, bem menor que nos anos anteriores.

Nos encaminhamentos foram criados Comitês Temáticos para a juventude, e mulheres, com membros provisórios escolhidos em Plenária. Além disso, se constituiu comissão da Câmara Técnica Interinstitucional para pensar e elaborar ações e projetos de fortalecimento do CODETER do Salgado, da Rede de Cooperação Solidária, de Grupo de Mulheres, ações de recuperação de nascentes das microbacias do território, além de realizar estudos e diagnósticos dos problemas vivenciados pelos municípios que auxiliarão na elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS).

A segunda Plenária Territorial do Salgado paraense foi realizada no município de Castanhal no dia 16 de dezembro de 2015, contando com a participação de 27 representantes, sendo 10 do poder público e 17 representantes da sociedade civil. O principal objetivo desta Plenária foi compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento territorial, visando fortalecer as políticas, programas, projetos e ações territoriais que se fazem necessárias ao desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território do Salgado. Objetivo parecido com o da primeira plenária de 2015 distinguindo-se apenas pelo fato de se propor a compreensão pedagógica do desenvolvimento territorial.

Nela foram buscou-se apresentar, discutir e analisar os programas, políticas e projetos de demanda do MDA ligadas à Gestão Social, como PNHR, Luz Para Todos, Pronatec Campo e PNDTR e Inclusão Produtiva: PROINF, PRONAF, Amazônia Florescer, ATER, PAA e PNAE, bem como, a legislação, os fluxogramas e números de seus beneficiários no Território e no Estado.

Também foi apresentar um histórico das ações territoriais a partir do acompanhamento do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, da UFOPA e seus Assessores Territoriais (Assessor Territorial de Inclusão Produtiva - ATIP e Assessor Territorial de Gestão Social - ATGS). Buscou-se também discutir sobre a necessidade da estruturação do CODETER para o fortalecimento da Política de gestão e desenvolvimento territorial, a partir do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial – PADT.

O PADT representa a proposta de estruturação para que o CODETER possa melhor desenvolver suas ações. Nele o desenvolvimento territorial está apresentado como uma estratégia da SDT/MDA que integra, no território do Salgado, dezesseis municípios, aprovado na segunda Plenária realizada em 2015.

Esse documento destaca que o CODETER vem enfrentando inúmeros desafios. Entre eles o de garantir a participação assídua dos membros do CODETER e de possibilidade de canalização de recursos humanos, financeiros e materiais que possibilitem as ações territoriais. Estas ações, por sua vez, exigem a criação ou fortalecimento de redes interinstitucionais territoriais para a concertação das institucionalidades territoriais, isto é, promover o empoderamento territorial.

O documento faz uma crítica à metodologia até então estabelecida para se alcançar o desenvolvimento territorial, ao elucidar que este não se encerra nas reuniões da institucionalidade, necessitando da construção de um pacto que expresse interesses, compromissos e a divisão das atribuições que cada participante terá que cumprir.

No entendimento do documento, tendo como fundamento a prática histórica vivida pelo território, considera que esta tem sido um grande equívoco ao apenas reunir as diversas e complexas entidades sem um instrumento legítimo e legal que expresse adequadamente os compromissos e divisões de responsabilidades. Este processo, conforme descrito, exige metodologia mais adequada ao contexto real que envolve a disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros, exigindo o envolvimento e comprometimento daqueles interessados.

Ressalta um outro equívoco relacionado com a ideia de tentar promover o desenvolvimento territorial com base no improviso, voluntarismo militante e no planejamento sem perspectiva de fontes financiadoras. Considera que a prática vivida é inadequada e improdutiva, justamente por faltar aos gestores das instituições envolvidas a compreensão da complexidade que o processo implica. Segundo as próprias palavras do PADT, complementa:

“E pela falta de um pacto formal, de um assumir de compromisso institucional: ‘o espaço é de quem quiser... O tempo é do vai quem quer... E o CODETER, não tem dinheiro nem pra tomar um café.’ Fica no ar a impressão de que o desenvolvimento territorial é um ‘um filho bonito que muitos querem assumir a paternidade, mas ninguém quer pagar a pensão alimentícia’”.

Apesar disso, reafirma o compromisso pessoal e institucional de contribuir com a gestão territorial, onde o CODETER continua a se apropriar do processo estabelecido em

Plenária, uma vez que já possui recursos humanos com capacidade técnica, estrutura, compromisso e capilaridade necessária para a construção de um plano de desenvolvimento para o território do Salgado, além de ter como base movimentos populares que lutam a décadas pela realização de suas demandas.

Para que se consolide o processo de desenvolvimento territorial o PADT propõe que se crie uma base articulada focada no desenvolvimento territorial; a criação de um processo de transformações auto-sustentável que se retroalimente e se expanda continuamente; o investimento na criação de sinergias que promovam a junção de esforços, o respeito mútuo, a preocupação pelo bem comum; o estabelecimento de um processo de capacitação permanente; a garantia de uma eficiente e eficaz animação do processo de desenvolvimento territorial com mecanismos que facilitem o aprendizado, aproxime pessoas e organizações, humanize os ambientes respeitando as diversidades e particularidades; o estímulo e promoção do empoderamento das pessoas e organizações; a necessidade de se contribuir para a concertação interinstitucional e intrainstitucional esta concebida como harmonização das relações, procedimentos, pessoas e organizações; a compreensão de que o processo é mais importante que o produto uma vez que este se dá com permanentes transformações sociais, ante a simples preocupação com produtos como relatórios, listas de frequência, fotografias, comprovação de diárias etc.

Ao final o PADT estabelece as Diretrizes para a elaboração do PADT do Sagado dividido em seis fases descritas a seguir:

FASE 1: Ações preliminares, que visam a sensibilização e articulação para ações voltadas ao estabelecimento de uma estrutura mínima de funcionamento de suas atividades.

FASE 2: Sensibilização e capacitação de gestores, técnico e lideranças municipais, isto é, ações que se voltem para a formação dos atores do território;

FASE 3: Construção do Plano de Desenvolvimento Territorial do Salgado, relacionada com o diagnóstico dos problemas do território e priorização de ações;

FASE 4: Execução de ações, baseadas no Plano de Desenvolvimento Territorial.

Após aprovado pelo plenário, este deveria ser protocolado e entregue na DFDA do Pará.

Depois de apresentado o PADT surgiram diversos questionamentos, comentários e intervenções até a sua aprovação pelos nos membros participantes. Houveram recomendações

de apresentação do PADT nos municípios para que as ações do CODETER fossem melhor divulgadas, bem como a proposta da política de desenvolvimento territorial, demonstrando a preocupação com o fato das ações contempladas no Plano não se limitarem ao CODETER. Foram levantadas questões acerca das fontes de financiamento para as aquisições da estrutura que o CODETER necessita e de como este poderá sensibilizar os entes governamentais quanto à necessidade de apoiar as ações territoriais. As proposições partiram no sentido de provocar a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do estado para garantir uma estrutura e que meios de comunicação mais acessíveis possibilitem a interlocução entre as ações determinadas pelo CODETER do Salgado para que cheguem ao conhecimento dos entes governamentais e não-governamentais, para que estas forneçam maior apoio em suas atividades.

Foi destacado em Plenária o baixo interesse no debate e nas demais ações territoriais associada à própria falta de noção da importância desta institucionalidade em debater pautas de interesses da coletividade. Paralelo a isto, foram questionadas quais os possíveis ganhos e perdas com a existência do CODETER no Salgado.

O que se pode perceber de acordo com os vários problemas destacados no PADT e nos questionamentos resultantes dos debates realizados nas plenárias é que existe, por parte dos atores uma vontade de mudar sua realidade, mas isso fica limitado por problemas que vão desde a comunicação insuficiente entre o que é discutido no CODETER com as ações traçadas pelos municípios, Estado e União, até problemas presentes na própria metodologia sobre qual a política se estabelece. Uma vez que o desenvolvimento territorial da forma como tem sido conduzida no município do Salgado parece se resumir a reunião dos distintos e complexos segmentos da sociedade, dentro de uma configuração de território onde tudo pode, nas palavras de Geraldi (2012) e não sendo parte de iniciativas espontâneas pelos seus atores, pode ser responsável pela condução insatisfatória indicada pelos proponentes do PADT.

Putnam (1996) ressaltou que os sistemas de participação cívica e as regras de reciprocidade constituintes do capital social é produto de um processo histórico. E uma vez que estes não se deram de forma espontâneas, como já mencionado, pois as raízes históricas da participação cívica são fonte de acúmulo de capital social. E quanto mais desenvolvido essa forma de capital mais disposta a sociedade estará em participar de processos democráticos e de igualdade política previstas numa comunidade cívica, pois o vultoso capital social reforça a capacidade social de colaborar.

Além disso, para que mudanças nas instituições formais induzam mudanças nas instituições informais, resultando em mudanças na prática política da sociedade, devem ser alterados os modelos mentais compartilhados em uma sociedade, e isso se dá com o aprendizado ainda incipiente nas práticas de gestão social do território do Salgado, pois a história institucional evolui lentamente, com a gradativa adoção de normas e convenções já estabelecidas.

Como a direção da mudança é determinada pela dependência de percurso, as instituições que almejam se perpetuar na estrutura vigente podem distorcer esse processo para favorecer seus interesses (NORTH, 1994). Isso é bastante evidente no caso das políticas de desenvolvimento territorial, pois ao ainda se caracterizarem como um paradigma em disputa (FAVARETO, 2005), os atores vencedores na atual estrutura continuam exercendo influência sobre a matriz institucional, desfavorecendo os jogadores perdedores alvo desta política.

Percebe-se que, por mais que a maioria dos membros do CODETER do Salgado paraense sejam entes civis, estes ainda buscam que mais membros atuem nesta institucionalidade, pois acreditam que se mais atores representantes dos municípios, ausentes até então, passarem a se comprometer com os interesses territoriais, isto fortalecerá o capital social do território, o que refletirá numa maior eficiência nas ações do CODETER. Isto significa que o capital social já existente pode aumentar quando os pressupostos da gestão social compartilhada do território é um anseio de seus atores.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desenvolvimento rural a partir das estratégias (políticas) de desenvolvimento territorial, à medida que vinha se demonstrando como insuficiente para combater a desigualdade e a pobreza latente nesses espaços historicamente excluídos obteve grande ganhos desde a promulgação da Constituição de 1988, quando os espaços rurais ganham destaque, como nunca antes, na pauta de políticas públicas, com destaque para o PRONAF. Com a evolução das políticas de cunho mais setorial para multissetoriais e multidimensionais o território passa a ser alvo de políticas para o universo rural, com uma abordagem que não se resume apenas à agricultura familiar, mas abrangendo atividades presentes tanto nos espaços urbanizados como nos que prevalecem características rurais, cada vez mais integrados.

Sabendo-se da sua importância no estabelecimento de um processo de desenvolvimento sólido onde o controle social de políticas a partir de regras de reciprocidade e sistemas de cooperação no âmbito cívico constitui uma base imprescindível e, ressaltando o Estado como agente capaz de impulsionar esse processo, como destacado por Evans (1993) na sua abordagem de autonomia inserida em que passa a fazer intervenções junto às demandas da sociedade, a política de desenvolvimento dentro da perspectiva territorial adotada pelo MDA invoca a emergência do capital social como referência estratégica da proposta de desenvolvimento territorial, onde este capital social é um elemento que emerge das relações humanas, contribui para a consolidação das relações sociais e pode transformá-las em instrumentos de otimização das iniciativas coletivas, rumo à formulação, implementação e gestão planos de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2005b, p. 24). Nesse sentido, o seu fortalecimento se dará a partir do resgate daquilo que está construído historicamente entre as pessoas e grupos sociais, “colocando-o como alicerce sobre o qual se podem fortalecer as relações de confiança, de solidariedade e de cooperação, ampliando formas de organização e as redes de relações internas e externas ao território” (BRASIL, 2005b, p. 24). E dependendo de como se desenvolveram historicamente os sistemas de participação cívica e as regras de reciprocidade destacadas por Putnan (1994) o sucesso da política dentro de cada território pode ter um maior ou menor sucesso a depender da evolução histórica da participação da comunidade em instâncias de concertação.

Quanto às instituições, no contexto aqui discutido, pode-se entender que uma política que tenta dar inserção para os diferentes atores, principalmente àqueles grupos com identificação voltada para os espaços rurais, isto é, aqueles que se concentram nos territórios rurais, e que enfrentam dificuldades relativas às desigualdades regionais, dificuldade de

inserir seus produtos no mercado, de acesso ao sistema de ensino fundamental, técnico, superior, precarização de infraestrutura social etc., isto é, aqueles grupos na qual a matriz institucional existente não prioriza, pode enxergar uma luz quando se permite sua participação e atuação na sua própria realidade de forma que, ao se estabelecerem modelos mentais compartilhados cada vez mais lapidados pelo processo de formação de capital social os mesmos atores podem fazer parte da criação de uma nova matriz institucional capaz de mudar sua trajetória segregada.

O capital social é, então, componente fundamental para que a sociedade seja protagonista nas dinâmicas internas do território, o que só se torna possível após o desenvolvimento das capacidades técnicas e gerenciais (capital humano), alinhadas à articulação e empoderamento dos atores do território até que orientem à constituição de suas institucionalidades.

No contexto aqui discutido, pode-se entender que uma política que tenta dar inserção para os diferentes atores, principalmente àqueles grupos com identificação voltada para os espaços rurais, isto é, aqueles que se concentram nos territórios rurais, e que enfrentam dificuldades relativas às desigualdades regionais, dificuldade de inserir seus produtos no mercado, de acesso ao sistema de ensino fundamental, técnico, superior, precarização de infraestrutura social etc., isto é, aqueles grupos na qual a estrutura institucional existente não prioriza, pode enxergar uma luz quando se permite sua participação e atuação na sua própria realidade de forma que, ao se estabelecerem modelos mentais compartilhados cada vez mais lapidados pelo processo de formação de capital social os mesmos atores podem fazer parte da criação de uma nova matriz institucional capaz de mudar sua trajetória segregada.

Esta coerência corporativa na elaboração de políticas públicas com as do MDA se fazem muito importantes uma vez que reúne desde os formuladores de dentro da estrutura institucional do Estado até àqueles que estarão inseridos diretamente no processo dentro do CODETER, capaz de colocar os atores até então perdedores numa trajetória que rompe com àquela apropriada pelas organizações que se beneficiam das informações disponíveis na estrutura anterior, isto é, “um projeto partilhado por um aparelho burocrático altamente desenvolvido e um conjunto relativamente organizado de atores privados que podia fornecer informações úteis e implementação descentralizada” (EVANS, 1993, p. 137) que reflitam em políticas públicas para o seu público alvo.

Ao se estabelecerem as institucionalidades territoriais uma estratégia utilizada dela política nacional de desenvolvimento territorial da SDT/MDA que tem no protagonismo

social algo indispensável, de forma que a cooperação entre diferentes segmentos da sociedade, sejam elas entidades estritamente governamentais ou não governamentais podem favorecer a orientação progressiva da formulação e a aprovação de projetos estratégicos coerentes com essas propostas de desenvolvimento. Contudo, não há garantia de que um território possua atores com capacidade de viabilizar os requisitos necessários ao protagonismo social, esta é uma dimensão à qual os programas governamentais deveriam dedicar mais atenção, o que se refere à necessidade de uma maior interação do programa com os atores e a institucionalidade territoriais. De forma geral, a política com abordagem territorial existente no contexto brasileiro recente apresenta janelas de oportunidade para inovações institucionais e mecanismos de governança e gestão participativa que não devem ser desprezadas e, o acúmulo observado até o momento confere à escala supramunicipal um espaço importante no desenho e implementação de políticas que possam revelar a capacidade que determinados projetos possuem em atingir uma esfera mais ampla, garantindo sua continuidade à medida que legitima suas ações com maior quantidade de atores sociais envolvidos, dispondo de certa autonomia em relação às práticas da política local.

Todavia, apesar do evidente avanço das dinâmicas participativas e de suas repercussões positivas no ambiente sociopolítico local, as práticas territoriais apresentam, contudo, um “desempenho institucional” abaixo das expectativas, vis-a-vis aos poucos projetos de investimento efetivamente implantados entre 2003 e 2010, como evidenciado no território da Borborema (CANIELLO, PIRAUX & BASTOS, 2012).

No intuito de estudar a interação entre os atores locais e os Programas Territoriais introduzidos nestes últimos anos, os autores puderam notar que o princípio de conformação de um espaço único, que seria o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), não conseguiu aglutinar os debates em torno das políticas públicas e nem ampliar a participação dos atores, havendo uma desarticulação dos espaços anteriores, além disso, como se trata de uma intervenção do Estado, a noção com a qual os atores locais trabalham é a de um território administrativo, inclusive o termo “território” foi introduzido ao vocabulário dos mesmos a partir da execução dos Programas Territoriais do Governo Federal.

Alto Sertão Sergipano, que surge em meio a um cenário, influenciado historicamente sob forte presença dos movimentos sociais, responsáveis pelo processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, inserido na Microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco reproduz a convivência da região com baixo IDH, problemas infra-estruturais, alta concentração fundiária associada a uma pecuária extensiva e/ou improdutiva - ocupada por

tradicionais latifúndios. Atualmente incluído no programa “Territórios da Cidadania” que consiste em uma ação integrada entre vários ministérios, na qual houve ampliação não só dos recursos, mas da participação social. Para os autores, a ideologia dos territórios se materializaria no Estado quando divide suas pretensões entre dois ministérios desiguais e não combinados: o Ministério da Agricultura (interesses do agronegócio) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (políticas de distribuição fundiárias), ficando evidente, porém, a “invisibilidade” da questão agrária, na expropriação dos trabalhadores rurais, retirando do tema da reforma agrária, aspectos da democratização da terra que não estariam mais na pauta das mudanças sociais no campo, e sim numa espécie de proximidade institucional e social dos atores envolvidos na questão da agricultura familiar. Neste sentido, os autores concluem que, no contexto das políticas de desenvolvimento territorial, o MDA cumpre seu papel no fortalecimento de políticas rurais territoriais como as de incentivo a agricultura familiar, mas gera uma dissolução da luta de classes no campo.

O que se verifica na composição do CODETER do Salgado é que ainda está longe do ideal previsto no regimento. Nele existem 17 entidades, das quais 4 são governamentais, 8 são não-governamentais e 5 são instituições parceiras.

Quando se volta a análise para os documentos das Plenárias realizadas no CODETER, este território vem encontrando grandes dificuldades que vão desde a ausência de uma grande parte dos municípios componentes até erros na condução da própria política pelo MDA, ao não dar condições para a condução do desenvolvimento territorial sustentável, uma vez que este vem se limitando em ações muito incipientes restritas à realização de Plenárias, havendo escassez na destinação de recursos que possam financiar as demandas estabelecidas no CODETER do Salgado paraense.

Uma das faces do programa destacada em Geraldi (2012) é de tentar consolidar o território como única realidade política dos atores locais, devendo se tornar o único instrumento de intervenção pública. Apesar disso, são as instâncias administrativas municipais, estaduais e federais que vem capitaneando a maioria dos investimentos no recorte que lhe é cabível, dando ao CODETER do Salgado o papel de coadjuvante no processo de desenvolvimento, uma vez que os interesses permeados na matriz institucional que abrange essas instâncias ainda estão fortemente marcadas pela *path dependence*.

BIBLIOGRAFIA

- BARCELOS, Rafael Magalhães. **A Nova Economia Institucional: teoria e aplicações**. UNB, Brasília, 2003.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA. 2005a. (Série Documentos SDT: número 01)
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA. 2005b. (Série Documentos SDT: número 01)
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro**. Brasília, MDA. 2007.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In : RICHARDSON, J. (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova York : Greenwood Press, 1986.
- CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Marc e BASTOS, Valéria Veríssimo de Souza. **Capital Social e Desempenho Institucional no Colegiado Territorial da Borborema, Paraíba**. Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas. v.32, n.2, jul-dez / 2012. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/>> Acesso em: 14 jul. 2015.
- CASTRO, F. N de; SIMÕES, A.V. A criação do território do sudeste paraense: um estudo sobre a implementação dos programas de desenvolvimento territoriais. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, Belém- Pará, UFPA, 2010. Disponível em: < <http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/html/gt3.html> > Acesso em: 13 out. 2014.
- COLEMAN, J. S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. *American Journal of Sociology*. Chicago, v. 94, Supplement, p. S95-S120, 1988.
- CONCEIÇÃO, Octávio A.C. **Instituições, Crescimento e Mudanças na Ótica Institucionalista**. Tese de Doutorado em Economia PPGE/UFRGS, Porto Alegre, 2002a.
- _____. **O Conceito de Instituições nas Modernas Abordagens Institucionalistas**. Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS. Revista de Economia. Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2002b.
- D'ARAÚJO, M. C. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar F. & WITTMANN, Milton Luiz. (org). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 176 a 213.
- DELGADO, Nelson G.; LEITE, Sérgio P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, p. 431- 473, 2011.
- DIAS, Wilson José V. **Orientações e Instrumentos para a Gestão social do Desenvolvimento Territorial no Ceará**. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Ceará: instituto Agropolos do CEARÁ, 2009.
- ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: FAVARETO, Arilson (Org.).

Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil - Avanços e Desafios, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12. **Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2010, p. 81 a112.**

EGLER, Claudio A. G. Questão Regional e Questão do Território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 2017 a 238.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova: revista de cultura e política**, nº28/29, p. 107-156, 1993.

FAVARETO, Arilson da S. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – Do Agrário ao Territorial**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FAVARETO, Arilson da S. Tendências Contemporâneas dos Estudos e Políticas sobre o Desenvolvimento Territorial. In: FAVARETO, Arilson (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil - Avanços e Desafios**, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12. **Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2010, p. 15-46.**

FAVARETO, Arilson da S.; SCHRÖDER, Mônica. Do território como "ator" ao território como "campo": uma análise da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural brasileira. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). Contribuições ao estudo agrário e rural. **Cadernos do CEAM/NEAGRI**. Brasília – DF: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários, ano VIII, n.31, p. 73-103, nov. 2008.

FERNANDES, Antônio S. Araújo. O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**. V. 36, nº 3, p. 375-398, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia Da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglas North. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 2 (90), 2003.

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 39, p. 155-185, jul./dez. 2012.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N. e WOOLCOCK, M. **Questionário Integrado para Medir Capital Social. (QI-MCS)**. Banco Mundial. Grupo Temático sobre Capital Social, 2003.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro. **Observações sobre a economia institucional: há possibilidade de convergência entre o velho e o novo institucionalismo?** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5, Fortaleza, 2000.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. <<http://www.ibge.gov.br>>

MEDEIROS, S. Leonildes; DIAS, Marcelo Miná. Marco jurídico-normativo para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. In: MIRANDA, Carlos & TIBÚRCIO, Breno (org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.14. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2011, p. 197-220.

MORAES, Jorge L. Amaral de. Capital Social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, Silvio M. de Souza. (org.) **Capital social e desenvolvimento regional**. EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2003, p. 123-148.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2 ed Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NARAYAN, D. **Bonds and bridges: social capital and poverty**. Poverty Group, PREM, World Bank. Washington, DC, 1999.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. São Paulo: Instituto Liberal, 1994.

PIRAUX, M. *et al.* Um olhar sobre a diversidade dos Colegiados dos Territórios da Cidadania no Pará. *Novos cadernos NAEA, UFPA*, v.15, n° 2, Dez. 2012.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 01 Jun. 2015.

PORTES, A. **Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology**, *Annual Review of Sociology*, vol. 24, pp.1-24, 1998.

PUTNAM, Robert D. Social Capital and Institutional Success. Cap. 6 in **Making Democracy Work**. Stanford U. Press, Stanford, CA. (versão em português será disponibilizada), 1993.

_____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. FGV: Rio de Janeiro, 1996.

SANTOS, Carmem Lúcia; ALMEIDA, Maria Geralda de; COSTA, José Eloizio da Costa e LORETO, Maria das Dores Saraiva de (2010). **Política de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Uma análise do território do Alto Sertão de Sergipe (Brasil)**, VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Carmem-L%C3%BAcia-Santos.pdf>> Acesso: 30 Out. 2014.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Lamparina: Rio de Janeiro, 2007, p. 13 a 21.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. Hucitec: São Paulo, 2006, p. 15 a 20.

SILVEIRA, Denise Tolfo e CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A Pesquisa Científica. In: métodos de pesquisa**. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Série Educação a Distância - EAD coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009 (pag. 31- 42)

SEPLAN. Regiões de Integração do Estado do Pará. 2016. Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/loa/loa2016/13.anexo_x_-_regioes_de_integracao_e_municipios_do_estado_do_para.pdf>

SIT. Caderno de Informações territoriais, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_213_Salgado%20-20PA.pdf>

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

Anexo 1: E-mails de solicitação e resposta de uso dos documentos do CODETER do Salgado paraense

Permissão de Uso do Documento do CODETER

abner vilhena vilhena
Para: Tonildes Lisboa de Ataide <tonildes68ataide@ya--

Responder |
ter 08/03/2016 15:42

Prezado Tonildes - Coordenador do CODETER do Salgado Paraense

Saudando-vos com préstimos de bons votos, venho por meio deste solicitar-lhe, no papel de presidente do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Salgado Paraense o seguinte:

Como professor do magistério superior da Universidade Federal do Pará (UFOPA), estive por dois anos consecutivos (2014-2015) como coordenador do núcleo de extensão do Salgado Paraense (NEDET), juntamente com o bolsista de iniciação ao extensionismo, o discente Helton Xavier Viana, do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR) da UFOPA como é de seu conhecimento, assim como de todo os membros deste colegiado.

O discente acima citado, é meu orientado em trabalho de conclusão de curso, com a monografia intitulada "A ABORDAGEM TERRITORIAL, DO CAPITAL SOCIAL E INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO: O PAPEL DO CODETER NO SALGADO PARAENSE" a ser defendida ainda no mês de março/2015. Contudo, para fins metodológico e de análise, o discente precisa da vossa autorização para fazer uso dos seguintes documentos que dizem respeito a esse colegiado: i) atas e relatórios das plenárias territoriais; ii) carta de princípios e diretrizes do território do Salgado Paraense; iii) O regimento do CODETER e; o Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial (PADT) do Salgado Paraense.

Ciente do vosso apoio, o discentes compromete-se em enviar uma cópia (digital) da versão final do trabalho de conclusão de curso para fins de conhecimento, apreçamento e arquivo junto a secretaria do CODETER do salgado Paraense.

ABNER VILHENA DE CARVALHO
PROFESSOR PCEDR/ICS/UFOPA

Re: Permissão de Uso do Documento do CODETER

Tonildes Lisboa de Ataide
Para: abner vilhena vilhena <abnervilhena@hotmail.co

Responder |
qua 09/03/2016 07:12

Prezado Amigo Prof ABNER VILHENA DE CARVALHO,

Manifesto que, acima de tudo, é uma honra podermos contribuir com a produção de conhecimento científico, na condição de sujeitos do processo de desenvolvimento territorial. Por essa razão, autorizamos a utilização dos documentos do CODETER do salgado, para fins acadêmicos, na certeza de que a análise será de grande valor para que possamos refletir nossas teorizações e práticas.

Atenciosamente,

Tonildes Lisboa de Ataide
COORDENADOR DO CODETER DO SALGADO

Anexo 2: Regimento do CODETER do Salgado

**REGIMENTO DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
- CODETER DO SALGADO PARAENSE -**

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA**

Art 1º - O Colegiado de Desenvolvimento do Território Salgado – CODETER - é constituído por entidades governamentais e não governamentais voltadas ao desenvolvimento sustentável deste Território, composto pelos municípios conforme o parágrafo único a seguir:

Parágrafo Único - O Território Salgado compreende os municípios de 01-Castanhal, 02-Colares, 03-Curuçá, 04-Igarapé-Açu, 05-Inhangapí, 06-Magalhães Barata, 07-Maracanã, 08-Marapanim, 09-Santa Izabel do Pará, 10-Santa Maria do Pará, 11-Santo Antônio do Tauá, 12-São Caetano de Odivelas, 13-São Francisco do Pará, 14-São João da Ponta, 15-Terra Alta e 16-Vigia de Nazaré.

**CAPÍTULO II
DO CARÁTER**

Art 2º - O Colegiado de Desenvolvimento do Território do Salgado – CODETER - é órgão gestor do Território do Salgado, de caráter propositivo, consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, criado pela vontade das entidades governamentais e não governamentais.

**CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO**

Art 3º- O CODETER deve ter caráter no mínimo paritário em relação às entidades governamentais e não governamentais.

§ 1º - Como Entidades Governamentais se entende as entidades públicas da administração direta, indireta ou vinculadas aos níveis federal, estadual e municipal de governo, bem como aquelas de caráter associativo que representem, direta ou indiretamente, essas categorias.

§ 2º - Como organizações não governamentais, compreendem-se aquelas representativas de grupos sociais em suas diversas manifestações, e de grupos de identidade social, étnica, geracional e de gênero.

Art 4º- A composição do CODETER tem as seguintes premissas:

- I – Acolher as demandas da sociedade e das entidades para a inclusão no Colegiado;
- II – Garantir a participação de todos os municípios;
- III – Garantir a participação de todas as áreas e segmentos da sociedade;
- IV – Garantir no mínimo 50% das vagas para as representações não governamentais.

Seção I – Composição

Art 5º - Integram o CODETER:

§ 1º - 26 membros titulares e 26 suplentes das entidades governamentais, sendo:

I – 16 titulares e 16 suplentes, representantes das Administrações Municipais, que serão apresentados por sua administração.

II – 10 titulares e 10 suplentes de Órgãos Governamentais da esfera Estadual e Federal.

III – A Plenária para eleição a serem realizadas a cada dois anos define quais são as entidades que devem compor o CODETER.

§ 2º - No mínimo 26 Titulares e 26 Suplentes das entidades não governamentais:

I – As representações das entidades não governamentais devem ter expressão regional, atuação em 50% dos municípios de território, com atuação em mais de uma área de desenvolvimento, histórico de participação no debate territorial.

II – Populações consideradas prioritárias para atendimentos das políticas públicas, tais como indígenas e quilombolas terão vagas garantidas entre as entidades.

III – A Plenária Territorial, a ser realizada a cada dois anos, define quais são os as entidades governamentais e não governamentais que devem compor o CODETER.

IV – Os nomes dos representantes das entidades governamentais e não governamentais serão formalmente indicados pelo seu representante legal.

§ 3º - Até 20 Titulares e 20 Suplentes membros das Câmaras Setoriais do CODETER;

I – A coordenação das Câmaras Setoriais do CODETER será escolhida pelos membros das Câmaras e deverão obedecer ao critério de paridade entre representação do governo e da sociedade civil organizada.

II – Os nomes dos representantes das Câmaras Setoriais serão formalmente indicados pelas Câmaras.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art 6º Para cumprir a missão de promover o desenvolvimento integral do território Salgado, o CODETER tem como atribuições:

I Sensibilizar, comprometer, articular e coordenar as ações de desenvolvimento do território, com vistas à construção e atualização coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável, em seus diversos ciclos;

II Promover a elaboração das Agendas de Prioridades, bem como a Seleção dos Projetos a serem implementados nos Programas de Desenvolvimento Sustentável;

III Articular e apoiar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos;

IV Estimular a criação e fortalecimento de Redes Territoriais de produção, cooperação, assistência técnica, capacitação, educação, tecnologias apropriadas, informação/divulgação, e outros, bem como apoiar a sua estruturação e operacionalização;

V Encaminhar o processo de negociação de programas, projetos e ações orientados para o desenvolvimento sustentável no território Salgado;

VI Promover o acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento;

VII Aprovar e alterar o Regimento do CODETER, bem como aprovar a criação e extinção de Câmaras Setoriais.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art 7º - A estrutura organizacional operativa do CODETER consta de:

§ 1º- Plenária: composta por representação de entidades governamentais e da sociedade civil organizada, voltadas ao Desenvolvimento Sustentável do Território, em acordo com o Artigo 5º abrangendo os 16 municípios que compõem a região Salgado valorizando-se seu caráter representativo;

I A Plenária poderá se reunir através de reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias.

§ 2º Núcleo Diretivo: é a coordenação do CODETER e será composto por Coordenador Geral, Vice Coordenador, Secretário e Vice Secretário, respeitando o caráter paritário e rotativo em relação às organizações, entidades não governamentais e as representações governamentais para os cargos entre os mandatos;

§ 3º- Núcleo Técnico: composto de grupo de assessores, secretaria executiva e articulador territorial. Tem como atribuição essencial oferecer o apoio técnico e administrativo às atividades do CODETER.

I O Grupo de Assessores do CODETER compõe-se de profissionais, com reconhecida competência em sua área de atuação, de distintas áreas do conhecimento, conhecedores da realidade local, que atuam no território Salgado. Esses profissionais podem ou não ser conselheiros do CODETER;

II A secretaria Executiva é composta por um ou dois membros do Núcleo Diretivo aprovado em eleição própria;

III O articulador territorial é uma função exercida por um profissional de renomada competência para auxiliar no processo de desenvolvimento e na gestão do CODETER;

IV O Núcleo Técnico está vinculado ao Núcleo Diretivo, estando à disposição da Plenária e das Câmaras Setoriais. Sua composição será proposta pelo núcleo diretivo e aprovada pela plenária do CODETER;

§ 4º Câmaras Setoriais: é órgão auxiliar do CODETER, podendo ser permanente ou provisória.

I A Câmara Setorial será constituída e aprovada em Reuniões Ordinárias ou Extraordinárias do CODETER;

II A Câmara Setorial terá coordenadores eleitos pelos seus membros, cabendo-lhes encaminhar relatórios dos trabalhos ao Coordenador Geral e ao Plenário do CODETER;

III A composição das Câmaras Setoriais será feita por convite ou indicação da plenária ou por solicitação dos interessados;

IV Os grupos de trabalho poderão ser criados pelo núcleo diretivo, plenárias ou pelas Câmaras Setoriais, para discussão de temas específicos vinculados preferencialmente as Câmaras Setoriais.

CAPÍTULO VI DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Seção I – Plenária

Art. 8º - A Plenária é a instância máxima do Colegiado Territorial e tem o papel político de orientação e tomadas de decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial, com as seguintes atribuições:

1. Análise a aprovação de Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável, bem como das respectivas agendas de prioridades;
2. Aprovação dos eixos estratégicos que orientam os projetos específicos;
3. Fomentar a criação, estruturar, assessorar organizações associativas com interesse específico;
4. Aprovação dos critérios para seleção dos projetos específicos;
5. Seleção e priorização dos projetos específicos a serem implementados a cada ano;
6. Apreciação dos relatórios de acompanhamento e avaliação e definição sobre as providências de aperfeiçoamento que forem necessárias;
7. Articulações institucionais orientadas para o desenvolvimento territorial;
8. Eleger o Núcleo Diretivo;
9. Alterar regimento.

Art. 9º A Plenária do CODETER poderá ser realizada através de Conferência Territorial, Assembleia Geral e Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.

§ 1º A Conferência Territorial será realizada a cada dois anos sob coordenação do CODETER, para definir diretrizes para o desenvolvimento do território, tendo regimento próprio. Poderão participar da Conferência Territorial, representantes de entidades que compõem o CODETER, Câmaras Setoriais, membros da comunidade, observadores e convidados.

§ 2º As Assembleias Gerais serão realizadas anualmente, tendo como objetivos aprovar planos de trabalho, avaliar programas e atividades e eleger o núcleo diretivo.

§ 3º As Reuniões Ordinárias serão realizadas a cada trimestre, tendo como objetivos avaliar programas e atividades, discutir e encaminhar o processo de gestão do Conselho, bem como proporcionar espaço para manifestações de outras entidades e órgãos governamentais.

§ 4º As Reuniões Extraordinárias serão realizadas conforme necessidades e por convocação do núcleo diretivo ou por 1/3 dos conselheiros, para tratar assuntos específicos relacionados a sua convocação.

§ 5º. A convocação para as plenárias, bem como a pauta de discussão, deverão ser instruídas com respectivos documentos e deverá ser enviada aos Conselheiros com antecedência mínima de 10 dias.

§ 6º. As plenárias só poderão ser iniciadas em primeira convocação com 50% mais um dos conselheiros e em segunda convocação após trinta minutos com, no mínimo de 30%, de Conselheiros presentes.

Seção II

Do Núcleo Diretivo

Art. 10º - O Núcleo Diretivo terá a função de:

1. Representar a institucionalidade territorial;
2. Coordenar todas as ações do CODETER, do Colegiado, do Núcleo Técnico, das Câmaras Setoriais, bem como todas e quaisquer ações do CODETER;
3. Mobilizar instituições e atores sociais para os processos de formação de estratégias de Desenvolvimento territorial;
4. Promover a integração dos projetos e ações das Câmaras Setoriais;
5. Apoiar e participar das reuniões das instâncias do Colegiado Territorial;
6. Administrar, encaminhar e arquivar os documentos provenientes do Colegiado Territorial;
7. Apoiar o Núcleo Técnico na preparação de eventos, seminários, oficinas etc;
8. Manter o fluxo de informações entre as diversas instâncias do Colegiado Territorial e deste com outras instâncias;
9. Acompanhar as ações das entidades executoras de projetos de âmbito territorial;
10. Encaminhar propostas, planos e projetos do Território;
11. Receber as pré-propostas de projetos das entidades pertencentes ao Território;
12. Propor eixos orientadores para os projetos a serem homologados pela plenária;
13. Acompanhar a implementação dos planos e projetos territoriais para a efetivação das decisões da Plenária;
14. Zelar pelo cumprimento das deliberações e diretrizes aprovadas nas Plenárias.
15. Distribuir atribuições entre os seus membros.
16. Definir calendário da Conferência Territorial, da Assembleia Geral e das Reuniões Ordinárias.

Seção III

Do Núcleo Técnico

Art. 11º. – O Núcleo Técnico é uma instancia de assessoria ao Núcleo Diretivo, a Plenária e as Câmaras Setoriais.

§ 1º Compete ao Grupo de Assessores e Articulação Territorial:

1. Mobilização social do Território, através de apoio aos componentes do núcleo;
2. Elaborar e acompanhar estudos, diagnósticos, planos e projetos territoriais;
3. Desenvolver instrumentos para o acompanhamento, gestão e controle social, em conjunto com o Núcleo Diretivo e Câmaras Setoriais;
4. Apoiar entidades e órgãos proponentes e executores de projetos territoriais na elaboração de planos de trabalhos e encaminhamentos da documentação junto as entidades financiadoras;
5. Apoiar o processo de formação de agentes de desenvolvimento territorial e sistematização de experiências;
6. Emitir parecer sobre os relatórios de atividades do CODETER, elaborados pela entidade executora;
7. Atender as solicitações das plenárias, das Câmaras Setoriais e do Núcleo Diretivo;

§ 2º Compete a Secretaria Executiva:

1. Planejar, organizar e coordenar as atividades administrativas do CODETER;
2. Preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo preparação de informes, remessa de material aos Conselheiros e outras providências;
3. Acompanhar as reuniões do Plenário, assistindo ao Conselho;
4. Receber e registrar a correspondência dirigida ao CODETER e às Câmaras Setoriais;
5. Organizar e manter atualizado o registro e arquivamento de todos os documentos de interesse do CODETER, especialmente as deliberações, pareceres e estudos produzidos pelo Conselho e pelas Câmaras Setoriais;
6. Elaborar, anualmente, o relatório de atividades do CODETER, incluindo a prestação de contas do exercício para aprovação do Conselho;
7. Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Coordenador Geral ou pelo Plenário do CODETER.

Seção IV

Das Câmaras Setoriais

Art. 12º - As Câmaras Setoriais são espaços criados pelo Plenário, vinculados ao Núcleo Diretivo, Plenária e ao Núcleo Técnico. Tem o papel de propor, dialogar, e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento territorial, fundamentadas nas seguintes atribuições:

1. Definir um Coordenador e um vice coordenador para dirigir todas as atividades da Câmara e fazer parte do Plenário do CODETER de acordo com o Art. 5º deste Regimento;
2. Fazer levantamento, classificação e agrupamento de informações, preparação e manutenção de banco de dados;
3. Elaborar, acompanhar e monitorar projetos do Território;
4. Propor critérios de seleção e priorização de projetos, bem como emitir pareceres sobre os mesmos;
5. Manter diálogo permanente com o Núcleo Diretivo sobre o desempenho de suas ações.
6. Elaborar Normas Internas que deverão estar de acordo com o Regimento Interno e as Resoluções do CODETER;
7. Exercer outras atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho.

CAPÍTULO VII DA ELEIÇÃO

Art. 13º O CODETER elegerá, em Assembleia Geral, o Núcleo Diretivo dentre os Conselheiros para um mandato de 02 (dois) anos, através de apresentação de chapas e plano de trabalho.

§ 1º As chapas deverão ser inscritas junto à secretaria executiva do CODETER com no mínimo 15 dias de antecedência da realização da Assembleia.

§ 2º O processo de votação é pelo voto direto e secreto, sendo que o escrutínio acontecerá na Assembleia Geral, pela Secretaria Executiva. Os resultados deverão ser conhecidos e os eleitos empossados na mesma Assembleia.

§ 3º O Edital de Convocação da Eleição deverá ser enviado com antecedência mínima de 30 dias, devendo conter na pauta, o processo eleitoral.

CAPÍTULO VIII DOS DIREITOS E DEVERES DO CONSELHEIRO

Art 14 º - São direitos do Conselheiro

1. Frequentar a sede do CODETER;
2. Participar das plenárias e dos trabalhos desenvolvidos no CODETER,
3. Manifestar sobre os atos e decisões do CODETER,
4. Votarem e ser votados.

5. Exercer o controle social sobre os investimento e obras discutido e realizado através do CODETER.

Art. 15 ° - São deveres do Conselheiro

1. Participar das plenárias e acatar as decisões;
2. Contribuir para que o CODETETR atinja seus objetivos.
3. Zelar pelo nome do CODETER;
4. Participar das atividades do CODETER;
5. Contribuir com a apresentação de propostas.

§ 1º O Conselheiro que faltar, consecutivamente, a duas plenárias sem justificativa ou sem a participação de seu respectivo suplente será solicitado a sua substituição a quem representa e, caso não seja atendida a solicitação, o órgão ou entidade perderá a representação no Conselho.

§ 2º Anualmente, por ocasião da Assembleia Geral, a Plenária deverá proceder a análise das possíveis exclusões e inclusões de conselheiros, sendo por decisão da maioria desta realizadas as alterações necessárias. Poderá até mesmo ser concedida nova oportunidade as entidades que não cumpriram o estabelecido no Parágrafo 1º, mediante justificativa exposta pela entidade e acatada por maioria da Plenária.

§ 3º Todas as exclusões e ou inclusões deverão estar de acordo com os critérios definidos no Capítulo III.

§ 4º Todos os procedimentos e comunicados deverão ser realizados de forma oficial (ofício, carta e ou e-mail), sendo sempre arquivados na Secretaria do Conselho.

CAPITULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16º - É vedado ao CODETER tratar ou envolver-se em assuntos diversos de seus objetivos, especialmente os de natureza político-partidário e religioso.

Art. 17º - A participação no CODETER é considerada de relevante interesse público e seus integrantes não receberão qualquer remuneração.

Parágrafo Único - Os Conselheiros residentes fora da sede deverão ter suas despesas de deslocamentos ressarcidas pela administração municipal ou pela entidade que representa.

Art. 18º A atual direção e composição do Conselho terão uma transitoriedade sendo que:

1. A definição das organizações, entidades governamentais, bem como das representações não governamentais será feita pelo Conselho na primeira reunião ordinária após aprovação deste Regimento seguindo os critérios estabelecidos. As organizações, entidades governamentais e não governamentais deverão oficial ao CODETER com 15 dias de antecedência a Plenária o seu interesse em participar do Conselho;
2. A eleição do Núcleo Diretivo acontecerá na primeira plenária após a reunião ordinária para a reestruturação do CODETER onde serão mantidos os ocupantes dos cargos já preenchidos e formada chapa para os cargos criados neste Regimento.

Art. 19º - Os casos não previstos no presente Regimento serão resolvidos pela Plenária.

Art. 20º - Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo CODETER.

Art. 21º - O CODETER poderá sempre que lhe for oportuno, realizar: plenárias, fóruns, audiências, oficinas e outras atividades para subsidiar debate territorial a ser deliberado pela Plenária Territorial do CODETER.

Castanhal-PA, 09 de dezembro de

Anexo 3: Carta de princípios do CODETER do Salgado (Pará)

TERRITÓRIO RURAL DE IDENTIDADE DO SALGADO - PARÁ COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO SALGADO - PARÁ

CARTA DE PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO CODETER DO SALGADO (PARÁ)

Nós, que residimos e atuamos nos Municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açú, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas; São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia de Nazaré, signatários desta Carta de Princípios, reunidos na Plenária de Validação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Salgado realizada nos dias 09 e 10 de dezembro do ano de 2014 no auditório da Casa da Cultura do Município de Castanhal, Estado do Pará, compreendemos que o Território da Cidadania do Salgado congrega um conjunto de municípios representados por gestores públicos, técnicos, lideranças, dentre outros segmentos sociais imbuídos do propósito de fortalecer a participação social na elaboração, planejamento, implementação, gestão e fiscalização das políticas públicas, bem como estabelecer parcerias e integrar ações entre a União, o Estado do Pará e os Municípios que fazem parte desse importante mecanismo de gerenciamento territorial.

Nessa perspectiva, entendemos que o Território do Salgado tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável universalizando programas básicos de cidadania, por meio de estratégias de desenvolvimento focadas na sustentabilidade dos agroecossistemas. Para isto deverão ser articuladas e desenvolvidas, de forma equitativa, as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais que expressam as diferentes realidades territoriais.

Considera-se território o espaço socialmente construído e em permanente processo de construção, onde se manifestam as diversidades locais, potencialidades, desafios e identidades regionais. Compreende-se que a abordagem territorial é uma visão essencialmente integrada de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas. E que nessa abordagem fica considerada a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social como objetivos fundamentais a serem atingidos.

Considera-se também que, para alcançar esses objetivos, é determinante que se invista no fortalecimento intrainstitucional e interinstitucional por meio de processos de concertação e fortalecimento das entidades representantes da sociedade civil e das instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal. Processo este que deverá ser implementado com a adoção de metodologias participativas tendo por finalidade a criação de ambientes-oficinas que fortalecerão a autogestão territorial.

Nesse ambiente de autogestão deverão ser observadas as dimensões de etnia, geração e gênero, com foco na inclusão e emancipação das mulheres e da juventude rural, bem como, atendimento prioritário das camadas historicamente marginalizadas, especialmente os agricultores familiares, pescadores artesanais, marisqueiros, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, dentre outros.

Página 1/5

TERRITÓRIO RURAL DE IDENTIDADE DO SALGADO - PARÁ COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO SALGADO - PARÁ

Essas categorias sociais ao mesmo tempo em que figuram na qualidade de beneficiárias das políticas públicas também são importantes parceiros para o enfrentamento das inúmeras questões que extrapolam o ambiente local e têm reflexos expressivos no espaço territorial.

Dentre outras questões, a Plenária Territorial do Salgado apontou: a necessidade de melhoramento das estradas e vicinais, visando o transporte de passageiros e o escoamento da produção; a urgência em se implementar ações visando a conservação do potencial hídrico territorial, com destaque para a proteção das microbacias; a necessidade de se garantir o destino adequado e o reaproveitamento do lixo em geral e os dejetos industriais; a necessidade de melhoramento das principais cadeias produtivas, universalizando os serviços de ATER, assegurando o acesso ao crédito rural, a agregação de valor aos produtos e o melhoramento do sistema de comercialização; a garantia de educação pública, gratuita e de qualidade; o acesso universalizado à saúde pública, gratuita e de qualidade; a garantia da soberania alimentar e nutricional do território, dentre outros desafios que vão além das fronteiras institucionais e das municipalidades, o que demonstra a importância da abordagem territorial e da junção de esforços dela decorrente, para o enfrentamento das diferentes problemáticas e a construção de melhor qualidade de vida no espaço territorial do Salgado.

Cientes de que essa leitura, embora simplificada, reflete com fidelidade aspectos e desafios próprios do território do Salgado, os signatários desta Carta de Princípios e Diretrizes assumem o compromisso de participar ativamente dos programas, projetos e ações necessários para o desenvolvimento territorial, efetivamente contribuindo para:

1. Construção participativa de planejamentos, diagnósticos, programas, projetos e outras ações que se façam necessárias;
2. Articulação e mobilização dos diferentes sujeitos territoriais;
3. Implementação e participação em processos de capacitação continuada com vistas no desenvolvimento intrainstitucional e interinstitucional;
4. Acompanhamento e monitoramento das ações pactuadas coletivamente;
5. Prestação de apoio logístico, quando necessário, para o bom andamento das ações territoriais.

E, por estarem de pleno acordo com os compromissos assumidos nesta Carta, as municipalidades, organizações civis, instituições públicas e demais setores signatários deste documento manifestam publicamente a intenção de atuar, de forma proativa, nos processos de construção do desenvolvimento sustentável do Território da Cidadania do Salgado.

Castanhal (PA), 10 de dezembro de 2014.

Antônio Rufino Jansen (IDATAM)
Miguel Bruni (CASP)
Jaqueline Torres do Bus (ATAFC)

Página 2/5

Documento aprovado por ocasião da plenária de validação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Salgado, evento realizado em Castanhal-PA, 09 e 10 de Dezembro de 2014.

TERRITÓRIO RURAL DE IDENTIDADE DO SALGADO - PARÁ
COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO SALGADO - PARÁ

Bruna Lionini - Sec. de Agricultura de Santo Antônio do Tauá.
FEIBA/UFRA - ARQUIMEDES L.M. LEOPOLDINO

Duques - STTR CASTANHAL - Salvente de Almeida Moura

Antonio Soares Valente STTR Castanhal

João Lourenço de Sousa - STTR CASTANHAL

Fabio Junior dos Santos Ribeiro - Caritas Brasileira

Thaiana da Costa Botelho - AUREMAC - Mag. Banato

Ricilda Nazari Montenegro da Bonaventura (STTR Marapanim)

Jose Batista g. do S. - SEMMA - Vigia PA

Almeida - SEMPOR / Secretaria de Pesca e Desenvolvimento Rural (Vigia. Pa)

Pêla do Resário M. Silva - Jussoc. Trabalhadores na Pesca A. de Vigia - ATAPAV

Corral do Mar Costa Rodrigues - SEMPOR - Secretaria Municipal de Pesca e Desenvolvimento Rural

Vitor Paulo de Mattos - Sec. Meio Ambiente - Souza Costa

Key A. Santo
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
CPF. 381.356.782-48

Roberto Nazareth Prado - EMATER - PA - MARAPANIM

Jose Antonio de Santa Luz - UFPA/FEIGA - IGARAPÉ-ACU
EMATER - PA - IGARAPÉ-ACU

Patricia Regina Ferreira Sobel - Secretária de Agricultura IGARAPÉ-ACU

João Paulo Marques da Silva STTR Iguaçu - PA

- José Wilson Alves - SOT/UFPA - PA

- Adma Vilhena de Carvalho - AETET/UFOPA - PA

TERRITÓRIO RURAL DE IDENTIDADE DO SALGADO - PARÁ
COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO SALGADO - PARÁ

Alfredo Rozou da L. Sousa (ASS. RURAL B. JESUS)
Paulo Roberto de Souza (R.M. Amizade)
Carlos Almir de Jesus Costa (STR. MARACANÃ)
Emock Teixeira da Piedade (AUREMAC)
Thaiana da Costa Botelho (AUREMAC)
Nelson Chada - ATIP/SALGADO.
Helder Spade Souza - ATES/SALGADO

Anexo 4: Relatório da 1ª Plenária Territorial do Salgado Paraense / 2015



**Universidade Federal do Oeste do Pará
Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
Assessoria Territorial de Inclusão Produtiva e de Gestão Social
Território do Salgado-PA**

Relatório da 1ª Plenária Territorial do Salgado Paraense / 2015

Data: 29 de junho de 2015

Horário: Das 08h às 17h

Local: Auditório da Mecanização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

Município: Castanhal – UF: PA

Assessor Territorial de Gestão Social:

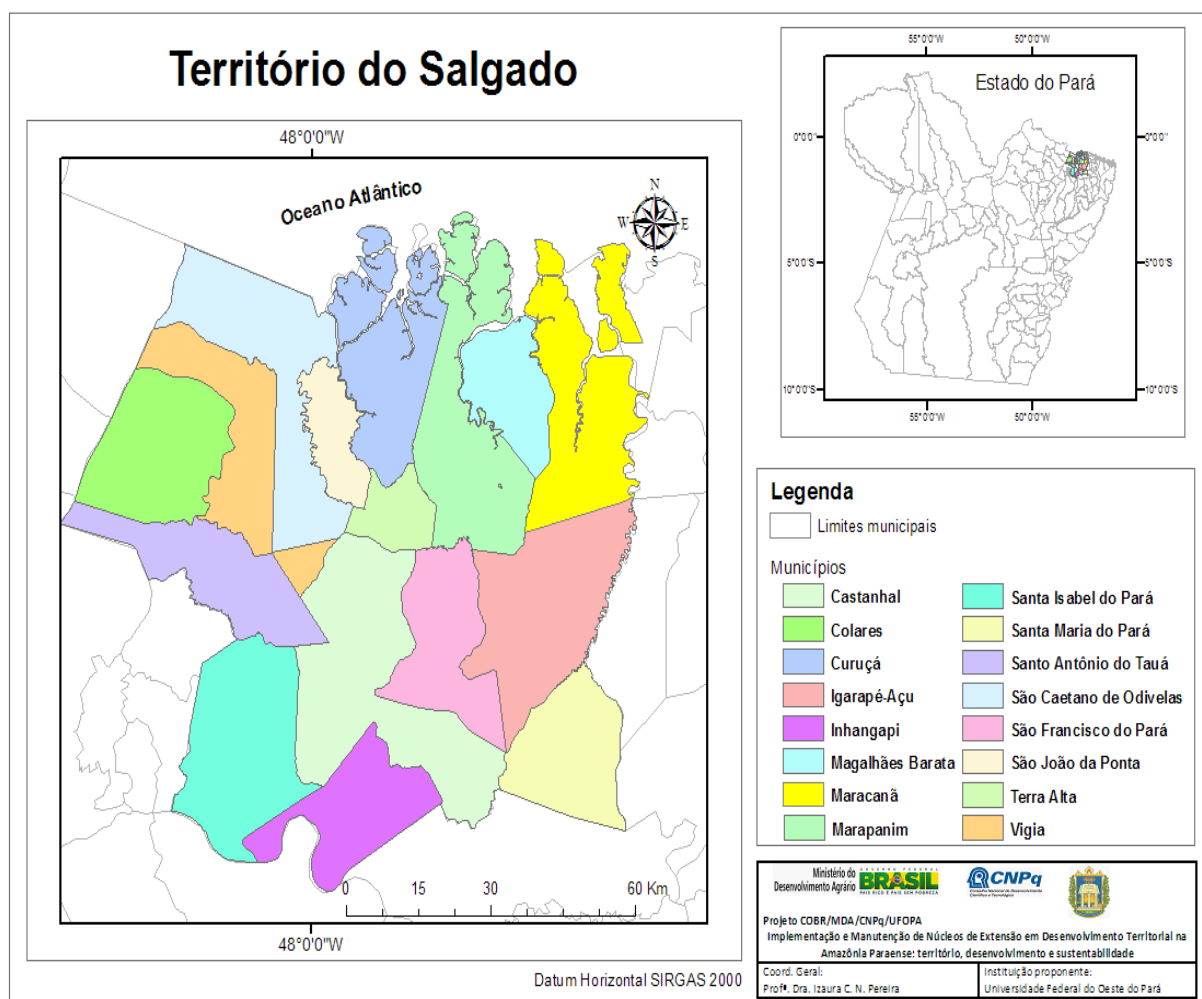
Ivaldo Silva de Sousa

Contatos:

Sousa-ivaldo1@hotmail.com | Sousa.ivaldo@bolcom.br

(91) 98133-4420 | 99802-0736 | 98869-1097 | 99125-6809

1. Identificação do Território:



Municípios Membros do Território:

01) Castanhal, 02) Colares, 3) Curuçá, 4) Igarapé Açú, 05) Inhangapi, 06) Magalhães Barata, 07) Maracanã, 08) Marapanim, 09) Santa Isabel do Pará, 10) Santa Maria do Pará, 11) Santo Antônio do Tauá, 12) São Caetano de Odivelas, 13) São Francisco do Pará, 14) São João da Ponta, 15) Terra Alta, e 16) Vigia de Nazaré.

Municípios que compareceram os representantes:

01) Castanhal, 02) Colares, 03) Igarapé Açú, 04) Inhangapi, 05) Magalhães Barata, 06) Maracanã, 07) Santa Isabel do Pará, 08) Santa Maria do Pará, 09) Santo Antônio do Tauá, 10) São Caetano de Odivelas, 11) São Francisco do Pará, 12) São João da Ponta, e 13) Vigia de Nazaré.

2. Quantitativo e qualitativo do público:

Representes do Poder Público	Representantes da Sociedade Civil
24 pessoas	26 pessoas

3.1. Objetivo Geral da Plenária Territorial:

- Consolidar a estruturação operacional do CODETER/SALGADO, visando fortalecer as Políticas, Programas, Projetos e Ações Territoriais necessárias ao desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território do Salgado.

3.2. Objetivos Específicos:

- Compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento territorial;
- Discutir questões estratégicas para o fortalecimento da Economia Solidária;
- Levantar demandas territoriais prioritárias;
- Selecionar um ponto de partida executável dentre as prioridades apontadas;
- Constituir Câmara Técnica focada na temática objeto do ponto de partida prioritário; e
- Buscar a estruturação material, financeira e humana para viabilidade das ações do CODETER/SALGADO.

4. Da Programação e da Pauta:

- Território, Territorialidade e Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS;
- Economia Solidária no Contexto do Desenvolvimento Territorial;
- Definição do ponto de partida prioritário (ação ou projeto estratégico);
- Constituição da Câmara Técnica (interdisciplinar e interinstitucional);
- Estruturação do CODETER (arranjo interinstitucional); e
- Construção da agenda de compromissos institucionais e Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS.

5. Da Introdução e da Mesa de Abertura:

As 08h30min da manhã, Ivaldo Sousa, Assessor Territorial de Gestão Social do Salgado Paraense iniciou a programação da primeira plenária territorial de 2015, acolhendo a todos os presentes com boas vindas e explanando os objetivos da plenária, bem como, a programação da mesma. Em seguida, Ivaldo convida para compor a mesa de abertura as seguintes pessoas:

- O Assessor Estadual da SDT no Pará, o senhor José Wilson Alves de Lima Silva, que na ocasião representa o Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário do Pará, o senhor Paulo Cunha;
- O Professor da UFOPA, senhor Abner Vilhena de Carvalho, Coordenador do NEDET do Salgado;
- O Professor Welliton de Lima Sena, que na ocasião representa o Diretor do Campus Universitário de Castanhal, senhor Roberto Dias Lima;

- A senhora Rosa Maria Alexandre da Silva, representante do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária;
- A senhora Tereza Soares da Costa, representante da Comunidade Quilombola de Igarapé Açú;
- O senhor Ney Almeida Santa Brígida, Secretário Municipal de São João da Ponta; e
- O senhor Tonildes Lisboa de Ataíde, Coordenador do CODETER do Salgado.

6. Do Desenvolvimento da Pauta:

Após todos os componentes da mesa se pronunciarem, e o Coordenador do CODETER declarar a aberta a plenária territorial, Ivaldo pede aos mesmos que desfaçam a mesa e retomem os seus lugares de na plenária e passa a palavra ao Assessor Estadual da SDT, José Wilson que conduzirá o tema: Território, Territorialidade e Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS).

José Wilson inicia sua fala fazendo uma análise do panorama político que o Brasil passa atualmente. Fala da instabilidade política e dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional Brasileiro, tais como: a redução da maioria penal, terceirização do trabalho, reforma política entre outros. José Wilson fala dos avanços sociais que o povo brasileiro alcançou nos últimos anos e que agora estamos vivendo um momento que exige de todos nós uma reflexão muito madura a respeito do que está sendo veiculado pelos meios de comunicação, mas também no que de fato está acontecendo em nosso País.

Ele enfatiza a questão da redução da maioria penal que é algo proposto por um grupo político que não dar enfoque as medidas sociais necessárias pela implantação e efetivação de políticas públicas emancipadoras que promovem a cidadania da juventude, e sim, as medidas repressoras, o que para ele não resolvem os problemas da violência e da criminalidade, que os idealizadores da proposta, atribuem aos jovens brasileiros, como esse grupo político tenta mostrar na defesa dessa pauta.

José Wilson passa então apresentar os conceitos de território e territorialidade, a partir da concepção de alguns autores, como: Milton Santos e Zander Navarro, bem como, na concepção do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal

Brasileiro (MDA). Para compreender esse conjunto de elementos que constituem o território, é preciso pensar que território vai além de uma simples interpretação de extensão geográfica. Território é um lugar de identidade e características comuns, cultura, costumes e interação, mas também um espaço de disputas e conflitos constantes.

Olhando por esse ângulo, o MDA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criou as instâncias territoriais, denominados “*Colegiados de Desenvolvimento Territoriais*”, que é um espaço legítimo e democrático e reconhecido pelos governos. As *Políticas Públicas, Sociais, Programas, Ações e Projetos demandados pelo MDA*, passam pela discussão e deliberação dos colegiados, pois, os representantes dos órgãos e entidades dos governos e os representantes das organizações da sociedade civil, dialogam e decidem juntos sobre aplicação de recursos e os caminhos que devem ser seguidos para programar e efetivar os instrumentos que promovem a redução das desigualdades sociais existentes nos municípios do território e garante a concertação social por meio da participação dos atores que vivem e atuam no território.

José Wilson cita ainda, que a Agricultura Familiar é o seguimento responsável por garantir 70% da alimentação que chega a mesa dos brasileiros e o Abordou também, as dimensões do desenvolvimento rural sustentável e solidário, que se constituem e passam por um conjunto de ações de questões socioeconômicas, ambiental, cultural e espacial/político-institucional.

José Wilson encerra sua fala e se coloca disposição para responder eventuais perguntas do público presente ou se alguém quiser fazer comentários sobre as exposições do contexto.

Ivaldo retoma a palavra e pede ao público presente que se inscreva para as perguntas ou comentários que alguém queira fazer no momento.

Manifesta-se O senhor Ney, Secretário Municipal de São João da Ponta, comenta que os recursos financeiros do MDA que são destinados a Agricultura Familiar é um valor muito pequeno, levando em conta a contribuição do seguimento para economia e para a produção de alimentos que chega a mesa dos brasileiros.

Se manifesta também o senhor Olímpio Saraiva do Comitê Gestor da Micro Bacia do Rio Jambuaçú de São Francisco do Pará, que comenta sobre as questões da

conservação das nascentes dos rios em nosso território, principalmente, em áreas de reforma agrária que falta o acompanhamento do poder público.

O senhor Vankes, técnico da EMATER de São Caetano de Odivelas, comenta que sem recursos suficientes para investir nas políticas públicas e programas geridos pelo MDA, torna difícil a promoção do Desenvolvimento Agrário no País.

José Wilson comenta a manifestação do Secretário Ney e concorda que o orçamento do Ministério já foi bem maior em anos anteriores, assim como, os valores dos editais dos Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF's) também. Comenta ainda que os valores dos orçamentos dos Ministérios estão diretamente associados a dinâmica econômica e as questões de grupos políticos que influenciam nas ações do governo quando votam o orçamento, como é o caso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que tem um volume muito maior de recursos para seus investimentos.

Não havendo mais perguntas e comentários a serem feitos pelo público presente, Ivaldo agradece a José Wilson pela grande contribuição na atividade.

Ivaldo anuncia o próximo tema: palestra que será conduzida Pedagoga Rosa Maria Alexandre da Silva – Representante do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária (FPEPS).

Rosa Maria inicia sua exposição falando da origem e conceitos da economia solidária, bem como, seus princípios. Fala do marco legal e mostra os tipos de empreendimentos existentes, os modos de organização (Cooperativas, Associação e Grupos de Trabalho) os quais são acompanhados pelo (FPEPS). Rosa ainda cita os municípios onde os mesmos estão localizados e o número de pessoas beneficiadas pelo seguimento e que a Economia Solidária é sem dúvida, um modelo de prática sustentável e de inclusão social de inúmeras famílias no Brasil e no Estado do Pará.

Rosa da necessidade de se criar uma rede de consumo consciente no Estado do Pará em complemento as ações já existentes.

Rosa agradece mais uma vez pelo convite e encerra sua apresentação e se dispõe a responder as perguntas do público presente ou quem quiser pode fazer comentários a cerca do assunto.

Não havendo perguntas ou comentários a serem feitos, Ivaldo que coordenado os trabalhos, anuncia a pausa para o almoço.

7. Dos Encaminhamentos e do Encerramento:

Após o intervalo de almoço, Tonildes dar continuidade as atividades sob a orientação do Assessor Estadual da SDT, José Wilson, que recomenda os critérios e caminhos para constituição dos Comitês Temáticos: Mulheres e Juventude. Tonildes, então explica os passos que serão dados para tal procedimento e sugere a criação de duas comissões provisórias que irão reunir e pensar na criação dos Comitês Temáticos em questão. Foram escolhidos os membros das comissões provisórias, a composição ficou da seguinte forma:

Comitê de Mulheres:

Nome	Organização	Município
Ana Paula Braga Xavier	AUREMAC	Magalhães Barata
Antônia Edina Brito da Silva	ATAPAV	Vigia de Nazaré
Martinha Dias do Nascimento	RESEX	Maracanã
Rosa Maria Alexandre da Silva	Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária	Castanhal

Comitê de Juventude:

Nome	Organização	Município
Anselmo Lira	Comitê Gestor da Micro Bacia do Rio Jambuaçú	São Francisco do Pará
Éder Rafael Pereira Portilho	RESEX	Maracanã
Welliton de Lima Sena	IFPA (Coord. de Extensão)	Castanhal

As Comissões Provisórias irão fazer a mobilização do público alvo dos respectivos comitês e reunirão as 08h da manhã do dia 21 de julho deste ano, No auditório da mecanização do IFPA Campus de Castanhal, para constituir os Comitês permanentes e montar a agenda de atividade dos mesmos.

Fica também constituída uma comissão que se reunirá no auditório da mecanização do IFPA Campus de Castanhal as 08h da manhã do no dia 07 de julho deste ano para constituir a Câmara Técnica Interinstitucional e sua agenda de atividade que irá pensar e elaborar ações e projetos de estruturação e fortalecimento do Colegiado Territorial, da Rede de Cooperação Solidária, de Grupo de Mulheres, ações de recuperação de nascentes das micro bacias do território, realizar estudos e

diagnósticos dos problemas vivenciados pelos municípios e auxiliar na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS).

Câmara Técnica Interinstitucional:

Nome	Organização	Município/Território
Gessiane Paulino	UFPA	Território
João Paulo Both	EMBRAPA	Castanhal
Nelson Castro Chada	UFOPA/NEDET Salgado	Território
Olímpio da Silva Saraiva	Comitê Gestor da Micro Bacia do Rio Jambuaçú	São Francisco
Paula Faro dos Santos	SEMAGRI	Santa Izabel do Pará
Rosa Maria Alexandre da Silva	Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária	Castanhal
Tânia de Sousa Leite	Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária	Território
Tonildes Lisboa de Ataíde	CODETER/EMATER	Igarapé Açú
Welliton de Lima Sena	IFPA (Coord. de Extensão)	Castanhal

Após as deliberações acima,IVALDO agradece a todos que fizeram o esforço de comparecer ao evento, agradece ao Professor Welliton Sena por ceder o auditório do IFPA para a realização do evento e pede ao mesmo que estenda ao Diretor do Campus os nossos agradecimentos pelo importante apoio.

Welliton Sena diz que a instituição estará sempre de portas abertas para o colegiado e se coloca disposição para colaborar com os processos da gestão territorial.

José Wilson, Assessor Estadual da SDT no Pará, agradece ao convite e a participação no evento e fala que o Edital/Manual do PROINF de 2015 será lançado em breve e terá inovações nos critérios para acessá-lo neste ano, inclusive com a diferença de valores de financiamento dos projetos nos territórios que possuem Comitês de Mulheres, Juventude e Comunidades Tradicionais.

IVALDO reforça os avisos para as comissões provisórias que foram constituídas que se programem para realizar suas agendas marcadas para os dias 07 e 21 de julho.

O Coordenador do CODETER, Tonildes e o Professor Abner agradecem a todos os presentes pela participação na plenária e não havendo mais nada a ser tratado, Tonildes encerra o evento.

Castanhal-PA, 20 de maio de 2015.



Ivaldo Silva de Sousa

Assessor Territorial de Gestão Social – ATGS
MDA | CNPq | UFOPA/NEDET do Território do Salgado – PA



Nelson Castro Chada
Eng. Agrônomo

Nelson Castro Chada

Assessor Territorial de Inclusão Produtiva – ATIP
MDA | CNPq | UFOPA/NEDET do Território do Salgado – PA



Abner Vilhena de Carvalho

Professor PCEDR/ICS/UFOPA
Coordenador do NEDET do Território do Salgado – PA
MDA | CNPq | UFOPA



Tonildes Lisboa de Ataíde

Coordenador do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Salgado – PA

Anexo 5: Relatório da 2ª Plenária Territorial do Salgado Paraense / 2015



**Universidade Federal do Oeste do Pará
Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
Assessoria Territorial de Inclusão Produtiva e de Gestão Social
Território do Salgado - PA
II Plenária Territorial do Salgado Paraense / 2015**

Período: 16 de dezembro de 2015

Horário: Das 08h às 17h

Local: Auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) Campus Universitário de Castanhal.

Município: Castanhal – **UF:** PA

Assessor Territorial de Gestão Social:

Ivaldo Silva de Sousa

Assessor Territorial de Inclusão Produtiva:

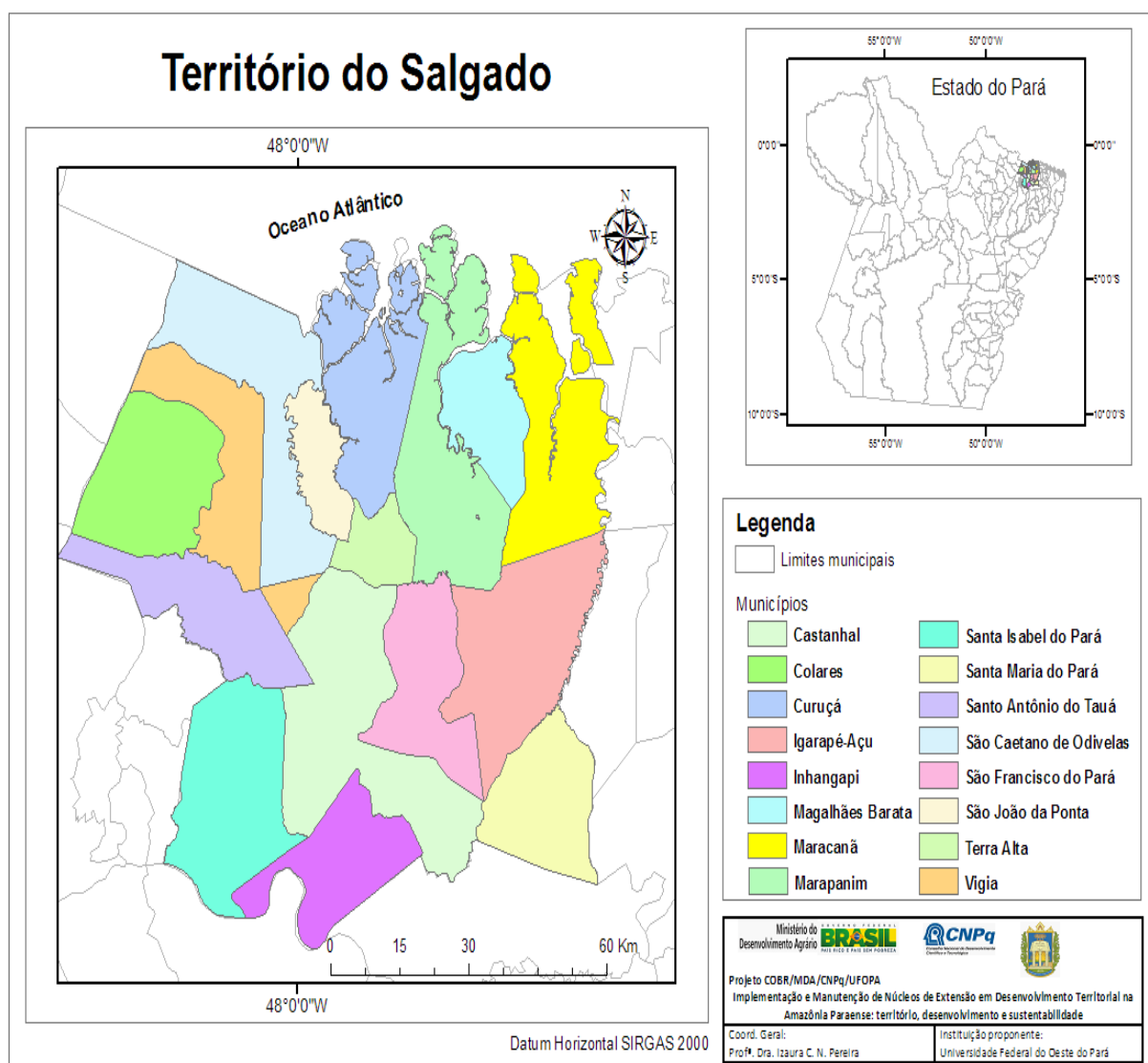
Nelson de Castro Chada

Contatos:

Sousa-ivaldo1@hotmail.com | Sousa.ivaldo@bolcom.br
(91) 9 8133-4420 | 9 9125-6809 | 9 8840-1441

Nelsonchada@bol.com.br
(91) 9 8042-6658 | 9 8874-1300

3. Identificação do Território:



2.1 Municípios Membros do Território:

01) Castanhal, 02) Colares, 3) Curuçá, 04) Igarapé Açú, 05) Inhangapi, 06) Magalhães Barata, 07) Maracanã, 08) Marapanim, 09) Santa Isabel do Pará, 10) Santa Maria do Pará, 11) Santo Antônio do Tauá, 12) São Caetano de Odivelas, 13) São Francisco do Pará, 14) São João da Ponta, 15) Terra Alta, e 16) Vigia de Nazaré.

2.2 Municípios que compareceram os representantes:

01) Castanhal, 02) Curuçá, 03) Igarapé Açú, 04) Inhangapi, 05) Santa Isabel do Pará, 06) São Francisco do Pará, e 07) Terra Alta.

2.3 Quantitativo e qualitativo do público:

Representes do Poder Público	Representantes da Sociedade Civil
10 Pessoas	17 Pessoas

3. 1 Objetivos da II Plenária Territorial do Salgado:

Objetivo Geral:

- Compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento territorial, visando fortalecer as Políticas, Programas, Projetos e Ações Territoriais necessárias ao desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território do Salgado.

3. 2 Objetivos Específicos:

- Apresentar, discutir e analisar os Programas, Políticas e Projetos de demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário - **Gestão Social**: PNHR, Luz Para Todos, Pronatec Campo e PNDTR / **Inclusão Produtiva**: PROINF, PRONAF, Amazônia Florescer, ATER, PAA e PNAE, bem como, a legislação, os fluxogramas e números de seus beneficiários no Território/Estado;
- Apresentar um histórico das ações territoriais a partir do acompanhamento do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da UFOPA e seus Assessores Territoriais (ATIP e ATGS).
- Discutir a necessidade da estruturação do CODETER para o fortalecimento da Política de gestão e desenvolvimento territorial, a partir do PADT; e
- Discutir estratégias de parcerias e consolidação de arranjos institucionais; e
- Constituir Comitê permanente de Mulheres, Jovens e Comunidade e Povos Tradicionais (Instâncias Territoriais).

4. Metodologia:

- Exposição oral com auxílio de recursos audiovisuais e debate em plenária.

5. Introdução:

As 09h30min da manhã, Ivaldo Sousa, Assessor Territorial de Gestão Social do Salgado Paraense saudou todos (as) os presentes, agradece a participação dos representantes dos municípios e registra a presença do Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário do Pará, Edilson Moura da Silva e do Assessor Estadual da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no Pará, José Wilson Alves.

Considerando o horário já avançado e o público presente representando menos da metade do público esperado para o evento, a Coordenação do CODETER propôs uma alteração na programação e na metodologia da plenária. Foi exposta a proposta ao plenário de ajustar a pauta que seria realizada em dois dias (16 e 17/12-2015) para ser executada em apenas um dia, o que foi aceito em unanimidade pelo público.

Ivaldo Sousa e Tonildes falam dos objetivos da realização da plenária e enfatizam que foi realizada a mobilização em todos os municípios do território e lamentam o pequeno número de pessoas no evento.

6. Desenvolvimento da pauta:

Considerando ainda os motivos acima citados, ficou dispensada a composição da mesa de abertura e Ivaldo, convida o Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário do Pará, para fazer a apresentação das ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nos territórios por meio de suas políticas, programas e projetos.

Edilson Moura saúda a todos (as) presentes no plenário e agradece o convite do CODETER para participar do evento. Edilson fala que a partir da criação do MDA no ano de 2003, um novo olhar foi dado ao meio rural brasileiro, pois, inúmeras políticas foram criadas para desenvolver o seguimento agrário que merece uma atenção especial pela sua grande importância para o País.

Edilson cita além da criação dos novos mecanismos que ajudarão na promoção do desenvolvimento do meio rural, como também, houve o melhoramento dos já existentes.

O Delegado elenca os elementos que o MDA dispõe para implementação e manutenção da política agrária do Brasil: O Programa Luz Para Todos (PLT); o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); o PRONATEC Campo; Projeto de Infraestrutura e Serviços (PROINF); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); o

* A alteração na programação e na metodologia, houve a supressão dos elementos de pauta:

Discutir estratégias de parcerias e consolidação de arranjos institucionais; Constituir Comitê permanente de Mulheres, Jovens e Comunidade e Povos Tradicionais (Instâncias Territoriais); e Discutir estratégias e estabelecer parcerias visando à consolidação de arranjos interinstitucionais.

Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); o Programa Arca das Letras (Bibliotecas Rurais); a realização de chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural para atender Comunidades e Povos Tradicionais, além de mulheres e jovens; O Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC 2), realizou entregas de equipamentos em diversos municípios brasileiros e inclusive no território do Salgado em anos anteriores.

Edilson, fala ainda da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão (PNATER) e da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), afirma que o Colegiado Territorial é um grande mecanismo de controle social e fiscalizador das ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e que o MDA, embora tenha um orçamento pequeno perante suas demandas, existe um esforço para melhorar o cenário agrário no Brasil e para isso, diversos convênios são firmados com outros Ministérios e demais entes governamentais que garantam a promoção das melhorias necessárias.

Edilson finaliza suas exposições e se coloca a disposição do plenário para responder perguntas, se assim houver.

O Assessor Territorial de Gestão Social juntamente com o Coordenador do CODETER, se dispõem para inscrever os interessados em fazer perguntas.

Apenas Rosa Maria do Fórum Paraense de Economia Solidária comentou sobre a importância do Colegiado para o processo de desenvolvimento e controle social e perguntou ao Delegado do MDA sobre a fiscalização do Ministério quanto as máquinas que os municípios adquirem através do PAC 2.

Edilson Moura responde que os técnicos do MDA através de suas Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário (DFDA), realizam as fiscalizações quanto ao uso de equipamentos adquiridos pelos municípios via MDA e os contratos que o Ministério possui com outros entes governamentais e com prestadores de serviços, como é o caso das prestadoras de ATER, e aproveita para comunicar a data da Conferência Estadual de ATER que irá acontecer nos dias: 12, 13 e 14 de abril de 2016, em Belém.

Não havendo mais perguntas direcionadas ao Titular da DFDA, Ivaldo agradece a sua contribuição por apresentar as ações do MDA/DFDA-PA, o qual agradece também novamente pelo convite.

Ivaldo Sousa (Assessor Territorial de Gestão Social – ATGS) convida Nelson Chada (Assessor Territorial de Inclusão Produtiva – ATIP) para apresentar um histórico das ações territoriais a partir do acompanhamento do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da UFOPA e seus Assessores Territoriais (ATIP e ATGS) no período de 2014 a 2015.

Terminada a exposição dos Assessores, eles anunciam o término de seus contratos no convênio que os mantém como Assessores em 31/12/2015.

Tonildes Ataíde, o Coordenador do CODETER questiona o fato junto ao Professor Abner Carvalho que Coordena o Núcleo de Desenvolvimento em Extensão Territorial (NEDET) pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) o qual estão vinculados os Assessores do Colegiado Territorial.

Abner ressalta que já houve um diálogo entre a UFOPA, CNPq e MDA no sentido de fazer um aditivo no convênio e assim, a assessoria ser mantida por mais um período. Em seguida foi aberto o espaço para as perguntas do plenário.

Não havendo questionamento mais no momento, foi dada a pausa para o almoço.

Após o intervalo do almoço foram retomadas as atividades conduzidas por Tonildes, o Coordenador do CODETER.

Tonildes faz um breve comentário a cerca do histórico do Território e sua trajetória até a criação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Salgado Paraense (CODETER do Salgado) ocorrido em dezembro de 2014.

O mesmo ressalta ainda que nos últimos meses tem discutido bastante nas atividades territoriais sobre os efeitos das ações do Colegiado no Território e questões importantes que podem ajudar a produzir melhores resultados, a partir de uma estrutura que o CODETER precisa ter para funcionar bem, e que no dia 04 de dezembro do ano corrente, houve uma reunião no Escritório Regional da EMATER em Castanhal e ele apresentou o documento que representa a proposta de estruturação para o Colegiado desenvolver melhor as suas ações e na ocasião citada, todos os presentes aprovaram por unanimidade o conteúdo do documento em questão e que o ato foi acompanhado pelos dois Assessores do Território. Trata-se do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial (PADT).

Tonildes então apresenta o PADT e convida o plenário para a leitura do mesmo e após o término, foi aberto o espaço para o debate, comentários e intervenções.

O primeiro a se manifestar foi o Assessor Regional da Cáritas Brasileira, Fábio Júnior que recomenda a apresentação do PADT nos municípios e assim, divulgar as ações do CODETER e a proposta da política territorial.

Depois Ivaldo Sousa (ATGS) questiona Tonildes sobre as fontes de financiamento para as aquisições da estrutura que o CODETER precisa. Tonildes comenta que a

política territorial é uma proposta do MDA e acha justo provocar a DFDA quanto as condições necessárias para fazer essa política se efetivar concretamente.

Em seguida, Herlison do SINTRAF de Curuçá, questiona como o Colegiado fará para sensibilizar os entes governamentais quanto a necessidade de apoiar as ações territoriais? e recomenda que seja criada uma comunicação mais acessível por todos, no tocante as políticas do MDA, como o microcrédito e etc....

Tonildes responde que o Colegiado buscará diversos meios para promover a sensibilização dos entes governamentais que ainda não compreenderam a proposta de desenvolvimento territorial, entre eles é a realização de reuniões e oficinas temáticas nos municípios do território a partir de 2016.

Anselmo Lira, membro do Comitê Gestor da Micro bacia do Rio Jambuaçu de São Francisco do Pará, recomenda que a estruturação do Colegiado pode ser apoiado através de Prefeituras que sensibilize com a causa e forneça um quantitativo de combustível por exemplo, para a equipe possa se deslocar nos municípios do território afim de realizar visitas e outras atividades.

Olímpio Saraiva, também, membro do Comitê Gestor da Micro bacia do Rio Jambuaçu de São Francisco do Pará, fala que o baixo interesse no debate e nas demais ações territoriais está associado a falta de conhecimento que o CODETER é um dos grandes meios que deve ser utilizado para defender e debater tudo que é de interesse da coletividade.

Ivaldo Sousa toma a palavra e afirma que o Colegiado é um espaço que nos possibilita inúmeras oportunidades e relata que somos 16 municípios e quase 600 mil habitantes em um território com muitas potencialidades.

Ricardo Dohara, Extensionista da EMATER de São Francisco do Pará questiona o Assessor Territorial de Gestão Social (ATGS) sobre as perdas e ganhos da existência do Colegiado para o Território.

O ATGS responde que ver o CODETER, como uma grande conquista do povo brasileiro nos últimos anos. É um espaço democrático e participativo, onde governos e sociedade podem discutir juntos os problemas vivenciados pelas comunidades, não só do campo, mas também da cidade. Ressalta ainda que através do Colegiado é possível realizar o controle social e interagir com os outros municípios do território e região, além de adquirir experiências diversas, participar e promover o

empoderamento dos atores envolvidos e a integração dos municípios, ampliar as potencialidades e oportunidades para todos.

Muitas políticas que ajudam a promover a cidadania e diminuir as desigualdades socioeconômicas passam pelas discussões nas plenárias territoriais e a inclusão social, torna-se uma realidade cada vez mais visível. O que antes não se tinha nenhuma atenção de governos, atualmente categorias como os povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens, têm ações governamentais para atendê-las.

Ivaldo volta a reafirmar que o meio rural brasileiro atual, embora existam vários problemas à serem resolvidos, já melhorou muito desde a década passada e relata sobre os Projetos, Programas e Políticas Públicas existentes no País, para desenvolver o meio rural, e hoje, pode-se sonhar e acreditar, que o meio rural não é o lugar do atraso como ouvimos falar por muitos anos e finaliza falando que acredita muito na política territorial e que devemos participar e ocupar esses espaços, que os bons resultados serão obtidos com esforço de todos e todas.

7. Encaminhamentos:

Fica decidido pelo plenário após a leitura do PADT, que as 10h da manhã do dia 21 de janeiro de 2016, haverá uma reunião de apresentação e protocolo de entrega do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial (PADT), na Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Pará (DFDA) em Belém. O ato será conduzido pela Coordenação do CODETER do Salgado e acompanhado pelos Assessores do Território e demais atores territoriais interessados.

8. Encerramento:

Após todas as pautas apresentadas e discutidas e feitas as deliberações da plenária, o Assessor Territorial de Gestão Social do Salgado, Ivaldo Sousa, o Coordenador do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do Território do Salgado Paraense, Professor da UFOPA, Abner Vilhena de Carvalho e o Coordenador do CODETER do Salgado, Tonildes Ataíde fazem os agradecimentos a todos e todas que compareceram e contribuíram para a realização da plenária e refor-

çam os avisos que as 10h da manhã do dia 21 de janeiro de 2016, haverá uma reunião de apresentação e protocolo de entrega do Plano de Apoio ao

Desenvolvimento Territorial (PADT), na Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Pará (DFDA) em Belém, e não havendo mais nada a ser tratado, Tonildes encerra o evento.

Castanhal-PA, 16 de dezembro de 2015.



Ivaldo Silva de Sousa

Assessor Territorial de Gestão Social – ATGS
MDA | CNPq | UFOPA/NEDET do Território do Salgado - PA



Nelson Castro Chada
Eng. Agrônomo

Nelson Castro Chada

Assessor Territorial de Inclusão Produtiva – ATIP
MDA | CNPq | UFOPA/NEDET do Território do Salgado - PA



Abner Vilhena de Carvalho

Professor PCEDR/ICS/UFOPA
Coordenador do NEDET do Território do Salgado - PA
MDA | CNPq | UFOPA



Tonildes Lisboa de Ataíde

Coordenador do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Salgado - PA

Anexo 6: Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial - PADT

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DO SALGADO – CODETER PLANO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – PADT

O desenvolvimento territorial é uma estratégia de gestão pública voltada a um conjunto de municípios interligados entre si que apresentam características semelhantes possibilitando o estreitamento das relações sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais. Trata-se, portanto, de uma proposta de gerenciamento público focada nos problemas, desafios, potencialidades e possibilidades que extrapolam as fronteiras municipais constituindo um ambiente físico e social propício à construção de uma paisagem de cunho territorial com melhor qualidade de vida.

Propondo-se a estimular e apoiar o desenvolvimento territorial, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA- através de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT- tem buscado consolidar, em nível nacional, ações efetivas através da criação dos chamados Territórios da Cidadania. Com esse propósito a Delegacia do MDA no Estado do Pará nos últimos anos tem apoiado a consolidação de um território englobando os Municípios que fazem a microrregião do Salgado Paraense.

Após várias tentativas frustradas, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2014, no auditório da Casa da Cultura da Cidade de Castanhal, o Território de Identidade do Salgado Paraense foi validado englobando os seguintes municípios: 01-Castanhal, 02-Colares, 03-Curuçá, 04-Igarapé-Açu, 05-Inhangapí, 06-Magalhães Barata, 07-Maracanã, 08-Marapanim, 09-Santa Izabel do Pará, 10-Santa Maria do Pará, 11-Santo Antônio do Tauá, 12-São Caetano de Odivelas, 13-São Francisco do Pará, 14-São João da Ponta, 15-Terra Alta e 16-Vigia de Nazaré.

O CODETER do Salgado tem o seu Núcleo Diretivo composto pelos seguintes integrantes: Coordenador: Tonildes Lisboa de Ataíde (EMATER-PARÁ); Vice-Coordenador: Antônio Raifson Fonseca (IDATAM); Secretária: Célia do Rosário (Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré); Vice-Secretária: Rosenilde Barata Neves (Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré).

Ocorrida a constituição do CODETER, este colegiado tem se reunido de forma periódica com objetivo de se organizar organicamente e de traçar diretrizes para o desenvolvimento de suas ações efetivas. No aspecto orgânico tem enfrentado o desafio de buscar garantir a participação assídua dos membros do CODETER além de discutir, sobre as possibilidades de canalização de recursos humanos, financeiros e materiais que possibilitem as ações territoriais.

Neste sentido, várias questões se colocam como pontos fundamentais para a consolidação do território enquanto espaço estratégico de desenvolvimento. O MDA, juntamente com a UFOPA tem assumido o papel de estimulador, indutor e apoiador do processo de desenvolvimento territorial. Deixam, porém, evidenciado que as ações mais efetivas ficam a cargo das organizações civis e instituições públicas existentes no próprio território que, gradativamente, devem assumir a gestão ou a co-gestão territorial.

Isto, por conseguinte, exige a criação ou o fortalecimento de redes interinstitucionais territoriais. Em outras palavras exige-se “a concertação das institucionalidades territoriais”. Isto é bastante coerente do ponto de vista teórico-metodológico quando se tem a perspectiva de promover o empoderamento territorial que tanto pode contribuir para

superar as amarras históricas que alimentam desigualdades sociais e conservam um modelo de desenvolvimento visivelmente insustentável.

Mas, deve-se levar em consideração que as relações interinstitucionais efetivas não se consolidam apenas por meio de Decreto, ou pela ocorrência de uma ou outra reunião recheadas de manifestações verbais e de boas intenções. É fundamental a construção de um pacto que expresse interesses, compromissos e a divisão das atribuições que cada participante terá que cumprir no espaço e no tempo necessários.

Considerando-se o histórico deste Território se pode observar, na prática, que tem sido um grande equívoco reunir um considerável número de instituições governamentais e organizações civis visando promover o desenvolvimento territorial, com toda sua complexidade, sem um instrumento legítimo e legal que, adequadamente, expresse esses interesses, compromissos e divisões de responsabilidades. A articulação e mobilização social, a concertação da rede interinstitucional, o empoderamento local e o consequente desenvolvimento territorial, exigem metodologia adequada ao contexto real; disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros; e, fundamentalmente, exige o envolvimento comprometido de todos os que se intitulam interessados.

Dessa maneira, compreendemos ser outro equívoco conceber a ideia de se fazer desenvolvimento territorial com base no improviso, no mero voluntarismo militante, no planejamento sem perspectiva de fontes financiadoras. Esse tipo de condução já se mostrou inadequado e pouco produtivo. Da forma como o processo de desenvolvimento territorial do Salgado está sendo conduzido fica no ar uma forte sensação de que falta aos gestores das instituições envolvidas a compreensão da complexidade que o processo implica. E pela falta de um pacto formal, de um assumir de compromisso institucional: “o espaço é de quem quiser... O tempo é do vai quem quer... E o CODETER, não tem dinheiro nem pra tomar um café.” Fica no ar a impressão de que o desenvolvimento territorial é um “um filho bonito que muitos querem assumir a paternidade, mas ninguém quer pagar a pensão alimentícia”.

Mesmo assim temos assumido, PESSOAL e INSTITUCIONALMENTE, a missão de contribuir para a boa gestão territorial. Neste sentido, o CODETER do Salgado tem buscado se apropriar do processo que lhe foi confiado em plenária e tem se reunido por diversas vezes visando, fundamentalmente: a) Compreender o processo de gestão territorial no contexto do Salgado; b) Construir uma metodologia que favoreça a concertação intrainstitucional e interinstitucional; c) Estimular a participação de novos agentes territoriais; d) Articular a construção do Plano de Desenvolvimento Territorial; e) Deliberar sobre a implantação de projetos com recursos do PROINF.

Além de recursos humanos, de reconhecido nível acadêmico, temos no território instituições com competência técnica, estrutura, compromisso e a capilaridade necessária para facilitar o processo de construção e execução do Plano de Desenvolvimento do Território do Salgado. Temos também uma base de movimentos populares que há décadas lutam pela realização de suas demandas reprimidas. Dessa maneira, é fundamental que as demandas dos movimentos populares, dentre outras, constem no Plano de Desenvolvimento Territorial. Salientamos, porém, que a execução efetiva do Plano e a consolidação do processo de desenvolvimento territorial, a nosso ver, exigem a imprescindível observação das seguintes considerações:

- É preciso criar uma base social articulada e focada no desenvolvimento territorial. Essa base certamente ainda não existe e precisa ser criada. A criação de uma base social de sustentação articulada e focada no desenvolvimento territorial exige investimento direto em capacitação, animação, planejamento participativo, ações concretas;

- O desenvolvimento territorial exige a criação de um processo de transformações auto-sustentável que se retroalimente e se expanda continuamente;
- É preciso investir na criação de sinergias que promovam a junção de esforços, o respeito mútuo, a preocupação pelo bem comum. Esse desafio exige muita habilidade e perseverança por parte dos animadores uma vez que inaugura relações bem diferentes da prática individualista e centralizadora do poder que impera no território e que muito contribui para seu subdesenvolvimento;
- É preciso estabelecer um processo de capacitação permanente, criando-se ambientes-oficinas onde cada momento de encontro, cada ação, sejam orientados como momentos para se aprender a fazer, fazendo;
- É preciso garantir uma eficiente e eficaz animação do processo de desenvolvimento territorial, esta entendida como um conjunto de mecanismos que facilitem o aprendizado, aproxime pessoas e organizações, humanize os ambientes respeitando as diversidades e particularidades. Para isto é fundamental a existência de uma Equipe consciente de seu papel e muito bem qualificada para o exercício de suas tarefas;
- É preciso estimular e promover o empoderamento das pessoas e organizações para que se transformem e se vejam como sujeitos ativos de suas histórias contribuindo, efetivamente, para melhor qualidade de vida territorial;
- É preciso contribuir para a concertação interinstitucional e intrainstitucional esta concebida como harmonização das relações, procedimentos, pessoas e organizações, visando ganho de eficácia e de eficiência nas suas ações individuais ou coletivas;
- É preciso compreender que o processo é mais importante que o produto uma vez que o produto projeto, evento, relatório, fotografia, são apenas elementos isolados que fazem parte de um contexto mais amplo e contínuo que nunca dorme, nunca se encerra, e que está em permanente transformação, o qual podemos chamar de processo de transformações sociais. Portanto é preciso se ter o cuidado de não repetir experiências fracassadas cujos pseudos animadores estiveram muito mais preocupados com os produtos relatórios, listas de frequência, fotografias, comprovação de diárias, do que com a chama viva de uma sociedade em permanente processo de mudanças;
- É preciso reaprender a sonhar e estimular bons sonhos sem cair nas profundezas das ilusões imóveis, das propostas vazias, das enganações coletivas. É preciso sonhar e construir uma realidade possível que a todo o momento pode ser reconstruída e melhorada.

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – PADT – DO SALGADO

FASE I – Ações Preliminares

- 1.1 – Realização de Visitas e Reuniões com agentes-chaves visando à sensibilização e articulação interinstitucional;
- 1.2 – Realização de Oficina Técnica para Elaboração de uma Minuta do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial;
- 1.3 – Realização de Plenária Territorial, com gestores, técnicos e lideranças, para apreciação e aprovação do Plano de Apoio ao Desenvolvimento Territorial; divisão de responsabilidades; montagem de Agenda Comum; e assinatura de Termo de Responsabilidades;

- 1.4 – Montagem e disponibilização de uma Equipe de Apoio ao Desenvolvimento Territorial formada por 02 consultores da UFOPA, 06 Técnicos do território, 01 Agente Administrativo de nível médio, 01 Auxiliar de serviços gerais. Estes podem ser cedidos do quadro de instituições do território ou por estas contratados, visando desempenhar as seguintes funções: Coordenação geral, gestão financeira, serviços gerais, secretaria, divulgação e marketing, articulação interinstitucional, capacitação, planejamento, monitoramento, avaliação, apoio ao Desenvolvimento Territorial, assessoria técnica;
- 1.5 Promover a capacitação da Equipe de Apoio ao Desenvolvimento Territorial (40 horas);
- 1.6 - Garantir recursos materiais, financeiros e físicos, necessários ao Desenvolvimento Territorial, conforme descritivo abaixo:
- 01 automóvel, 02 motos com capacete;
 - 400 l de gasolina, mensalmente;
 - 01 Escritório de Apoio em local estratégico, equipado com: 15 cadeiras, 05 mesas escritaninhas, 01 microcomputador com impressora multifuncional, 06 notebooks, 02 máquinas digitais, 01 gps;
 - suprimento de fundo mensal para custeio do escritório (água, energia, internet, tinta impressora, xerox, descartáveis, água mineral, café, material de limpeza, papel, caneta, manutenção de veículos), na ordem de R\$ 1.000,00;
 - Material de apoio pedagógico: 01 datashow, 01 caixa amplificadora, 01 tela de projeção, 02 microfones;
 - Recursos financeiros para realização de Oficinas, Plenárias e reuniões (transporte, alimentação, hospedagem, materiais didáticos);
 - Recursos financeiros para divulgação e marketing (banners, outdoors; cartazes, folders, espaço rádio, televisão, jornal);
 - Recursos financeiros para realização de intercâmbios e participação em eventos sobre desenvolvimento territorial.

FASE II – Sensibilização e Capacitação de gestores, técnicos e lideranças municipais

- 2.1 – Realização de Visitas Técnicas objetivando: sensibilizar e articular agentes-chaves; organizar Plenárias Municipais;
- 2.2 – Realização de Plenárias Municipais para divulgação do PADT; formação de Comitês Municipais de Apoio ao Desenvolvimento Territorial (CMADT); Escolha dos Agentes em Desenvolvimento Territorial na proporção de 05 agentes por município, totalizando 80 agentes, distribuídos nos 16 municípios do Território do Salgado;
- 2.3 – Realização de 02 Oficinas para capacitação de Agentes em Desenvolvimento Territorial (ADT) com duração de 40 horas, para um público de 40 agentes por turma;
- 2.4 – Realização de uma Plenária Territorial para discussão de eixos estratégicos ao desenvolvimento territorial e montagem de uma agenda de oficinas municipais com a poio dos agentes municipais, com a participação dos 80 ADTs, gestores, técnicos e lideranças do salgado, totalizando 120 participantes;
- 2.5 – Realização de 16 Oficinas Municipais sobre desenvolvimento Territorial, visando capacitar 640 pessoas, na proporção de 40 por município, que serão estratégicas no ato de construção do Plano de Desenvolvimento Territorial.

FASE III – Construção do Plano de Desenvolvimento Territorial do Salgado

- 3.1 – Realização de 02 oficinas sobre elaboração de Plano de Desenvolvimento Territorial envolvendo ADTs, Técnicos, Lideranças e Gestores objetivando criar estratégias para construção do Plano;
- 3.2 – Realização de uma Plenária Territorial para aprovação de estratégias e montagem de uma agenda para elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial do Salgado;
- 3.3 – Realização de 16 oficinas municipais, com duração de 16 horas cada, visando o levantamento de subsídios para elaboração do Plano;
- 3.4 – Realização de pesquisa em fontes secundárias;
- 3.5 – Sistematização dos dados;
- 3.6 – Realização de Plenária para apreciação e aprovação do Plano de Desenvolvimento Territorial do Salgado.

FASE IV – Execução do Plano e Projetos

- 4.1 – Com base no Plano de Desenvolvimento Territorial, constituir Câmaras Técnicas específicas;
- 4.2 – Apoiar iniciativas de interesse territorial já em andamento;
- 4.3 – Elaborar projetos para captação de recursos;
- 4.4 – Promover capacitação em desenvolvimento territorial e local, gestão pública, elaboração de projetos, interdisciplinaridade; economia solidária, agroecologia, cadeias produtivas, políticas públicas, relações de gênero e de geração, educação ambiental;
- 4.5 – Fortalecer as redes interinstitucionais do território, estimulando o diálogo, o trabalho em parceria, a concertação intrainstitucional e interinstitucional;
- 4.6 – Realizar o monitoramento e avaliação do Plano;
- 4.7 – Realizar Plenária anual no mês de novembro para avaliação, prestação de contas, definição de prioridades, estratégias e metas anuais;

Auditório do ESLOC da EMATER-PA em Castanhal, 04 de dezembro de 2015.

CODETER DO SALGADO

Anexo 7: Composição do Colegiado Territorial do Salgado Paraense por Entes da Sociedade Civil e do Poder Público

Representantes do CODETER do território do Salgado		
MUNICÍPIO	<i>Sociedade Civil</i>	<i>Poder Público</i>
Castanhal	STTR	-
Colares	-	-
Curuçá	ATAF - Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Curuçá	-
Igarapé-Açu	STTR	SEMAAB
Inhangapi	-	-
Magalhães Barata	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Cuinarana	-
Maracanã	STTR	-
Marapanim	STTR	-
Santa Izabel do Pará	-	-
Santa Maria do Pará	-	-
Santo Antônio do Tauá	-	SEMAAPP - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pecuária e Pesca
São Caetano de Odivelas	-	-
São Francisco do Pará	-	-
São João da Ponta	-	SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Terra Alta	Associação Agroecológica dos Produtores da Comunidade Castanheira	-
Vigia	ATAPAV - Associação dos Trabalhadores na Pesca Artesanal de Vigia	SEMPDR - Secretaria Municipal de Pesca e Desenvolvimento Rural
Instituições Parceiras à nível territorial	IDATAM - Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia	EMATER
	CASP - Cooperativa Agropecuária do Salgado Paraense	UFRA
	CARITAS	